



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 062 - TERÇA-FEIRA, 04 DE MAIO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

Maioria (PMDB/PP) - 19	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28
Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior	Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella	Líder Raimundo Colombo - DEM (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana
Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Neuto De Conto	Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)	Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais
Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL PV - 1 Líder Marina Silva - PV	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, a partir de 01.04.2010.
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS	
Nºs 250 a 273, de 2010	17947
2 – ATA DA 64ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE MAIO DE 2010	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Leitura de requerimentos	
Nº 438, de 2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando licença para afastar-se dos trabalhos da Casa, pelo prazo de 124 (cento e vinte e quatro) dias, a partir de 4 do corrente.....	17953
Nº 439, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ruy Lins.	17953
Nº 440, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Desembargadora do Tribunal de Justiça do Amazonas, Euza Maria Naice de Vasconcellos.	17953
2.2.2 – Mensagem do Presidente da República	
Nº 35, de 2010-CN (nº 198, de 2010, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 11, de 2010-CN, que <i>abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente</i> . Estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria. (Publicada em suplemento à presente edição).	17954
2.2.3 – Ofício do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão	
Nº 2.813/2010, de 28 de abril último, do Deputado Federal William Woo, informando sobre a nova executiva e composição do Grupo Parlamentar Brasil-Japão.	17954
2.2.4 – Comunicações	
Do Presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, comunicando a instauração, dia 27 de abril último, do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes e da aclamação, pela totalidade dos membros presentes na reunião, do Senador João Tenório como seu presidente. (Ofício nº 31/2010, de 28 de abril último).	17958
Do Presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, informando o nome dos empresários que serão agraciados com o Diploma José Ermírio de Moraes, em sua primeira premiação. (Ofício nº 26/2010, de 28 de abril último).....	17958
2.2.5 – Discursos do Expediente	
SENADOR VALTER PEREIRA – Homenagem pelo transcurso, hoje, dos 50 anos do Dr. Daisaku Ikeda como Presidente da Soka Gakkai International.....	17959
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Defesa da realização de campanha nacional visando à implantação e respeito às faixas de pedestres em todas as cidades do país.	17960
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Anúncio de providências tomadas por S. Exª em prol do término da greve, ainda em curso, na Universidade de Brasília – UnB.	17963
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Histórico sobre a instituição do Dia Internacional do Trabalho, celebrado em 1º de maio. Críticas ao Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, pelo tratamento dispensado aos servidores públicos daquele Estado.	17966
SENADOR PAPALÉO PAES – Críticas à terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos.	17972
SENADOR ALVARO DIAS – Considerações acerca das conclusões de inquérito da Polícia Federal confirmado irregularidades em licitações promovidas pela Petrobras. Lamento pela ausência de legislação competente, estabelecendo normas rigorosas para organizar a pré-campanha eleitoral.	17976
SENADOR PEDRO SIMON – Defesa da urgência para votação, no Senado Federal, do projeto de lei que impede políticos condenados pela Justiça de serem candidatos nas eleições.	17979
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Críticas à postura do Presidente Lula durante festa em homenagem ao Dia do Trabalho, no último sábado. Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-superintendente da Suframa Ruy Lins e da De-	

sembargadora do Tribunal de Justiça do Amazonas Euza Maria Naice de Vasconcellos.....	17982
SENADOR MÃO SANTA – Destaque para a realização da Agroshow, evento de agronegócios no Piauí. Críticas ao Partido dos Trabalhadores e à gestão do ex-governador Wellington Dias, do Estado do Piauí.	17989
SENADOR MARCO MACIEL – Comentários a respeito de parecer, a ser oferecido por S. Ex ^a na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre duas propostas de emenda à Constituição: uma que extingue o instituto do terreno de marinha e seus acréscimos e dispõe sobre a propriedade desses imóveis; e outra que autoriza a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acréscimos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.....	17992
SENADORA IDELI SALVATTI – Comemoração pelo fato de Santa Catarina ser a primeira Unidade da Federação a ter uma unidade do SAMU Aéreo. Anúncio da escolha do Estado, pelo Ministério da Justiça, para ter o Projeto Piloto de Patrulhamento e Salvamento em Água, o “Ambulanchas”.	17994
SENADORA ROSALBA CIARLINI – Registro da participação de S. Ex ^a no I Encontro de Escritores de Língua Portuguesa de Natal. Relato da agenda cumprida por S. Ex ^a durante o último sábado, Dia do Trabalho.	17995
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Comentários ao editorial intitulado “A Generosidade do Senado”, do jornal O Estado de S. Paulo , edição de hoje.....	17998
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Saudação a todos os trabalhadores do Brasil pela passagem de seu dia. Referência às políticas públicas do Governo Lula para a melhoria da qualidade de vida da população.....	18000
2.2.6 – Comunicação da Presidência Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 4, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	18004
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – PRONUNCIAMENTO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR	
Replicação do discurso do Senador Paulo Duque na 61 ^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 28 de abril de 2010.....	18022
4 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
4.1 – Secretaria-Geral da Mesa	
4.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 30 de abril de 2010	
4.1.2 – Atas de Comissões Permanentes	

5 – ATOS ADMINISTRATIVOS

5.1 – Atos do Presidente	18024
Nºs 159 a 168, e 170 a 178, de 2010.	18024
5.2 – Portarias do Presidente	
Nºs 2 e 3, de 2010.	18043

SENADO FEDERAL**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL**11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Borrazópolis – ACDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 806, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Borrazópolis – ACDB para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 251, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Eliza Olinda (ACCEO) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro das Brotas, Estado de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 888, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Eliza Olinda (ACCEO) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro das Brotas, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 252, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA ANTONINENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 646, de 24 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Antoninense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antonina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 253, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à FM Catanduvas – Associação Comunitária Radio FM Catanduvas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 199, de 12 de junho de 2003, que outorga autorização à FM Catanduvas – Associação Comunitária Rádio FM Catanduvas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduvas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 254, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à Ibicutinga FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicutinga, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 608, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Ibicutinga FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicutinga, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 255, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Choró, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 280, de 28 de junho de 2005, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Sebastião para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Choró, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 256, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 281, de 29 de maio de 2007, que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda-ME para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 257, DE 2010

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 726, de 18 de dezembro de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de junho de 2003, a permissão outorgada à Rádio Tupã Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 258, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Feliz Natal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.215, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Feliz Natal para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 259, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Itatiaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 60, de 15 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Itatiaia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 260, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Bem para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 34, de 15 de janeiro de 2004, que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Bem para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 261, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Sumáuma FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 121, de 20 de março de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Rádio Comunitária Sumáuma FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribamar Fiquene, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 262, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Chuvisca para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chuvisca, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 644, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Chuvisca para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chuvisca, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 263, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Vila Marudanópolis – ASCOVIMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 524, de 29 de agosto de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária da Vila Marudanópolis – ASCOVIMA para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 264, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico, Recreativo e Esportivo de Canelinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canelinha, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 680, de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico, Recreativo e Esportivo de Canelinha para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canelinha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 265, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à União Dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 833, de 17 de dezembro de 2008, que outorga autorização à União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 266, DE 2010**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão outorgada à Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., originariamente outorgada à Rádio Macaé Ltda. pela Portaria MVOP nº 862, de 20 de setembro de 1949, renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984, e transferida pelo Decreto nº 90.160, de 6 de setembro de 1984, para a Rádio Jornal Fluminense de Campos Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 267, DE 2010**

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 27, de 16 de fevereiro de 2009, que outorga permissão à Rádio FM Mania Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 268, DE 2010**

Aprova o ato que outorga permissão à Jr Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 178, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à JR Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 269, DE 2010**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.223, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 270, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Acará, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 261, de 7 de maio de 2009, que outorga permissão à Sistema Arizona de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Acará, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 271, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Shappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 997, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Rádio e TV Shappo Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 272, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 303, de 14 de maio de 2009, que outorga permissão à Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 273, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curionópolis, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 62, de 24 de março de 2009, que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curionópolis, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de maio de 2010. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 64ª Sessão, Não Deliberativa em 3 de maio de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko
e dos Srs. Mão Santa e Pedro Simon*

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 8 minutos e encerra-se às 19 horas e 14 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, segunda-feira, 3 de maio de 2010, 14h08min. Estamos no Senado da República Federativa do Brasil. Estamos vivendo a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Represento a Mesa Diretora do Senado.

Há número regimental. Declaramos aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica que o período de Expediente da sessão deliberativa ordinária de quarta-feira, dia 5 do corrente, será dedicado a celebrar os dez anos da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos do Requerimento nº 369, de 2010.

Esse requerimento foi inspirado pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 438, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para afastar-me dos Trabalhos da Casa, pelo prazo de 124 (cento e vinte e quatro) dias, a partir do dia 4 de maio do ano em curso com a finalidade de tratamento de saúde.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2010. – Senador **Gilberto Goellner**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Expediente lido vai à publicação e será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 439, DE 2010

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento,
no dia 30 de abril de 2010, em Manaus, do Dr.**

Ruy Lins, economista, acadêmico e ex-Superintendente da Zona Franca de Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 30 de abril de 2010, do Dr. Ruy Lins, economista, acadêmico e ex-Superintendente da Zona Franca de Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja comunicado à sua família, bem como à Presidência da Academia Amazonense de Letras e à Presidência da Academia Amazonense Maçônica de Letras.

Justificação

O Dr. Ruy Lins, falecido em Manaus, no dia 30 de abril deste ano de 2010, aos 76 anos de idade, era economista e conhecido intelectual do Amazonas. Era membro da Academia Amazonense de Letras e da Academia Amazonense Maçônica de Letras e foi também Superintendente da Zona Franca de Manaus (ZFM). Por sua atuação como dirigente desse importante órgão de desenvolvimento econômico regional e pela contribuição que deu ao mundo das letras do Amazonas, o Dr. Ruy Lins faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2010 _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO N° 440, DE 2010

**Requer voto de pesar pelo falecimento
da Desembargadora do Tribunal de Justiça
do Amazonas (TJAM) Euza Maria Naice de
Vasconcellos, ocorrido no dia 22 de abril
deste ano de 2010, em Manaus.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 22 de abril deste ano de 2010, em Manaus, da Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos, do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM).

Requeiro, ainda, que o voto de pesar seja comunicada à Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas e à família da Desembargadora.

Justificação

Euza Maria provinha de tradicional família amazonense. Seu pai Marcílio Dias de Vasconcellos foi também Desembargador, de 1945 a 1952. E foi isso que despertou nela, desde criança, como disse certa vez, o desejo de seguir também a carreira da Magistratura, iniciada em 1979. Em julho de 2009, ela chegou ao TJAM, escolhida pelo critério de merecimento. Lembrou, então, estar fazendo 96 anos que sua família integrava o Judiciário amazonense, pois seu pai fora juiz municipal, em 1913, e seu primo, Azarias Menescal de Vasconcellos, começara a carreira em 1939. Sua presença na Corte amazonense foi, entretanto, encerrada pelo câncer que a acometeu em outubro de 2009 e acabou acarretando sua morte, aos 61 anos de idade. Pela seriedade e ética que marcaram sua atuação, ela faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 3 de maio de 2010. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu do Senhor Presidente da República a **Mensagem nº 35, de 2010-CN** (nº 198, de 2010, na origem), encaminhando o seguinte projeto de lei do Congresso Nacional:

– **Projeto de Lei nº 11, de 2010-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

O Projeto de Lei nº 11, de 2010-CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 3-5-2010

até 8/5 prazo para publicação e distribuição de avulsos; até 16/5 prazo para apresentação de emendas; até 21/5 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e até 5/6 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em suplemento à presente edição do Diário do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 2.813/10-GAB

Brasília, 28 de abril de 2010

Excelentíssimo Senhor,

Venho à presença de Vossa Excelência informá-lo sobre a nova executiva do Grupo Parlamentar Brasil Japão, o qual estarei presidindo neste ano de 2010.

Segue anexa a lista dos seus 146 membros dentre deputados e senadores do Congresso Nacional da 53ª Legislatura.

Aproveito a oportunidade para reiterar os meus sinceros protestos de elevada estima e consideração.

Coloco o nosso gabinete na Câmara dos Deputados à disposição, sendo o nosso contato através do telefone (61) 3215-5656 ou pelo e-mail dep.williamwoo@camara.goc.br.

Respeitosamente, – **William Woo**, Deputado Federal – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – Comissão de Viação e Transportes – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-JAPÃO
53 ª LEGISLATURA

Presidente**Vice-Presidente** (em ordem alfabética)**Deputado William Woo**

Deputado Cássio Taniguchi
Senador Flecha Ribeiro
Deputado Osmar Serraglio
Deputado Takayama
Deputado Walter Ihoshi

Secretário-Geral**Deputada Nilmar Ruiz****Conselho Consultivo:**

Deputado Jaime Martins
Deputado Júlio Delgado
Deputado Tadeu Filipelli
Deputado Bispo Rodovalho
Deputado José Carlos Araújo
Deputado Vital do Rêgo Filho
Deputado Vander Loubet
Deputado Paulo Teixeira
Deputado Márcio Reynaldo
Deputado José Rocha
Deputado Renato Amary
Deputado Paes Landim
Senador Eduardo Suplicy
Senador Valdir Raupp
Senador Adelmir Santana

Membros

	Nome Parlamentar	Partido/UF	Gabinete
1	Deputado Abelardo Lupion	DEM/PR	515
2	Deputado Airton Roveda	PPS/PR	513
3	Deputado Alberto Fraga	DEM/DF	321
4	Deputado Alceni Guerra	DEM/PR	528
5	Deputado Alex Canziani	PTB/PR	842
6	Deputado Alexandre Santos	PMDB/RJ	331
7	Deputado Alfredo Kaefer	PSDB/PR	818
8	Deputado Antônio Carlos Thame	PSDB/SP	624
9	Deputado Antônio Carlos Pannunzio	PSDB/SP	404
10	Deputado Asdrubal Bentes	PMDB/PA	410
11	Deputado Átila Lins	PMDB/AM	730
12	Deputado Augusto Carvalho	PPS/DF	350
13	Deputado Bernardo Ariston	PMDB/RJ	710
14	Deputado Belo Albuquerque	PSB/RS	338
15	Deputado Bispo Gé Tenuta	DEM/SP	
16	Deputado Carlos Alberto Leréia	PSDB/GO	830
17	Deputado Carlos Willian	PTC/MG	522
18	Deputado César Silvestri	PPS/PR	221
19	Deputado Cézar Schimer	PMDB/RS	927
20	Deputado Cleber Verde	PAN/MA	581
21	Deputado Colbert Martins	PMDB/BA	319
22	Deputado Damião Feliciano	PDT/PB	938
23	Deputado Darcisio Perondi	PMDB/RS	518

24	Deputado Davi Alcolumbre	DEM/AP	231
25	Deputado Deley	PSC/RJ	432
26	Deputado Dilceu Sperafico	PP/PR	746
27	Deputado Nechar	PV/SP	445
28	Deputado Dr. Rosinha	PT/PR	474
29	Deputado Eduardo Amorim	PSC/SE	621
30	Deputado Eduardo Sciarra	DEM/PR	433
31	Deputado Fábio Ramalho	PV/MG	374
32	Deputado Felipe Bornier	PHS/RJ	213
33	Deputado Francisco Rossi	PMDB/SP	644
34	Deputado Gastão Vieira	PMDB/MA	554
35	Deputado Geraldo Resende	PMDB/MS	905
36	Deputado Geraldo Thadeu	PPS/MG	248
37	Deputado Giacobo	PR/PR	762
38	Deputado Gonzaga Patriota	PSB/PE	430
39	Deputado Hermes Parcianello	PMDB/PR	234
40	Deputado Hugo Leal	PSC/RJ	631
41	Deputado Jaime Martins	PR/MG	333
42	Deputada Janete Rocha Pietá	PT/SP	578
43	Deputado João Campos	PSDB/GO	315
44	Deputado João Leão	PP/BA	320
45	Deputado João Magalhães	PMDB/MG	211
46	Deputado João Paulo Cunha	PT/SP	72
47	Deputado José Carlos Araújo	PR/BA	246
48	Deputado José Carlos Machado	DEM/SE	850
49	Deputado José Fernando A. de Oliveira	PV/MG	507
50	Deputado José Múcio Monteiro	PTB/PE	458
51	Deputado José Rocha	PR/BA	908
52	Deputado José Santana de Vasconcellos	PR/MG	854
53	Deputado Júlio Delgado	PSB/MG	323
54	Deputado Júlio Semeghini	PSDB/SP	242
55	Deputado Jurandy Loureiro	PSC/ES	230
56	Deputado Leandro Vilela	PMDB/GO	309
57	Deputado Lelo Coimbra	PMDB/ES	801
58	Deputado Leonardo Picciani	PMDB/RJ	302
59	Deputado Leonardo Vilela	PSDB/GO	934
60	Deputado Lincoln Portela	PR/MG	615
61	Deputado Lobbe Neto	PSDB/SP	718
62	Deputado Luiz Bittencourt	PMDB/GO	844
63	Deputado Luiz Carlos Setim	DEM/PR	901
64	Deputado Luiz Fernando Faria	PP/MG	339
65	Deputado Manoel Salviano	PSDB/CE	506
66	Deputado Marcelo Castro	PMDB/PI	811
67	Deputado Marcelo Ortiz	PV/SP	931
68	Deputado Marcelo Teixeira	PR/CE	210
69	Deputado Márcio Reinaldo Moreira	PP/MG	819
70	Deputado Marcondes Gadelha	PSB/PB	214
71	Deputada Maria Helena	PSB/RR	909
72	Deputado Marinha Raupp	PMDB/RO	614
73	Deputado Mauricio Rands	PT/PE	256
74	Deputado Mauro Benevides	PMDB/CE	607
75	Deputado Mendonça Prado	DEM/SE	508
76	Deputado Moacir Micheletto	PMDB/PR	478
77	Deputado Nelson Bornier	PMDB/RJ	216
78	Deputado Nelson Marquezelli	PTB/SP	920
79	Deputado Nelson Meurer	PP/PR	916
80	Deputada Nice Lobão	DEM/MA	215
81	Deputado Nilson Mourão	PT/AC	376
82	Deputado Osvaldo Reis	PMDB/TO	835

83	Deputado Paulo Maluf	PP/SP	512
84	Deputado Paulo Teixeira	PT/SP	281
85	Deputado Pedro Chaves	PMDB/GO	406
86	Deputado Pompeo de Mattos	PDT/RS	810
87	Deputada Prof. Raquel Teixeira	PSDB/GO	816
88	Deputado Ratinho Júnior	PSC/PR	521
89	Deputado Régis de Oliveira	PSC/SP	911
90	Deputado Renato Amary	PSDB/SP	450
91	Deputado Ribamar Alves	PSB/MA	729
92	Deputado Roberto Balestra	PP/GO	219
93	Deputado Roberto Britto	PP/BA	733
94	Deputado Rocha Loures	PMDB/PR	476
95	Deputado Rômulo Gouveia	PSDB/PB	915
96	Deputado Sandes Júnior	PP/GO	702
97	Deputado Severiano Alves	PDT/BA	738
98	Deputado Tadeu Filippelli	PMDB/DF	628
99	Deputada Vanessa Grazziotin	PC do B/AM	724
100	Deputado Vicente Arruda	PR/CE	603
101	Deputado Vignatti	PT/SC	313
102	Deputado Vilson Covatti	PP/RS	228
103	Deputado Vital do Rêgo Filho	PMDB/PB	833
104	Deputado Waldemir Moka	PMDB/MS	448
105	Deputado Wandenkolk Gonçalves	PSDB/PA	237
106	Deputado Wellington Fagundes	PR/MT	713
107	Deputado Zequinha Marinho	PMDB/PA	823
108	Senador Aloizio Mercadante	PT/SP	Gab. 01
109	Senador Antônio Carlos Valadares	PSB/SE	Gab. 12
110	Senador Arthur Virgílio	PSDB/AM	Gab. 50
111	Senador Delcídio Amaral	PT/MS	Gab. 08
112	Senador Eduardo Azeredo	PSDB/MG	Gab. 05
113	Senador Flávio Arns	PT/PR	Gab. 06
114	Senador João Ribeiro	PR/TO	Gab. 05
115	Senador Magno Malta	PR/ES	Gab. 05
116	Senador Marcelo Crivella	PRB/RJ	Gab. 02
117	Senador Marco Maciel	DEM/PE	Salas 1 a 6
118	Senador Papaléo Paes	PSDB/AP	Gab. 13
119	Senador Paulo Paim	PT/RS	Gab. 04
120	Senador Renato Casagrande	PSB/ES	Gab. 14
121	Senador Romeu Tuma	PTB/SP	Gab. 13
122	Senador Sérgio Zambiasi	PTB/RS	Gab. 07
123	Senador Valdir Raupp	PMDB/RO	Gab. 25
124	Senador Wellington Saígado de Oliveira	PMDB/MG	Gab. 15

Membros Honorários

Deputado Mário Yasunori Kunigo
 Deputado Ushitaro Kamia
 Deputado Antônio Ueno

Deputado Taro Aso – Primeiro Ministro Japonês

In Memoriam
 Deputado Júlio Redecker
 Deputado Ricardo Izar

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

Of. nº 31/2010-CDJEM

Brasília, 28 de abril de 2010

Exmº Sr. Presidente José Sarney,

Cumprimentando-o cordialmente, dirigimo-nos a Vossa Excelência para informá-lo da instauração no dia de ontem, do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes e da aclamação pela totalidade dos membros presentes na reunião, do Senador João Tenório como seu presidente.

Atendendo ao que determina a Resolução do Senado nº 35, de 2009, o referido Conselho reuniu-se e deliberou acerca dos procedimentos para realização da Sessão Especial em que o referido Diploma será entregue.

Dentre as decisões tomadas, e sobre a qual solicitamos a atenção e o apoio de Vossa Excelência, ressaltamos a preferência do Conselho pela manhã do dia 27 de maio próximo para realização da solenidade em que estariam sendo agraciados com o novo Diploma o vice-presidente e ex-senador o Exmº Sr. José Alencar, o Ilmo Sr. Jorge Gerdeu Johnmpeter, o Ilmo Sr. João Claudino Fernandes e, em memória, o Ilmo Sr. José Ephim Mindlin.

Todos sabemos que há uma preocupação dessa presidência em não realizar Sessões Especiais nas terças, quartas e quintas-feiras. Entretanto, considerando que a Resolução do Senado nº 35, de 2009, estabelece que a realização da Sessão de homenagem seja na mesma semana do Dia Nacional da Indústria, 25 de maio, apelamos à compreensão de Vossa Excelência para realização do evento no dia 27 de maio do corrente.

No mesmo sentido, cumpre-nos levar ao conhecimento de Vossa Excelência o apelo da Confederação Nacional da Indústria – CNI para que a entrega do Diploma José Ermírio de Moraes seja na manhã do dia 27 de maio. Pois, neste mesmo dia, será realizado em Brasília um grande encontro da entidade com a participação de todas as suas federações estaduais, muitas das quais já teriam demonstrado grande interesse em estar presente na cerimônia, o que certamente tornaria ainda mais representativa a participação do segmento industrial de todo nosso país.

Agradecendo antecipadamente a atenção dispensada, apresentamos nossos mais elevados protestos de estima e consideração. – Senador **João Tenório**, Presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes. – Senador **César Borges** – Senadora **Patrícia Saboya** – Senador **Adelmir Santana** – Senador **Antonio Carlos Valadares** – Senador **Inácio Arruda** – Senador **Francisco Dornelles** – Senador **Tião Viana** – Senador **Marcelo Crivella**.

Ofício nº 26/2010-CDJEM

Brasília, 28 de abril de 2010

Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência a instalação em 27 de abril último, do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, criada pela Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009, para o qual tive a honra de ser eleito Presidente.

Na mesma reunião, o Conselho, após apreciar os currículos dos indicados ao Prêmio, escolheu os 3 (três) empresários que serão agraciados com o Diploma José Ermírio de Moraes, em sua 1ª Premiação. São eles: – **José Alencar Gomes da Silva** – **Jorge Gerdau Johannpeter** – **João Claudino Fernandes**.

Informo, também, que o Conselho deliberou prestar homenagem *in memoriam* ao Senhor José Ephim Mindlin.

Aproveito o ensejo para manifestar a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e distinta consideração. – Senador **João Tenório**, Presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Hoje vivemos, com muita emoção, o Dia do Taquígrafo.

O Parlamento, desde que se iniciou no mundo, se utiliza desses profissionais, e são os nossos aqui – o Senado, Senador Cristovam Buarque, tem 184 anos de existência, portanto, desde o Império – que possibilitaram a gravação, pelo mecanismo da taquigrafia, de todas as leis elaboradas e de todos os acontecimentos havidos na vida parlamentar nacional. Onde há parlamento há taquígrafos, especialmente no Brasil.

Nós, em nome da Presidência do Senado, fazemos a nossa manifestação de apoio a esses eficientes e dedicados servidores da Nação. Jamais seria possível uma democracia sem os taquígrafos, gravando os debates do mundo democrático dos parlamentos.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito presente na sessão de hoje representa o Mato Grosso do Sul e o PMDB, Senador Valter Pereira. Sua vida é baseada naqueles princípios do homem do Direito que disse que a república é o governo do povo, pelo povo, para o povo. Abraham Lincoln disse: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito”. Esse é um dos homens que tem mais firmeza no Direito do nosso Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço para ser inscrito para

uma comunicação inadiável, se for mais rápido, ou pela liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas V. Ex^a já está inscrito aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – De qualquer maneira, peço para me inscrever para falar ou pela liderança, ou para uma comunicação inadiável, e retiro minha inscrição normal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pois não.

Com a palavra, da tribuna, o Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta segunda-feira, a Soka Gakkai Internacional tem uma importante comemoração a fazer. O Dr. Daisaku Ikeda está completando 50 anos na condição de presidente dessa entidade.

Com certeza, a longevidade do mandato que exerce decorre de sua extrema fidelidade aos princípios sustentados pela instituição e difundidos por vários pontos do Planeta por seus discípulos, especialmente o homenageado.

Estou falando, Sr. Presidente, de uma pacifista. Mais do que isso, um apóstolo dos direitos humanos, poeta laureado e renomado escritor, traduzido em mais de trinta idiomas, Senador Cristovam. Filho de produtores de algas marinhas, o Dr. Ikeda nasceu em Tóquio em 2 de janeiro de 1928. Na sua adolescência, testemunhou os horrores da Segunda Guerra onde perdeu um dos seus irmãos – eram quatro e perdeu um deles naquele conflito.

Se, por um lado, o confronto lhe produziu sofrimento, por outro, foi naquela iniquidade que desenvolveu sua extraordinário consciência de paz e apego à família e, sobretudo, à humanidade. O que se cristaliza como forte sentimento transforma-se em uma verdadeira militância humanística. Com efeito, no dia 3 de maio de 1960, com apenas 32 anos de idade, acabou por assumir a Presidência da Soka Gakkai no Japão.

Mesmo se encontrando em más condições de saúde, ele começou uma peregrinação que produziu discípulos que pregam a solidariedade humana em 192 nações. Atualmente, a Soka Gakkai Internacional conta com mais de doze milhões de associados no Planeta. São mais de doze milhões de famílias que seguem a doutrina pregada com tanto amor e com tanto desvelo pelo nosso homenageado. Nos diversos países em que se instalou, a entidade construiu museus, escolas, universidades, onde ministra a cultura, a educação e, sobretudo, a solidariedade. Daí o reconhecimento internacional que lhe valeu mais de quatro mil homenagens

prestadas por respeitáveis instituições espalhadas por numerosos países.

O movimento que ele conduz transcende a visão humanista vigente, que tem no ser humano o centro de suas atenções. Em sua pregação, ele pontifica que a dignidade da vida humana é inviolável, mas que a sua preservação depende de uma evolução “do conhecimento para a sabedoria, da uniformidade para a diversidade e da soberania nacional para a soberania humana”. Essa transição é o caminho que ele enxerga, é o caminho que pontifica e que orienta a sua instituição para a humanidade conquistar a dignidade pessoal e a paz universal.

A mensagem do homenageado está alicerçada em duas pilastras doutrinárias. A primeira delas ele define como “O Princípio da Revolução Humana”. A segunda ele intitula como “O Princípio da Relação entre Mestre e Discípulo”.

Para o pregador, a revolução humana se dá pela determinação de cada pessoa de explorar o seu potencial de virtudes e produzir a multiplicação desses atributos em favor da humanidade.

V. Ex^a está pedindo um aparte, Senador Cristovam? (Pausa.)

Honra-me V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu gostaria de ter um aparte, mas não quero atrapalhar o ritmo do seu discurso.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Não vai atrapalhar.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Então, eu quero, no momento em que o senhor achar conveniente, falar sobre esse assunto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu acho que é importante a manifestação de V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Está bem; eu agradeço, mas não há nada que eu possa acrescentar ao discurso que o senhor vem fazendo sobre a vida, a obra e os compromissos do Dr. Ikeda. Eu quero apenas dar um testemunho. Quando o senhor falou de poeta, pacifista, eu acrescentaria um fotógrafo; o Dr. Ikeda é um grande fotógrafo, um fotógrafo com exposições, um fotógrafo com livros belíssimos. Quanto ao mais, o senhor está tratando de uma maneira absolutamente completa sobre esse grande homem que eu já tive oportunidade de conhecer. Eu quero dar um pequeno testemunho da minha convivência com as pessoas da Soka Gakkai aqui em Brasília e da visão que eu adquiri, a partir deles, do trabalho com a juventude, do trabalho com atividades artísticas, do atendimento de necessidades de parte da população. O trabalho que eles fazem é realmente respeitável, que merece todo o meu respeito. O Dr. Ikeda é mais

até do que um simples mestre; ele é uma espécie de profeta de um tempo novo, um tempo de um novo humanismo, um humanismo onde se coloque o Planeta, onde se coloque o meio ambiente, onde se coloque a educação como o instrumento, o vetor, o motor da liberdade humana. Por isso, eu quero dar aqui o meu testemunho: tenho tido convivência com as pessoas da Soka Gakkai e tive contato uma vez com o Dr. Ikeda. Tenho a maior admiração por ele, pelo trabalho dele, e aumenta a minha admiração pelo senhor por ter descoberto esse aspecto e ter trazido aqui, para a tribuna do plenário do Senado, a lembrança dos 50 anos de atividade, como Presidente da Soka Gakkai, do Dr. Ikeda. Eu creio que é um homem que está acima de qualquer um dos países e que merece, sim, esse nosso respeito. Parabéns à Soka Gakkai, que o tem por 50 anos; para ele também pelo que fez nos 50 anos; e ao senhor, por ter trazido este assunto, que, confesso, até me surpreendeu. Apesar da minha boa convivência, não sabia que hoje ele está completando esses 50 anos. Agradeço ao senhor que tenha trazido esse assunto aqui e tenha me permitido dar o meu testemunho da convivência com pessoas da Soka Gakkai e de contato muito agradável e por muitas horas com o Dr. Ikeda.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu é que tenho de agradecer a intervenção de V. Ex^a, pelo testemunho de quem conhece a instituição e quem conhece, sobretudo, a história daquele que merece todas as homenagens pelo trabalho que faz em favor da humanidade como um todo, do indivíduo como centro de todo o desenvolvimento que se possa ter na sociedade.

Nas palavras dele, estão sintetizadas aquelas linhas mestras que ele tem pontificado em suas obras. Veja o seu ensinamento:

Seja como for, a grandiosa revolução humana de uma única pessoa irá um dia impulsionar a mudança do destino de um país e, além disso, será capaz de transformar o destino de toda a humanidade.

Veja que, no ensinamento dele, o que se prega efetivamente é o desenvolvimento da pessoa, é o desenvolvimento do espírito, é o aprimoramento do indivíduo.

Já no segundo princípio, ele se reporta à propagação na doutrina que se dá na relação entre mestre e discípulo. Foi exatamente essa relação, Senador Mozarildo, que garantiu o prosseguimento dos grandes ensinamentos destes que foram os maiores mestres, os maiores guias da humanidade, como Buda, Jesus Cristo, Maomé e outros mais.

É a revolução humana que ele prega. É essa a revolução.

Não existe nada mais sublime quanto a paz [pontífice o mestre]. Não há nada mais feliz do que a paz. Paz – eis o passo fundamental no propósito do avanço da humanidade.

No título de uma mensagem enviada aos membros da Associação Brasil SGI (Soka Gakkai Internacional), no ano de 2001, ele antevê o papel hoje reconhecido ao Brasil. Veja o título, Senador Mozarildo: “Brasil, seja Monarca do Mundo”:

Ó, Brasil!
Amigos que tanto amo!
A jornada que escolhemos
Não é de sossego nem de mágoas.
É o caminhar seguro e valente
Desfraldando a bandeira da esperança,
Do otimismo e da convicção.

Ao prestar esta singela homenagem ao Dr. Daisaku Ikeda, Sr. Presidente, pelos grandes serviços que vem prestando à humanidade de tantas nações, eu gostaria de submeter à apreciação desta Casa um voto de louvor pela comemoração desses 50 anos de comando seguro, de doutrinação firme, do Dr. Daisaku Ikeda e da instituição que ele preside com tanto desenvolvimento, a Soka Gakkai Internacional.

Eram essas as nossas palavras, e está aí a nossa proposta para ser submetida à apreciação do Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Terminou o Professor Valter Pereira.

Cedeu o Senador Geraldo Mesquita para Cristovam Buarque? Porque a vez agora é do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, orador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Cristovam, fique mais um minuto aí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Senador Geraldo Mesquita Júnior é o número dois, inscrito. Embora o Professor Cristovam seja o número um de todos os corações do Distrito Federal e do Brasil, mas na lista aqui é o Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside a sessão, Srs. e Srs. Senadores, eu queria aproveitar a presença no plenário do Senador Cristovam, que está de saída para um compromisso rápido, para dizer da minha grata satisfação: na última vez que fui a Montevideu, Senador Cristovam Buarque, tive uma alegria imensa.

Os carros lá já estão parando em faixa de pedestres para as pessoas atravessarem.

Eu disse aqui uma vez que o Senador Cristovam Buarque teve dois feitos em seu Governo no Distrito Federal que geraram consequências inalcançáveis. Um deles foi o Bolsa Escola, que ele imaginou e implantou no seu Governo. Mas tive a ousadia de dizer para ele certa feita que eu achava que a discussão com a sociedade brasiliense e a implantação da faixa de pedestre no Distrito Federal talvez tenho sido, em termos de cidadania, muito mais importante. Muito mais importante.

Senador Cristovam, obrigado por ter ficado esses minutos para ouvir. Não estou lhe jogando flores. Estou aqui apenas dizendo que a sua iniciativa parece que vai ganhar o mundo. Quem dera que, em todo nosso País, nós adotássemos isso.

Ouço falar, inclusive, da iniciativa de algum Parlamentar de legislar sobre essa matéria. Acho que a gente não deveria. Acho que a gente deveria, em todo o País, inclusive, alcançar esse avanço da cidadania, assim como foi feito em Brasília, discutindo com a sociedade, com os cidadãos, com as cidadãs, e a coisa se instalar de forma plena, consciente, para que as pessoas tenham em mente que isso é cidadania, isso é gentileza. Nós estamos nos tornando ásperos; Senador Mão Santa, nós estamos nos tornando pessoas sem paciência uns com os outros.

Nesse final de semana, eu vi uma reportagem na TV Globo, resgatando a história do Gentileza, Senador Buarque, aquele poeta que renunciou a tudo, inclusive a uma empresa que ele tinha, e, por trinta anos, andou peregrinando não só no Rio, mas no País inteiro. Ele foi até a minha terra, o Acre. Há registro da passagem dele no Acre, inclusive, pregando gentileza.

Esse fato que presenciei em Montevidéu me dá a exata dimensão do quanto a gente pode avançar nessa área.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Buarque, com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, eu realmente tinha que sair para gravar um programa de entrevista, mas acho que valeu a pena demais ficar – pelo menos, para mim –, até porque foi possível negociar para eu fazer a gravação mais tarde. Quero dizer da minha satisfação de escutar o senhor falando e trazendo para o público em geral que o assiste a importância que tem este gesto simples que nós temos aqui em Brasília, em que o pedestre tem mais poder do que o motorista – obviamente, desde que nos lugares reservados para as faixas de pedestre. Estou de acordo também com o senhor que, das coisas que fizemos aqui, e creio que há uma boa quantidade...

Como o senhor mesmo disse, o Bolsa Escola, em que foram necessários cinco anos para o Governo Fernando Henrique Cardoso perceber a importância. Passei cinco anos tentando convencer o Governo Fernando Henrique Cardoso. Hoje é um programa que, com algumas mudanças, está em todas as partes, que é esse de pagar as famílias pobres para que os filhos estudem. Mas a faixa de pedestre foi um ato que ficou, sem dúvida alguma, porque foi incorporado pela população, enquanto que o Bolsa Escola foi incorporada por Governos. O próximo Governo pode acabar. A faixa de pedestre, o Governo que me sucedeu tentou acabar. Chegaram a pintar de preto as faixas, mas não conseguiram porque se entranhou na imaginação. Acho que um governante pode ficar feliz é de dizer que fez alguma coisa que ficou na cultura da população. Não é apenas uma lei que outro pode mudar, mas é algo que nem precisa, como o senhor disse, de lei, quando a gente consegue. Além disso, no meu caso, sendo professor, tenho muito orgulho porque foi um gesto de professor. Agora, quero reconhecer que eu jamais faria isso se não fosse uma quantidade de pessoas envolvidas, especialmente a mídia, a Rede Globo e o *Correio Braziliense*, principalmente, que foram os veículos da formação. Ademais, sempre digo às outras pessoas que ajudaram também aqueles que nós contratamos para ficarem nas faixas de pedestre ensinando às pessoas que isso era possível e também muito as crianças, que passaram, dentro do carro, a cobrar dos pais que respeitassem as faixas. Isso foi, de fato, algo que mudou o Distrito Federal. Agora, ainda há resistência. Esta semana, eu estava no carro, eu vi uma pessoa que ficou parada e não colocou o braço. Ainda não sentiu o seu – a palavra que eu não gosto, mas que representa bem – empoderamento. Essa pessoa ainda não incorporou nela – essa, como exceção – o poder que ela tem. E aí eu sempre falo de educação. Provavelmente, essa senhora que eu vi parada, esperando que os carros parassem sem que ela pedisse, é possível que ela não saiba ler, porque entre os analfabetos há uma resistência de se considerarem iguais aos outros, tanto que eles nem olham nos olhos da gente, em geral, olham meio para baixo. Os analfabetos ainda têm uma dificuldade de entender que eles têm o poder de fazer o carro de um Senador, o carro de quem for, parar na faixa de pedestre quando ele põe a mão. As crianças já fazem isso, as pessoas já fazem isso. São raríssimos os que ainda não perceberam o poder que têm. Eu tenho muito orgulho de ter colaborado nisso como Governador. Mas não teria acontecido se não fossem os veículos de comunicação que se envolveram, se não fosse a população de Brasília demonstrar o seu grau de generosidade, que

é o tema do seu discurso. É prova, sim, de gentileza, aliás, como o senhor está falando. É uma gentileza do motorista parar. É uma gentileza de quem está no carro com quem está querendo atravessar. Essa gentileza é uma demonstração que o povo de Brasília deu. E foi esse povo que fez com que as faixas de pedestres, de fato, funcionassem aqui. Muito obrigado por estar lembrando isso, que já tem, creio, treze anos de funcionamento. E, nesses treze anos, só tem se incorporado cada vez mais na vontade de cada um dos habitantes desta cidade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu é que agradeço, Senador Buarque, ainda mais pela lembrança que V. Ex^a traz aqui de que não fora a parceria, inclusive com os meios de comunicação, talvez essa ideia não tivesse avançado tanto quanto avançou. E é exatamente por isso que eu aqui me propus a lançar...

A Rede Globo trouxe uma matéria muito interessante, aproveitando o fato de que a Prefeitura do Rio está limpando as paredes na região portuária onde o Gentileza escrevia as frases dele, algumas sem nexo, sem sentido, mas sempre com a gentileza ao fundo. A Prefeitura do Rio resolveu... Houve uma época, numa campanha de limpeza da cidade em relação às pichações, em que inclusive os painéis do Gentileza foram pintados, e a Prefeitura está resgatando esses painéis hoje.

Então, a propósito dessa matéria, a emissora ouviu pessoas, populares, e a ideia básica é esta: as pessoas hoje não param mais para cumprimentar. As pessoas hoje, em regra, estão tão apressadas que não percebem o outro que está do lado. Às vezes, uma senhora está com dificuldades para atravessar uma rua. Não custa pegar em sua mão e ajudá-la. E, a propósito então dessa matéria, Senador Buarque, eu vim hoje aqui disposto a lançar um desafio, tanto à Rede Globo como às outras emissoras: que elas, que têm esse poder de comunicação fantástico no nosso País, encampem uma grande campanha, tendo como objeto, por exemplo, as faixas de pedestre e outros objetos que a gente pode imaginar que seriam, assim, de fundamental importância em termos de avanço da cidadania brasileira, tendo sempre no fundo a questão da solidariedade, da gentileza mesmo.

Nós precisamos nos tornar mais gentis. Nós estamos nos tornando pessoas assim... Acho que esse é um dos grandes males do capitalismo. Ele faz com que as pessoas, na ânsia pela busca do lucro, tenham que correr mais ainda, tanto quem está ganhando fortunas como quem está trabalhando para que outros ganhem fortunas. O ritmo da vida tem sido cada vez

mais célere. A pressão é uma coisa fantástica. Então, nós estamos perdendo esse senso, essa noção.

V. Ex^a, que é um educador... Eu lanço aqui um outro desafio: as escolas deveriam adotar na sua grade curricular uma matéria: relações humanas. Relações humanas. Nós estamos perdendo essa qualidade nata do ser humano. Eu digo isso de forma genérica. É o que a gente percebe. Que bom se as pessoas voltassem a praticar tudo isso de forma espontânea, natural, Senador Buarque. Olhar para o Senador Mozarildo, sorrir para ele, dar-lhe um abraço, cumprimentá-lo, e a qualquer pessoa que passe por nós, como um portefeu. A reportagem mostra um portefeu impressionado com o fato de que as pessoas passam pelo seu prédio, na frente, e nem olham para ele, que dirá dar-lhe um bom-dia, uma boa-tarde!

A minha presença hoje na tribuna tem apenas este caráter e este objetivo: lançar um desafio, principalmente às emissoras de televisão, os órgãos de comunicação do País que tanto poder têm de comunicação, para que a gente imagine campanhas nacionais. Olhe, Senador Buarque, eu sonho com o dia em que lá, no meu querido Acre, em qualquer rua, em qualquer cruzamento, não só na capital, como no interior, a gente tenha a gentileza de parar o carro para que as pessoas atravessem, inclusive dar um tchauzinho, cumprimentar, desejar boa sorte na travessia. Quem dera que, em breve, a gente possa ter isso em todo o nosso País.

A visão que eu tive lá em Montevidéu acendeu em mim a esperança de que isso possa acontecer de fato. Um país lá na fronteira. Frequentamos Montevidéu há tanto tempo, e eu nunca tinha visto isso lá. Pela primeira vez, eu vi os carros pararem, as pessoas atravessarem com um gesto parecido com aquele que imaginamos aqui em Brasília, de dar a mão para atravessar.

Portanto, está aqui Rede Globo, Bandeirantes, Record, SBT, União, tantas redes de televisão que poderiam se unir nesse propósito e deflagrar uma grande campanha no nosso País. Este fato, a faixa de pedestres, eu acho que, se nós consolidássemos esse avanço no nosso País, eu não tenho nem ideia do significado que isso teria em termos de cidadania, de evolução da sociedade, de crescimento da consciência de que a gente precisa ser mais solidário, ser mais gentil, ser mais educado.

Às escolas, ao MEC, enfim, ao nosso País e aos nossos Estados, o desafio de que a gente introduza na grade curricular – não sei em que faixa poderíamos imaginar isso – mais uma matéria: relações humanas. A escola nos ensina matemática e português, mas a escola está ficando cada vez mais distante do compromisso de ter também a participação em ensinar as

pessoas a serem cidadãos e cidadãs, a serem gentis, a serem educados, a serem completos cidadãos.

Então, os dois desafios estão aí, Senador Mão Santa, lançados. Aos meios de comunicação do País, para que a gente propague essa experiência fantástica ocorrida em Brasília. É uma possibilidade que a gente tem. Olhe, eu não gostaria que isso acontecesse por lei, porque vai ficar um negócio meio apertado, uma resistência muito grande. Acho que a gente tem espaço para que isso se instale em nosso País de forma plena, consciente, num grande debate nacional sobre uma questão como essa. A gente debate sobre tanta coisa; por que não sobre isso? E às escolas, que introduzam na sua grade curricular relações humanas; nem mais nem menos. Acho que, assim, junto com os avanços econômicos, políticos e sociais, a gente estaria incorporando um grande avanço, o avanço de fato da consolidação da cidadania brasileira, da democracia brasileira.

Isso, no fundo, no fundo, Senador Mão Santa, é democracia, é o respeito ao outro, que, por vezes, está em situação diferenciada, está lá, tentando atravessar uma rua, e a gente dentro de um carro, com o ar-condicionado ligado, etc., muitas das vezes até com indiferença total com quem passa ao largo, com quem passa em torno da gente.

Estão aí lançados dois desafios para este grande País, que é o nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, agora, como Líder, o Professor Cristovam Buarque.

A Presidência quer ressaltar, Senador Cristovam Buarque, a lembrança e a homenagem que o nosso Senador Geraldo Mesquita Júnior fez a V. Ex^a, como idealizador do Bolsa Escola, que hoje é Bolsa Família, e do respeito ao cidadão no trânsito.

Eu queria complementar: entendo que V. Ex^a merece muito respeito e gratidão do povo não só do Distrito Federal, mas do Brasil. Sei que Darcy Ribeiro a implantou, mas V. Ex^a é que aguou essa universidade federal pública que é um orgulho. Digo isso até com gratidão, porque tenho uma filha que se formou na UnB. Começou seu curso no Piauí, mas, em face da minha transferência para cá, como Senador, ela terminou o curso aqui. Então, eu tive oportunidade de acompanhá-la até a colação. Isso foi uma semente.

E quero dizer: Thomas Jefferson... Vou falar para o povo brasileiro, porque V. Ex^a sabe tudo sobre Thomas Jefferson. Mas, além da independência dos Estados Unidos e da constituição americana, de ter sido o terceiro presidente norte-americano, no túmulo dele está escrito – atentai bem: “Aqui jaz o fundador da Universidade de Virgínia”.

Então, essa universidade, no mundo... Vamos dizer, as privadas já ganharam, afastam o pobre, o igual, que V. Ex^a defende. V. Ex^a aguou essa instituição que eu repto a maior. E eu sou agradecido. Inclusive, a minha filha Daniela nela se formou em medicina e hoje está no Rio Grande do Sul.

Eu vi, eu senti a satisfação da mocidade.

Os nossos parabéns!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF, como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, além do epíteto de Mão Santa, V. Ex^a merece a ideia de “a mente que prevê”, porque eu vim falar sobre a UnB hoje.

Mas, além disso, quero dizer que me lembrei do senhor em uma viagem muito rápida que fiz na semana passada. Estive na Alemanha, pois faço parte do conselho de uma entidade com sede naquele país, e me lembrei do senhor, Senador Mão Santa, porque o senhor aqui muitas vezes repete a história do seu encontro com o presidente de uma grande empresa alemã.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Era o Professor Basedow, da Universidade de Heidelberg.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Exato. E ele dizia que era bem recebido em restaurantes porque era professor, e não porque era presidente.

Eu me lembrei do senhor porque tomei um táxi, e o senhor ficaria surpreso em ver como reagiu o motorista de táxi quando, ao me perguntar o que eu fazia, ouviu que eu era professor. Fiquei surpreso como aquele homem, um senhor já, mais velho do que eu, reagiu ao fato de eu ser professor. Foi surpreendente para mim. Então, lembrei-me disso de que o senhor sempre fala.

Eu vim falar sobre a UnB, mas, antes disso, quero falar do discurso do Senador Geraldo Mesquita.

O senhor traz para cá, Senador, algo que é de uma importância fundamental porque é uma coisa que ninguém percebe. As coisas que ninguém percebe é que são importantes quando alguém fala delas.

Quando eu fui Ministro daqueles 12 meses, criei um programa chamado Educa Brasil. Era exatamente a ideia de criar isso que o senhor hoje chamou aqui de gentileza. Eu não tinha pensado nesses termos, eu pensava nos bons costumes, que nós estamos perdendo no Brasil. E uma das causas é que os bons costumes não passam pela escola, vêm das famílias, e a gente sabe como houve uma desarticulação das famílias no Brasil com a migração rápida e tudo isso. Esse programa Educa Brasil começou exatamente procurando o apoio das entidades de comunicação, da mídia. Um dos programas era fazer com que as

pessoas se comportassem bem nos campos de futebol. Uma boa campanha levaria a isso. Não precisava voltar ao tempo em que se ia de gravata assistir a jogo de futebol, embora tenha um pouco a ver com a roupa que a gente usa. A gente andar sem camisa no centro da cidade é uma falta de respeito com os outros. Pode ser um grande respeito ao calor, ao sol, mas é uma falta de respeito aos outros. Então, um era esse, mas disseram que isso era coisa do Ministério do Esporte e acabaram o programa logo que eu saí, em janeiro. A outra era a faixa de pedestres, mas disseram que isso era uma questão do Ministério que tivesse a ver com trânsito e que era coisa das Prefeituras e pararam. E pararam todo o programa do Educa Brasil, porque a ideia que prevalece é a de que o Ministério da Educação cuida de escola e não de educação.

Não é Ministério da Escola, não é nem mesmo Ministério da Instrução Pública, como já foi há um tempo. Quando adotou-se a ideia de educação, era para fazer, Senador Mesquita, o que o senhor defende, mas, lamentavelmente, esse programa que começou, como muitos outros, pararam logo no final de janeiro de 2004.

É uma pena. Perdemos sete anos de um bom programa. Perdemos mais, porque no primeiro ano você não consegue implantar. O primeiro ano é de negociação, de formulação. Quando ia-se implantar, parou-se e, aí, perdeu-se todo esse tempo.

Mas, Senador Mão Santa, como eu disse ao senhor, eu vim falar da UnB, porque eu vou todas as semanas, nas terças-feiras pela manhã, à Universidade de Brasília, para dar minha aula. Mas eu fui hoje lá.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Professor Basedow tinha esse compromisso. Ele dava uma aula de Química toda semana, para poder usar o título.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Pois bem, toda terça-feira eu vou dar a minha aula, mas eu fui hoje, segunda-feira, lá na Universidade de Brasília. Eu fui, hoje, não para dar aula. Eu fui, hoje, Senador Mesquita, conversar com o Reitor José Geraldo de Sousa. Eu fui conversar com um objetivo: como podemos fazer, como nós, moradores de Brasília – especialmente aqueles que têm posições políticas –, como é que a gente pode fazer para acabar com essa greve que já dura 55 dias? Cinquenta e cinco dias em que jovens estão sem aulas. São 28 mil estudantes, mais 3 mil de pós-graduação, ou seja, mais de 30 mil jovens sem aulas por 55 dias, 2 meses. O que é que a gente faz com os professores que também não cumprem com as suas funções, que eles adoram, por que eles optaram, que eles querem cumprir? Eles foram obrigados a paralisar-se por algo que... Vou dizer, aqui, que

dessa vez, de fato, não dá para ninguém reclamar da greve. A greve não foi, desta vez, para ganhar salários maiores. Foi para impedir a redução de salários. É algo inacreditável que seja necessária uma greve para impedir uma redução de salário que é pago há 20 anos! E, aí, eu vou explicar o que está por trás. Também não é algo de que se diga: “De onde saiu essa ideia?”

O que acontece é que, no final dos anos 80, ainda – em 1986, 1987 –, a gente tinha aqueles programas econômicos terríveis, que se sucediam uns aos outros. E, aí, vinha URP; aí, vinha Plano Verão; aí, vinha Plano Cruzado; e, cada vez que vinha um plano desses, os trabalhadores brasileiros perdiam alguma coisa.

Em 1987, um pequeno grupo de professores entrou na Justiça pedindo para receber as perdas que tiveram por causa de uma tal de URP, uma das mudanças na moeda que levaram à perda dos professores e funcionários. E ganharam. E, ao ganharem na Justiça, a administração, obviamente, tinha de pagar aquilo. Eu era o Reitor na época – pura coincidência. E, realmente, não tinha outro jeito. Tivemos de autorizar, por mandato judicial, que aqueles professores recebessem aquele salário. E outros professores foram entrando na Justiça, e outros foram ganhando. O Reitor que me sucedeu, o Professor Ibañez, corretamente, a meu ver, tomou uma decisão. Ele disse: “Não é possível termos, aqui, professores ganhando mais que outros, quando têm a mesma posição na carreira, apenas porque uns entraram na Justiça e outros não. A perda não foi só para esses. A perda foi para todos”. E ele estendeu para todos os professores.

Eu, aqui, quero dizer que acho que ele agiu corretamente.

Já faz mais de 20 anos! Em 2005, o Tribunal de Contas levantou algumas suspeções sobre esse pagamento. Mesmo assim, não mandou parar o pagamento. O pagamento continuou. Quando houve a crise em 2006, que todos acompanharam, do Reitor que tinha feito gastos e que teve de sair da Reitoria, o Reitor que assumiu, veja bem, Senador Mão Santa, o Professor Aguiar, pediu auditoria na folha. Ele pediu, foi uma iniciativa da Universidade, porque queria identificar se havia formas de corrupção nas folhas, num gesto de quem quer a transparência mais absoluta. E o Governo fez a auditoria. Nessa auditoria, eles chegaram à conclusão de que aquele pagamento não era correto – 20 anos depois de os professores e funcionários receberem aquele salário, com aquele valor. Forçou-se uma baixa de 26,8% no salário dos professores. Vinte e seis.

Imagine você, que está me escutando, se baixassem em 26% o seu salário. Imagine! O que acon-

tece? Um salário que você já recebe, que já tem 20 anos que recebe.

Aí, os professores e a administração da Universidade entraram na Justiça, e a Ministra do Supremo Tribunal, Ministra Cármem Lúcia, deu-lhes ganho de causa. Com esse ganho de causa, o Ministério ainda não mandou pagar porque – e até temos de reconhecer uma certa responsabilidade do Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento – o Ministro pediu o parecer do Governo, da AGU, de quem cuida do direito do Governo, pediu a interpretação que o Governo dá àquela decisão do Supremo, porque a decisão do Supremo é para ser cumprida, mas há interpretações diferentes.

Pois bem, a AGU entendeu que a decisão da Ministra era de que se pagassem os salários com o valor que já tem 20 anos de se receber.

E, finalmente, eu espero que, agora – a Universidade enviou a folha –, a folha seja paga, já hoje, com o salário a que os professores têm direito há tanto tempo. O Presidente Lula, inclusive, se envolveu e determinou também, de acordo com a interpretação da AGU, da Advocacia-Geral da União, que fosse pago conforme era a tradição, sem gerar essa baixa.

Tudo indica, portanto, que, do ponto de vista dos professores, nós vamos ter o fim da greve muito, muito rapidamente, mas, lamentavelmente, é preciso lembrar aqui que universidade não se faz só com professores. Universidade só existe se tivermos professores, alunos e funcionários. Sem os funcionários, não há universidade. Lamentavelmente, no que se refere às universidades, o problema não está resolvido. Apenas 204 servidores administrativos, chamados funcionários, teriam direito a esse salário. Todos os outros teriam de ter uma redução salarial.

A gente não pode entender que isso aconteça. Não é possível que qualquer categoria tenha uma redução de salário. Se houve erro, esse erro foi há 20 anos, e das administrações e da Justiça. Não foi de quem recebe esse salário. Não se pode acusar de erro quem recebe o salário. Esse erro não pode ser pago pelos funcionários. Esse erro tem de ser resolvido, e a maneira de resolvê-lo é manter esse salário como ele tem sido ao longo desses anos, obviamente com seus reajustes por outras razões.

Está faltando, portanto, ainda, para resolvermos de vez a situação da Universidade de Brasília, depois de 55 dias de greve, que o mesmo que os professores estão, a partir de agora, recebendo – conforme recebiam antes, sem qualquer aumento, apenas o mesmo, que é o que eles querem – valha também para os funcionários administrativos: para os auxiliares de laboratório, sem os quais o cientista não funciona, não trabalha; para aqueles que mantêm a limpeza do cam-

pus, sem os quais não há aula, porque não existe aula se a sala estiver suja.

Pois bem, nós estamos precisando, agora, é de boa vontade para conseguirmos que não apenas os professores, mas todos recebam o valor a que estão acostumados e a que têm direito, de acordo com a decisão que já saiu para alguns. E como é que é possível sair para alguns, como decisão, e não sair para outros? Quando se decidiu para um, a instituição inteira já tinha o direito adquirido. Não se pode ter uma pessoa ao lado recebendo diferentemente da outra, quando têm a mesma posição, a mesma função, o mesmo tempo de serviço, apenas porque uma entrou na Justiça e a outra se esqueceu de entrar, ou mesmo não quis entrar. Não é possível isso.

Por isso, hoje de manhã, na conversa com o Professor José Geraldo de Sousa, Reitor, disse que o que nós queremos – e, aqui, aproveito para fazer o apelo publicamente – é que tenhamos, a partir de amanhã, uma mesa de negociação, ao redor da qual se sentem os sindicatos, tanto o dos professores, que já tem a sua situação resolvida, como também o dos funcionários, que não tem; os estudantes, com seus representantes, o Diretório Central dos Estudantes; a administração da universidade, através do seu Reitor, e o Ministério do Planejamento, que é quem, no final, toma a decisão para fazer com que tudo isso seja cumprido ou não.

Ao mesmo tempo, eu me coloquei à disposição e creio que outros Parlamentares também aceitarão com muita satisfação que nós – três Senadores, oito Deputados Federais e até mesmo os Deputados Distritais que quiserem – nos encontremos, debatamos, busquemos soluções. Não podemos deixar que esse patrimônio de Brasília, esse patrimônio do Brasil inteiro fique parado por mais dias.

Cinquenta e cinco dias já é suficiente para gerar um prejuízo imenso. As pessoas esquecem, Senador Mão Santa e demais Senadores e Senadoras, que quando um trabalhador para, numa greve, a construção de uma parede, dias depois volta e o tijolo seguinte é reposto sem nenhuma perda. Agora, na educação não; na educação, depois de uma paralisação de 55 dias, os alunos não voltam da mesma forma, eles voltam desmotivados; os professores não voltam com o mesmo entusiasmo, eles voltam desestimulados.

Greve dos professores, greve na educação gera perda mesmo quando ela termina. É diferente da greve de uma indústria de automóveis, em que se para normalmente para fazer a greve e se retoma no momento em que termina a greve, e as peças vão entrando e montando o carro de novo. A cabeça de uma pessoa não se monta como se monta um automóvel, como são

montados os tijolos em uma parede. A cabeça de uma pessoa, para ser montada, preparada, formada, exige algo que vai além de um processo de montagem. É o humor, é a situação, é o conforto, é o entusiasmo, e isso fica perdido ao longo de uma greve. Cada dia que passa é pior ainda, porque, quando passa de um certo tempo, o que acontece é que os jovens abandonam a universidade, é que os professores procuram outra profissão. Não podemos deixar que isso aconteça.

Está aí a chance de resolvemos isso. Está aí o momento de a cidade inteira de Brasília lutar para defender esse seu patrimônio que é a Universidade de Brasília. E não estamos aqui apoiando professores e funcionários que querem aumento de salários, que até acho que deveriam ter. Estamos apenas aqui para apoiá-los a não terem redução de salário, que é um absurdo, Senador Mozarildo, que possa acontecer, mas que está sob ameaça de ocorrer na Universidade de Brasília.

É essa a visita que fiz hoje ao Reitor e essa a mensagem que eu gostaria de passar aqui, Senador Mão Santa, e que o senhor foi capaz de prever, talvez, no começo, ao me passar a palavra falando dessa Universidade querida, que é a Universidade de Brasília.

Espero que o Ministro Paulo Bernardo aceite e que, rapidamente, com o sindicato, todos juntos, crie mos uma mesa e, em poucos dias, quem sabe em poucas horas, encontremos uma saída para que nossos jovens voltem a ter aulas, para que nossos professores voltem a ter sua produção integral e para que os nossos funcionários, nossos servidores trabalhem contentes, porque descontentes eles não vão trabalhar. É isso, Senador Mão Santa.

Espero que o senhor, que tem este carinho pela Universidade onde sua filha estudou, possa se envolver também e, quem sabe, sentar-se à mesa em que vamos nos sentar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, vamos a um orador inscrito. O orador inscrito seguinte é Mozarildo Cavalcanti, PTB de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, que tão bem vem presidindo as sessões deste Senado Federal todos os dias, mas especialmente às segundas e às sextas, quando as sessões são não deliberativas e em que debatemos assuntos, como os que aqui vimos abordados pelo Senador Valter Pereira, Senador Geraldo Mesquita, Senador Cristovam Buarque.

Quero, Sr. Presidente, hoje, abordar um tema que não pôde ser abordado no dia próprio e adequado, o Dia do Trabalho, comemorado no sábado em todo o País.

Vimos, pelos jornais e pela televisão, festas em todo lugar para homenagear o trabalho e o trabalhador.

Aí a pergunta: por que comemoramos o Dia do Trabalho? No Brasil, o 1º de Maio é feriado desde 1925 por um decreto do Presidente Arthur Bernardes. Em muitos outros países, também se comemora o Dia do Trabalho em 1º de Maio. Mas por que esta data 1º de Maio? Qual a sua relação com o trabalho? Fazendo um levantamento histórico, nós vamos ver que tudo teve início com uma greve deflagrada em Chicago, nos Estados Unidos, no dia 1º de maio de 1886. Indústrias da Europa e dos Estados Unidos, no final do século XVIII e durante o século XIX, pagavam baixíssimos salários e provocavam a deterioração da saúde física e mental dos trabalhadores, com jornadas de trabalho que chegavam a 17 horas diárias. Não havia férias, não havia descanso semanal e muito menos aposentadoria. Greves explodiam em todo o mundo industrializado. Em Chicago, os trabalhadores eram liderados por duas importantes organizações que dirigiam as manifestações em todo o País: a Federação Americana de Trabalho e a Cavaleiros do Trabalho.

No dia 3, permanecendo a greve iniciada havia dois dias, a polícia disparou contra um grupo de operários diante da fábrica McCormick Harvest, matando seis e ferindo cinquenta. Centenas foram presos. Dia 4, ao final de uma manifestação, um grupo de policiais atacou os manifestantes, espancando-os e pisoteando-os. Centenas de pessoas morreram.

Foram levados a julgamento os líderes do movimento. A sentença foi lida no dia 9. Quatro deles foram condenados à morte na forca, dois foram condenados à prisão perpétua e um terceiro, a quinze anos de prisão.

Quase seis anos depois dessa batalha ocorrida em Chicago, no Congresso da Segunda Internacional de Bruxelas, de 16 a 23 de setembro de 1891, foi aprovada resolução que tornava o 1º de maio um dia comemorativo dos trabalhadores no mundo todo, durante o qual eles deveriam manifestar suas reivindicações.

É importante frisar que, no Brasil, embora tenha sido formalizado no governo de Arthur Bernardes, em 1925, foi no governo de Getúlio Vargas, fundador do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, que o 1º de maio passou a ser a data em que eram anunciadas as principais leis e iniciativas que atendiam às reivindicações dos trabalhadores: instituição e depois reajuste anual do salário mínimo; redução da jornada de trabalho para 8 horas; criação do Ministério do Trabalho; promoção de uma política conjunta dos sindicatos ao Estado; regulamentação do trabalho da mulher e do menor; promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho,

a nossa querida CLT, garantindo o direito a férias e aposentadoria.

Portanto, fico muito feliz de estar aqui falando, como um Senador do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, ressaltando a importância que Getúlio Vargas deu a essa data surgida com um movimento nos Estados Unidos, que são realmente um país exemplo da democracia, da liberdade e das conquistas sociais duradouras, permanentes, sem os antagonismos que alguns pregam entre trabalhador e empregador. Assim sendo, a razão do trabalhismo é justamente fazer essa interlocução, essa ligação entre empregado e empregador.

Mas, Sr. Presidente, ao falar do Dia do Trabalho e, portanto, do trabalhador, não posso me desvincular de analisar a situação dos trabalhadores do meu Estado. Quero dizer que lamento muito que, principalmente os servidores do Estado de Roraima, portanto, os trabalhadores responsáveis por levar a máquina do Estado, seja na saúde, na educação, na segurança, em todos os setores, desde o dia 14 de dezembro de 2007, quando assumiu o atual Governador, que era vice do Governador Ottomar, a consideração com o trabalhador tem se resumido àquilo que o Imperador Vespasiano dizia em Roma, na época do Império Romano: "Para o povo, basta pão e circo". Isto é, para o povo ficar sob controle, é só fazer uma festa, um showzinho de vez em quando, alternando com alguma distribuição esporádica ou permanente de alimentos.

É mais ou menos o que o atual Governador pensa, na medida em que não faz o reajuste adequado do salário dos servidores públicos, não lhes dá os direitos que eles têm, não os trata com dignidade. Já tivemos greve dos professores, greve dos policiais civis, greve dos servidores da saúde, greve até de alunos da rede pública, greve dos médicos, greve dos servidores administrativos, greve dos enfermeiros, dos trabalhadores em educação, dos servidores da Companhia Energética de Roraima e dos servidores de outras Secretarias, servidores técnico-administrativos de todas as Secretarias.

O Governador, portanto, vem tratando muito mal os servidores do meu Estado, e também, indiretamente, os outros trabalhadores, os da iniciativa privada. A forma como ele vem tratando os empresários não faz com que melhore a oferta de empregos. Já se vão quase três anos que ele assumiu – caminhando para três anos –, e cada dia que passa é pior.

Para fazer jus à pregação de Vespasiano, ele trata mal a população em geral, principalmente aqueles que trabalham no governo. Mas fez um *show* agora, no dia 1º de Maio, que só para a dupla sertaneja que foi lá ele pagou R\$240 mil. Só para a dupla.

E é bom salientar – diz aqui o jornal *Folha de Boa Vista* – que no ano anterior ele já tinha pago para essa mesma dupla R\$176 mil. Quer dizer, quase que dobrou, de um ano para o outro. Praticamente dobrou. Mas além de pagar os R\$170 mil no ano passado, ele pagou trinta passagens aéreas de São Paulo a Boa Vista, no valor de R\$1.700 cada uma, além de R\$12 mil por excesso de bagagem. Os valores somados naquela época foram R\$239 mil. Portanto, se pagou R\$240 mil de cachê agora – se tivesse dado um pouquinho mais dava para levar a Ivete Sangalo – mais o equipamento e as passagens, imaginem quanto ficou. Mas isso está dentro da filosofia que ele copia do Imperador Vespasiano: para o povo basta pão e circo.

O pão ele dá por meio do Vale-Solidariedade, que é o Bolsa Família lá do Estado, mais o Bolsa Família do Governo Federal, e o *show*.

Mas o importante, Senador Mão Santa, é ver. Aqui, o jornal *Folha de Boa Vista* entrevistou várias pessoas que estavam lá no *show*. E aqui eu vou citar algumas.

O Sr. Márcio Gama, de 33 anos, secretário de escola, diz:

Não concordo de jeito nenhum [com aquele *show*, com aquela festa]. Em momento de crise não pode ser feita uma festa deste tamanho, até porque eu sou servidor público e a gente luta por melhores condições de trabalho e salário. Durante os últimos quatro anos só tivemos perdas salariais e até então o governo não tem solucionado a situação. O dinheiro poderia ser investido em projetos voltados para a educação.

Aí tem um outro senhor, Rudinei Silva, apontador de obras:

Não concordo com um valor deste sendo gasto em festa. O dinheiro poderia ser investido no próprio parque Anauá, porque tem muito mato [o parque Anauá foi o local onde foi feito o *show*] e está abandonado [completamente abandonado, e no dia da festa havia animais mortos lá]. Tinha-se que investir mais no parque, porque todas as festas do governo são aqui. Daqui uns dias haverá o arraial, depois terá o Ano Novo, e o local está sem estrutura. Acho que primeiramente é preciso investir na estrutura do parque, depois poderiam trazer outros grupos.

Depois, outra senhora, a Srª Herlenes Tomaz, feirante:

Este dinheiro deveria ser investido em outra área, principalmente em saúde. Não concordo com este gasto, por mais que seja

para o trabalhador [isto é, para a festa do trabalhador]. O governo poderia trazer bandas mais baratas ou daqui mesmo [isto é, lá de Roraima mesmo]. Tem muita banda de Roraima que poderia ser trazida para este *show*, algo que seria ser bem mais econômico.

Além de dar trabalho para os próprios músicos de Roraima.

Outra senhora, D. Ana Cláudia Silva, diárista:

Não concordo. Há áreas em Roraima que necessitam muito de investimento. O próprio parque Anauá [repito: em que foi o local onde foi feito o *show*] é um exemplo, porque ele precisa de uma reforma. Cadê a reforma do parque? Este dinheiro era para ser investido na manutenção do parque. O governo poderia comemorar o Dia do Trabalhador distribuindo prêmios e não trazendo bandas caras e gastando dinheiro à toa.

Aliás, ele só levou muita gente para essa festa porque foram sorteados cinco carros, segundo consta, doados pela iniciativa privada. É bom que se descubra se é doado mesmo, não é?

Outra pessoa, Marcos Silva, auxiliar técnico:

Acho que este dinheiro não vai ter retorno para a população. Vai ser apenas uma noite e pronto. O dinheiro poderia ser investido na educação e na saúde. Não está sendo investido na população. O governo poderia trazer bandas locais, porque seria uma opção boa para prestigiar o trabalhador. Mas [não] estou gostando do evento.

Essas pessoas todas estavam lá, Senador Mão Santa, no *show*.

Outra, Sâmares Melo, 21 anos, estudante:

Sinceramente, não sou a favor de um gasto deste. Preferia que o Governo investisse mais na saúde e na educação, pois seria muito mais importante do que investir isso tudo em festa. Aumentar o salário, dar um dia de folga ou sortear prêmios nos próprios locais de trabalho seriam formas mais eficazes de valorizar o trabalhador do Estado.

Então, vejam que, ao contrário, o que pensava Vespasiano, que o povo só quer pão e circo, não é verdade. Tanto é que essas mesmas pessoas que estavam lá, porque não iam deixar de assistir um *show*, e fizeram muito bem de ir, são conscientes de que aquilo não traz nada de positivo, a não ser a propaganda do

próprio Governo. E que propaganda? De que ele pode realmente fazer propaganda?

Qual foi a valorização, a melhoria para o trabalhador de Roraima?

Repito: não sou um Senador por Roraima, sou um Senador de Roraima. Eu nasci lá, conheço as pessoas de lá, minha família é de lá. O que eu vejo e sei dos trabalhadores de Roraima, principalmente da área da saúde, que eu, como médico, conheço muito bem, é que há um extremo descaso com a saúde no Estado.

Recentemente, uma pessoa sofreu um acidente, felizmente não muito grave, e não havia sequer esparadrapo para fazer o curativo adequado.

E vamos citar aqui a Polícia Militar, que tem uma disciplina e uma hierarquia muito forte. Fez greve violenta já neste Governo, porque as situações de trabalho são absurdas. Não há viaturas, as que estão lá são sucateadas, os salários são baixos demais. Com os policiais civis, a mesma coisa. E na educação a coisa ainda é pior.

Então, vejam bem, um Governo que não investe em educação, em saúde, em segurança, em produção, em que vai investir? Em festas? Aliás, ele é bom de festa. Ele fez festa para comemorar o seu aniversário – o aniversário dele, o Governador –, o da esposa dele, o da filha dele. E todas, segundo consta, não foram bancadas pelo Governo do Estado.

Agora, é de admirar que um jovem Governador, que antes era apenas um empreiteiro, de repente, ficou em condições de fazer festas monumentais para a sua família, porque foram três – as que eu registro aqui – só neste ano. E continua fazendo muita festa, pensando que o povo ainda está na época do Imperador romano Vespasiano, quando bastava dar pão e circo para o povo, ou seja, dar comida e dar circo ou dar *show* para o povo se contentar e achar que ele é um bom governador. É bom que ele entenda que as pessoas que estavam lá, que foram entrevistadas, opinaram, de maneira unânime, que eram contrárias àquele gasto absurdo.

Imagine, Senador Mão Santa, aqueles que não foram, ou mesmo os que foram – porque houve distribuição de senhas nas repartições para que fossem e, portanto, foram sob certa coação – ficaram sabendo quem não teria ido e, portanto, quem teoricamente estaria contra o Governador, podendo sofrer algum tipo de retaliação, de perseguição.

Então, quero dizer aqui, dirigindo-me aos trabalhadores de Roraima, que nós temos uma oportunidade muito importante, daqui a poucos meses, no dia 03 de outubro. Nessa data, nós, eleitores, vamos definir o Governador que queremos, vamos definir os Senadores, os Deputados federais e os Deputados Estaduais que

queremos, o Presidente da República que queremos. Portanto, está em nossas mãos, nas mãos dos eleitores. Tenho consciência, porque conheço os eleitores do meu Estado, de que o meu Estado vai saber escolher adequadamente. Foi assim na última eleição, em 2006, quando um dos poucos Estados em que o Presidente Lula perdeu, no primeiro e no segundo turno, foi Roraima. É um Estado pequeno, de pouca gente. Ele não foi lá, alegando que havia poucos eleitores.

Mas, lá em Roraima, a maioria das pessoas veio de outros Estados, e os pais ou os avós daqueles que nasceram lá também vieram de outros Estados, com exceção dos índios, que somam menos de 30% da população. São 30 mil índios em 500 mil habitantes; portanto, não dá nem 30%. Na verdade, todo mundo tem amigo fora de Roraima. Naquela época, fiz um desafio: se cada eleitor de Roraima conseguisse, fora de Roraima, quatro votos que fossem, os 250 mil eleitores do Estado a quem o Presidente Lula não deu bola poderiam virar um milhão. E acho que viraram, tanto é que houve segundo turno no Brasil. Lá em Roraima, houve o segundo turno porque houve no Brasil, e ele perdeu no primeiro e no segundo.

Tenho certeza de que, nas próximas eleições, o povo saberá discernir muito bem entre o que é bom para cada um como funcionário público, como empregado da iniciativa privada; os próprios empresários vão ver se é esse tipo de tratamento que eles estão tendo que eles querem ter. Tenho certeza de que vamos fazer uma mudança para melhor, para termos um Governo que dê dignidade às pessoas, que respeite as pessoas, que atualize a cabeça e que não fique mais na época do Império Romano, achando que o povo só quer pão e circo.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Eu peço a V. Ex^a que autorize a transcrição dos documentos a que fiz referência.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Por que comemoramos o Dia do Trabalho?

No Brasil, 1º de maio é feriado desde 1925. Em muitos outros países também se comemora o Dia do Trabalho em 1º de maio. Mas por que essa data? Qual sua relação com o trabalho?

História

Tudo tem início com uma grave deflagrada em Chicago no dia 1º de maio de 1886. Indústrias da Europa e dos Estados Unidos no final do século 18 e durante

o século 19 pagavam baixos salários e provocavam a deterioração da saúde física e mental dos trabalhadores com jornadas de trabalho que chegavam a 17 horas diárias. Não havia férias, descanso semanal e aposentadoria.

Greves explodiam por todo o mundo industrializado. Em Chicago os trabalhadores eram liderados por duas importantes organizações que dirigiam as manifestações em todo o país: a AFL – Federação Americana de Trabalho e a Knights of Labor – Cavaleiros do Trabalho.

No dia 3 de, permanecendo a greve iniciada havia dois dias, a polícia disparou contra um grupo de operários diante da fábrica McCormick, Harvester, matando 6 e ferindo 50. Centenas foram presos. Dia 4, ao final de uma manifestação, um grupo de policiais atacou os manifestantes, espancando-os e pisoteando-os. Centenas de pessoas morreram.

Foram levados a julgamento os líderes do movimento, Augusto Spies, Sam Fielden, Oscar Neeb, Adolph Fischer, Michel Schwab, Louis Lingg e Georg Engel. A sentença foi lida dia 9 de outubro – Engel, Fischer, Lingg, Spies foram condenados à morte na forca; Fielden e Schwab, à prisão perpétua, e Neeb, a 15 anos de prisão.

Quase seis anos depois dessa “batalha” em Chicago, no Congresso da Segunda Internacional em Bruxelas, de 16 a 23 de setembro de 1891, foi aprovada resolução que tomava o 1º de maio um dia comemorativo de trabalhadores no mundo todo, durante o qual eles deveriam manifestar suas reivindicações.

Comemorações

No Brasil a data só foi consolidada em 1925, quando o presidente Arthur Bernardes baixou um decreto instituindo o 1º de maio como feriado nacional.

No governo de Getúlio Vargas 1º de maio era a data em que eram anunciadas as principais leis e iniciativas que atendiam a reivindicações dos trabalhadores.

- instituição e, depois, o reajuste anual do salário mínimo;
- redução de jornada de trabalho para 8 horas;
- criação do Ministério do Trabalho;
- promoção de uma política conjunta dos sindicatos ao Estado;
- regulamentação do trabalho da mulher e do menor;
- promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantindo o direito a férias e aposentadoria.

A Constituição de 1988 instituiu as férias remuneradas, o 13º salário, multa de 40% do saldo do

FGTS por rompimento de contrato de trabalho, licença maternidade.

As primeiras comemorações do Dia do Trabalho nos Estados Unidos eram celebradas pelos sindicatos trabalhistas e apesar de existirem certas especulações sobre quem teria sido o idealizador a maioria dos historiadores credita a Peter McGuire, secretário geral da Fraternidade dos Carpinteiros e Marceneiros e co-fundador da Federação Americana do Trabalho, a idéia original de um dia dedicado a que os trabalhadores mostrassem sua solidariedade.

O presidente Grover Cleveland assinou uma lei que designava a primeira segunda-feira do mês de setembro como o Feriado Nacional do Dia do Trabalho. Esse fato é interessante, pois Cleveland não era um defensor dos sindicatos trabalhistas. Na verdade, ele estava tentando reparar alguns danos políticos que sofrera anteriormente, ao enviar tropas federais para acabar com uma greve da American Railway Union (Sindicato das Ferrovias dos EUA) na Pullman Co., em Chicago, Illinois. Essa ação resultou na morte de 34 trabalhadores.

7-4-2010

Professores aderem à paralisação

A idéia é mobilizar a categoria para trabalhar apenas com as condições oferecidas. Se não tiver condições, o professor não dá aula, se faltar material não tirar do seu bolso para comprar. Queremos acabar com esse tipo de coisa", disse o diretor do Sinter.

5-4-2010

Operação Polícia Legal começa amanhã

A ação pretende fazer com que os policiais e bombeiros militares se sensibilizem para o fato de que só devem trabalhar se contarem com as condições necessárias.

30-3-2010

Servidores da saúde paralisam hoje

Aproximadamente dois mil servidores da área de saúde, da capital e interior, entre enfermeiros, técnicos de enfermagem, radiologia, laboratório, patologia e nutrição, auxiliares de saúde e

14-4-2008

Reajuste Salarial – Servidores estaduais ameaçam greve geral

O Sindicato dos Servidores Públicos Efetivos do Estado de Roraima (SINTRAIMA) ameaça fazer greve geral por causa do reajuste diferenciado concedido pelo Governo do Estado para a categoria.

28-5-2008

Servidores estaduais anunciam greve

Atendimento continua normal, apesar da greve dos profissionais de enfermagem

30-5-2008

Enfermagem – Profissionais decidem encerrar greve

Lideranças do comando de greve decidiram pôr fim à greve para negociar com o governo.

30-5-2008

Alunos protestam e Sinter confirma greve

Estudantes da escola Senador Hélio Campos pedindo que professores dêem aula.

2-5-2008

Servidores da CER ameaçam fazer greve

Os funcionários da Companhia Energética de Roraima (CER) poderão paralisar suas atividades. Na próxima semana, eles vão se reunir em assembléia geral para analisar o indicativo de greve, segundo o presidente do Sindicato dos Urbanitários de Roraima, João Raimundo da Silva.

Funcionários da Unidade de Vigilância e Epidemiologia (UVE), paralisam suas atividades hoje.

2 de maio de 2010

Cerca de duzentos professores participaram da assembléia

Em mais um protesto contra a atitude do Governo do Estado, que decidiu esta semana pagar os salários dos professores da rede estadual de ensino em duas parcelas, a categoria fará uma paralisação de adver-tência na próxima quarta-feira, 9.

Médicos estão tomando providências legais para formalizar a greve a ser deflagrada na semana que vem

A categoria médica decidiu, em reunião realizada ontem, no prédio do Hospital-Geral de Roraima (HGR), decretar estado de greve. Eles reivindicam a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), reajuste salarial de 10% e condições de trabalho. A paralisação conta com o apoio do Sindicato dos Médicos do Estado de Roraima (SIMED/RR).

6-6-2008

Acaba greve dos servidores administrativos

Os servidores públicos estaduais de níveis médio e básico decidiram encerrar ontem a greve, após três dias parados. De acordo com o diretor administrativo do Sindicato dos Trabalhadores Civis Efetivos do Poder Executivo do Estado de Roraima (SINTRAIMA), Jose-nildo Oliveira, a decisão de acabar com o movimento grevista se deu após o Governo do Estado estabelecer um canal de comunicação.

Pão e Circo - Olimpíadas Rio 2016



Na época do Império Romano, havia uma "ideologia" que representava muito bem a maneira como os imperadores lidavam com os problemas sociais.

"Pão e circo para o povo", era o que Vespasiano dizia.

Em outras palavras:

"Para o povo ficar sob controle, é só a gente oferecer uma 'festa', um 'showzinho', de vez em quando, alterando com alguma distribuição esporádica de alimentos".

Boa Vista - RR, segunda, 03 de maio de 2010

Política

HUGO PENA E GABRIEL Show da dupla custou quase R\$ 240 mil

WILLIANE KOUZA

O show com a dupla de sertanejo Hugo Pena e Gabriel, realizado para comemorar o Dia do Trabalho, custou aos cofres públicos R\$ 239.582,50. O valor foi publicado na página 3 do Diário Oficial do Estado do dia 29 de abril. O evento ocorreu no sábado, no forródromo do parque Anauá. A Folha tentou levantar os valores pagos às bandas locais, mas não foi possível contactar a assessoria de comunicação da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto (Secd) durante o final de semana.

A banda sertaneja é nova no mercado e já veio a Boa Vista no ano passado. Na época, conforme informações apuradas pela Folha, o cachê cobrado foi de R\$ 476 mil, mais 30 passagens aéreas de São Paulo a Boa Vista, no valor de R\$ 1.700,00 cada uma, além de R\$ 12 mil por excesso de bagagem.

Recuperado pelos equipamentos da banda. Os valores somados totalizam R\$ 339 mil. Mas, na primeira vez, a dupla fez show de cerca de 2h30. Desta vez, a apresentação durou pouco mais de uma hora.

A comemoração em homenagem ao Dia do Trabalho, realizada todos os anos pelo Governo de Roraima, custou, por volta de 19h, com uma hora de atraso. O evento foi considerado pela Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (Serrabes), embora a licitação na modalidade de inexigibilidade para contratação da banda tenha sido feita pela Secd. Segundo informações, para receber o público, o parque Anauá foi preparado com parquinho para as crianças e praça de alimentação. A segurança foi realizada em parceria entre a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Conforme a assessoria de comunicação da Serrabes, cerca de 40 mil servidores participaram do evento. Eles foram atraidos principalmente pelo sorteio de brindes, que, segundo o governo, foram doados pelo empresariado local. Foram sorteadas três motos Yamaha e uma televisão LCD de 42 polegadas. O bombeiro Jorge Machado foi um dos contemplados e levou a televisão para casa.

ANIMAIS - Apesar da festa, os cachorros e urubus mortos e jogados no parque Anauá, em uma região por trás do parque aquático do local, a cerca de 300 metros do forródromo, ainda não tinham sido retirados. A equipe da Folha esteve no local, na tarde de ontem, e as carcaças ainda permaneciam no mesmo lugar.

Populares não aprovaram gasto com festa

Para saber a opinião de quem prestigiou o evento, na noite de sábado, a Folha entrevistou populares no local. A maioria se mostrou contrária ao gasto de quase R\$ 240 mil com o show de Hugo Pena e Gabriel.

Opiniões públicas:

"Não concordo de jeito nenhum. Em momento de crise não pode ser feita uma festa desse tamanho, até porque eu sou servidor público e a gente tutu por melhores condições de trabalho e salário. Durante os últimos quatro anos só tivemos perdas salariais e até então o governo não tem solucionado a situação. O dinheiro poderia ser investido em projetos voltados para a educação", Márcio Gama, 33, secretário de escola.

"Não concordo com um valor desse sendo gasto em festa. O dinheiro poderia ser investido no próprio parque Anauá, porque tem muito mato e está abandonado. Tinha-se que investir mais no parque, porque todas as festas do governo são aqui. Daqui uns dias haverá o arraial, depois o Ano Novo, e o local está sem estrutura. Acho que primeiramente é preciso investir na estrutura do parque, depois poderiam trazer outros grupos", Rudinei Silva, 27, apontador de obras.

"Este dinheiro deveria ser investido em outra área, principalmente em saúde. Não concordo com este gasto, por mais que seja para o trabalhador. O governo poderia trazer bandas mais baratas ou daqui mesmo. Tem muita banda de Roraima que poderia ser trazida para este show, algo que seria bem mais econômico", Herlenes Tomaz, 35, feirante.

"Não concordo. Há áreas em Roraima que necessitam muito de investimento. O próprio parque Anauá é um exemplo, porque ele precisa de uma reforma. Cadê a reforma do parque? Este dinheiro era para ser investido na manutenção do parque. O governo poderia comemorar o Dia do Trabalhador distribuindo prêmios e não trazendo bandas caras e gastando dinheiro à toa", Ana Cláudia Silva, 39, florista.

"Acho que este dinheiro não vai ter retorno para a população. Vai ser apenas uma noite e pronto. O dinheiro poderia ser investido na educação e na saúde. Não está sendo investido na população. O governo poderia trazer bandas locais, porque seria uma opção boa para prestigiar o trabalhador. Mas, estou gastando do evento", Marcos Silva, 25, auxiliar técnico.

"Sinceramente, não sou a favor de um gasto deste. Preferia que o governo investisse mais na saúde e na educação, pois seria muito mais importante do que investir isso tudo em festa. Aumentar o salário, dar um dia de folga ou sortear prêmios nos próprios locais de trabalho seriam formas mais eficazes de valorizar o trabalhador do Estado", Sámbra Melo, 21, estudante.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Quero, com muita emoção, anunciar que hoje, dia 3 de maio, é aniversário da cidade de São Francisco, em São Paulo. Aqui está o Líder de lá, Adécio Pimenta, que era do PMDB e ingressou hoje no PSC.

Então nós desejamos àquela progressista cidade de São Francisco, São Paulo, que a cada mês encontre o caminho da sua riqueza através do trabalho. E o líder Adécio Pimenta, que representa com grandeza o Partido Social Cristão, o partido que mais cresce e que eu represento aqui neste Senado da República.

Convidamos agora para usar da palavra o Senador Papaléo Paes, que representa o PSDB do Estado do Amapá.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, Senador Mão Santa, V. Ex^a brevemente receberá um convite. O PSC irá fazer um convite todo especial a V. Ex^a, e eu quero que inclua o PSDB também como um dos que estão convidando V. Ex^a para conhecer o Amapá. Eu só temo que o povo do Piauí sinta ciúmes, porque com certeza absoluta V. Ex^a vai gostar muito do Amapá e vai causar ciúmes ao povo do Piauí. Com certeza absoluta.

Sr. Presidente, falando em Amapá, nós que tra-zemos sempre o nome do Amapá para destaque de forma positiva aqui, poderíamos até tentar comentar uma matéria que saiu ontem no Fantástico a respeito da Maternidade de Macapá. Nós, como médicos, sabemos o que está ali nas entradas das situações que transparecem – transpareceram, pelo menos na reportagem – muito sérias e agressivas à saúde do meu Estado. Foi uma reportagem muito bem feita pelo Fantástico com pessoas que conheço, principalmente o Dr. Dilson Ferreira da Silva, que respondeu a perguntas do Fantástico. Eu prefiro aguardar, ouvir pessoalmente essas pessoas, para, depois, dar a minha opinião. Tenha certeza absoluta de que, se for contra a gestão na área da saúde no meu Estado, eu falarei da mesma maneira como falarei aqui para defender essa questão da saúde.

Relacionado também ao meu Estado, Sr. Presidente, eu tenho a honra de receber aqui o representante do IDH, Instituto de Desenvolvimento Humano, lá no Distrito da Fazendinha. Fazendinha, Sr. Presidente, é uma vila do Município de Macapá – Vila da Fazendinha –, muito falada, muito famosa, está nos prospectos turísticos do nosso Estado e, hoje, está extremamente bem desenvolvida, tem uma boa ligação com o Município de Macapá, com o centro de

Macapá, através de uma rodovia muito bem asfaltada, bem sinalizada, enfim. E hoje nós temos este prazer de receber aqui a visita do Stephan Pontes, que, com essa visita, tenho certeza absoluta, vai nos propiciar as informações que o Instituto de Desenvolvimento Humano pode produzir.

Esse instituto, uma organização não governamental, é daquelas organizações que estão, vamos dizer assim, naquele limite de credibilidade, está entre aquelas organizações a que a gente dá crédito. Essa eu conheço; por isso, o meu crédito a você, Stephan, e agradeço a sua visita aqui, que é de grande importância para mim, como Parlamentar, e tenho certeza absoluta também de que será de grande importância para o Estado do Amapá, por meio da nossa querida Fazendinha e dos técnicos que compõem a equipe que trabalha nesse instituto.

Muito obrigado a você.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu ocupo a tribuna hoje para fazer algumas considerações sobre a famigerada terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos, aprovada pelo Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro último, e que tanta inquietação tem trazido àqueles que tiveram o cuidado de analisá-la.

Por mais que as armadilhas, perversidades, tólices e inconsistências contidas naquele documento já tenham sido apontadas por representantes das mais diversas instituições – claro, todos preocupados com a afirmação do Brasil com o Estado democrático de direito em que prevaleçam, acima de tudo, os valores da paz, da justiça, da cidadania e da dignidade da pessoa humana –, penso que nunca é demais, Sr. Presidente, alertarmos nossa população para os riscos nele embutidos.

Senador Mozarildo, sobre esse assunto eu realmente já falei num pronunciamento anterior. É um assunto extremamente grave e que passou sem ser bem percebido. Isso porque a lei foi assinada pelo Presidente da República em 21 de dezembro. Acredito que isso tenha exatamente escondido da opinião pública o de que trata essa terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos.

O documento, Sr^as e Srs. Senadores, é um calhamaço de 228 páginas em que se acotovelam 512 proposições, muitas das quais extremamente contrárias aos interesses de nossa sociedade.

Como não disponho de tempo suficiente para elencá-las todas, citarei apenas alguns exemplos, que dão bem uma amostra das ameaças representadas por esse monstrengos.

O programa aprovado pelo Governo Federal, Sr. Presidente, tem o desplante – não existe outra pala-

vra, é desplante mesmo! – de propor limites bastante estreitos à liberdade de expressão.

Por meio de um artifício maroto – a pretensa regulação do art. 221 da Constituição –, o que buscam os alquimistas que elaboraram o tal PNDH-3 é, na verdade, ferir de morte o basilar art. 220, que dispõe, em seu *caput*, que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição”, observadas, evidentemente, as demais disposições de nossa Carta Magna.

A esse texto irretorquível, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Decreto nº 7.037 contrapõe:

a criação de um marco legal estabelecendo o respeito aos direitos humanos nos serviços de radiodifusão concedidos, permitidos ou autorizados, como condição para sua outorga e renovação, prevendo penalidades administrativas como advertência, multa, suspensão da programação e cassação, de acordo com a gravidade das violações praticadas.

Sr. Presidente, tenho certeza de que nem Hugo Chávez faria melhor. Com uma expressão completamente vaga e subjetiva – “respeito aos direitos humanos” –, arruma-se o pretexto para retirar do ar as emissoras de rádio e televisão que não sigam a linha oficial de pensamento.

Mas tem mais, Sr. Presidente. Incentiva-se o Ministério Público a propor ações objetivando a suspensão de programação e publicidade atentatórias aos direitos humanos. Propõe-se suspender patrocínio e publicidade oficial em meios que veiculam programações atentatórias aos direitos humanos. E propõe-se, ainda, elaborar critérios de acompanhamento editorial a fim de criar um *ranking* nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios dos direitos humanos, além de outro *ranking*, dos que cometem violações.

É claro que aos donos do poder caberá decidir o que é atentatório ou não aos direitos humanos, bem como avaliar graus de comprometimento com os princípios dos direitos humanos, seja lá o que isso significa.

Em suma, Sr. Presidente, em relação ao tema, o tal PNDH-3 adota posição das mais cínicas. Usa um argumento nobre e inquestionável – o respeito aos direitos humanos – para atentar contra a liberdade de expressão e, no fim das contas, atentar, ele sim, contra os direitos humanos.

Somente por esse aspecto, por essa violência desmedida contra a liberdade de expressão, o texto

aprovado pelo Decreto nº 7.037 já faria por merecer o nosso repúdio, a nossa mais veemente condenação.

Infelizmente, porém, os autores do documento devem ter pensado que isso era pouco. Fizeram questão de acrescentar ao texto diversos outros absurdos, tão gratuitos e condenáveis como aquele. Na verdade, quero dizer às senhoras e aos senhores, dezenas de absurdos, mas absurdos mesmo!

Já falei da censura à imprensa, falei que o Governo ia fazer um *ranking* daqueles que mais bem se enquadram no pensamento do poder e um *ranking* daquela imprensa que contraria a orientação do poder. Agora, tome-se, por exemplo, essa outra preciosidade: “recomenda-se ao Poder Legislativo desbloqueio parlamentar dos mecanismos do referendo e do plebiscito”. Isso aqui, Senador Mozarildo, é uma arte chavista que já promoveu tantos e quantos plebiscitos orientados, direcionados pelo Governo, a fim de aprovarem o que bem entendem. É isso o que esse documento que o Governo Lula aprovou quer nos direcionar.

Vejam só! Ultimamente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem-se falado em “lobos em pele de cordeiro”. Pois bem, isso aqui, sim, é que é um “lobo em pele de cordeiro”. Mais uma vez, utiliza-se um discurso inatacável – o estímulo à participação popular na definição dos rumos do País – para tentar camuflar uma intenção nítida de totalitarismo, uma intenção nitidamente totalitária. Então, por trás do artifício de dizer: “Não, é o povo quem vai decidir, é o povo quem vai direcionar”, usam, hipocritamente, o povo para esconder essas ações de censura à imprensa a que eu acabei de me referir, de liberar o processo de referendo e do plebiscito, ao seu bel prazer do poder.

Todos sabemos – afinal, ninguém aqui é ingênuo – que um Executivo forte, como aquele que temos no Brasil é capaz de aprovar com facilidade quase todas as propostas que, eventualmente, queira submeter ao crivo popular. Eu acabei de falar. Liberou o plebiscito, colocou na mão do Governo, ele aprova o que bem entende.

Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a faz uma análise desse famoso PNDH-3, ou Plano Nacional de Direitos Humanos, que alguém já disse num jornal que, na verdade, seria o Plano Nacional dos Derechos de los Hermanos, porque tem muito a ver, como V. Ex^a colocou, com o que pensa o Chávez, o que executa o Chávez – e não sei se o Chávez pensa por ele próprio ou se ele teve aula em algum lugar –, assim como pensa o Evo Morales, como pensam, enfim, os presidentes, pelo menos a maioria dos que nos rodeiam aqui na América Latina,

infelizmente. Quando se fala em participação popular, é um sofisma para dizer... Quem são os populares que vão participar? Esse conselho que ele propõe aí vai ser montado pelos companheiros aloprados do PT, disfarçados da ONG tal, da ONG "x", da ONG "y", do "movimento social" não sei o quê, e, no fim, na verdade, é uma artimanha. Nada de participação efetivamente popular existirá, até porque, como V. Ex^a disse, é a maioria que pode ser manipulada. Foi manipulada a maioria que mandou crucificar Jesus Cristo ou não foi?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Foi.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Pilatos não perguntou à população quem eles queriam que se libertasse: Jesus ou Barrabás? Quem foi que a população que estava lá quis? Barrabás. E mandou crucificar Jesus Cristo. Por quê? Porque era uma maioria, uma quase unanimidade manipulada pelos poderosos da época. Então é muito fácil manipular maiorias. Aliás, esses ditos movimentos de uma certa esquerda enferrujada pensam e agem assim. Então, é preciso realmente que o povo brasileiro pense bem, reflita bem, porque nós não podemos, como quer o Presidente Lula, continuar no rumo que está aí: a cada dia que passa, o que se faz é estatização; é monopolização da mente das pessoas; é querer, inclusive, como já executou na frente Hugo Chávez, manipular todos os órgãos de imprensa, para que o pensamento que saia dali seja o pensamento do partido dominante. E esse é o sonho do PT, sempre foi. Então, eu quero me solidarizar com V. Ex^a e dizer que nós temos de fazer uma pregação aberta, sem medo, para que, na eleição agora de outubro, não prevaleçam essas pessoas que querem fazer com que o Brasil deixe de ser uma democracia pacífica, ordeira e constitucional, para ser uma democracia "adjetivada", como eles gostam – aliás, mais ou menos no modelo daquele livrinho famoso que é *A Revolução dos Bichos*.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Mozarildo, seu raciocínio é extremamente perfeito. Quero dizer que V. Ex^a colabora – e muito – para a compreensão do meu pronunciamento. Quero reforçar que nós já tivemos oportunidade, V. Ex^a e eu – não sei se porque nós somos de Estados que mantêm fronteiras com outros países –, mas nós temos uma preocupação muito grande com o regime do nosso País. Nós já chamamos a atenção aqui diversas vezes para a tentativa...

Aliás, eu vou até fazer uma citação. Ontem, eu assistia a um pronunciamento do Hugo Chávez. Ele dizia que o regime que ele está trabalhando é para a América do Sul, para a América Latina. Ele diz lá. Ele se diz muito amigo do nosso Presidente. Queira ou não queira, cada um tem o seu estilo, mas o objetivo

é chegar lá onde eles querem. Onde é? Na ditadura, na ditadura de Cuba, na ditadura de outros países que já nos deram o exemplo do que é um povo passar, sob o mesmo comando, sem alternância de poder, durante quarenta, cinquenta anos.

Então, aqui, a figura...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – E quando há alternância é de um irmão para outro irmão.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – E quando há alternância é de um irmão, que já não pode mais exercer o poder por problemas de saúde, que dá para o outro irmão, o outro Castro.

Então, são regimes que realmente não cabem para o nosso País! O nosso País não é uma ilhazinha sem nenhum tipo de expressão.

Cuba, se hoje é falada, é exatamente por causa da revolução que houve e aí ficou na história. E alguns fanáticos – e digo até desavisados, empolgados, não estudiosos, recalcados – têm aquilo como o grande exemplo que chamam de democracia.

Mas o que é isso? Ali não existe democracia, nem um pouquinho de democracia. Lá os 300 parlamentares, quando vão fazer qualquer votação, são convocados e votam todos a favor. Ai de um daqueles que vote contra, entendeu? Não sei se esses 300... O número coincide com os 300 picaretas que o Lula chamou na Câmara. Quando ele foi Deputado, disse que na Câmara tinha 300 picaretas.

Então, o Presidente da República, o nosso Presidente do Executivo, tentou desmoralizar e continua nesse processo de desmoralização do Congresso Nacional. Quem é que não sabe neste País que ele desmoralizou grande parte de Deputados porque conseguiram comprovar a história do mensalão? Ou seja, o Governo fazia maioria comprando voto. Isso é desmoralização.

Tentou desmoralizar e continua tentando desmoralizar o Congresso Nacional com a edição de medidas provisórias. Isso é desmoralizante. Isso é um processo usurpador do Executivo com o Legislativo. Tentou e continua tentando desmoralizar o Poder Judiciário. Neste projeto aqui, ele deixa o Poder Executivo como um poder predominante sobre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, e está aqui neste projeto também dele.

Então, nós brasileiros precisamos estar atentos, porque, se Hugo Chávez tem aquele aspecto truculento – ele age de maneira truculenta, ele age na força –, o nosso age conquistando o povo, com bom sorriso, "dando uma mordidazinha na caninha dele" – é popular, falando de futebol, procurando pronunciar palavras de maneira errada, porque, apesar de deseducar a população, ele fica popular: "Ele fala errado igual a

nós". Essa hipocrisia, porque tudo aquilo é ensaiado. E, diante daquele ensaio, conquista popularidade; e, com popularidade nas mãos, quer impor sobre todos nós um regime que não condiz, de forma alguma, com o povo brasileiro e não condiz com o nosso grande Brasil, que acabou de sair de um processo ditatorial, alguns anos atrás. E não podemos voltar para ele, principalmente nessa ditadura que é bruta, que é dura e que é irresponsável.

Mas, Sr. Presidente, foi por conhecer a realidade que nossos Constituintes sabiamente atribuíram ao Congresso Nacional competência exclusiva para convocação de plebiscitos e de referendos. Retirar do Legislativo essa exclusividade, Sr. Presidente, é enfraquecer-lo como Poder, impedindo que ele se some ao Judiciário e ao Ministério Público para garantir aquele sistema de freios e contrapesos que, segundo os estudiosos da Ciência Política, impede o predomínio absoluto do Executivo.

Outra pérola do PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos 3), como bem sabem as Sr^{as}s e os Srs. Senadores, é aquela ação programática referente a invasões de terra.

Vejam só o que diz o texto:

Propor projeto de lei para institucionalizar a utilização da mediação como ato inicial das demandas de conflitos agrários e urbanos, priorizando a realização de audiência coletiva com os envolvidos, com a presença do Ministério Público, do poder público local, órgãos públicos especializados e Polícia Militar, como medida preliminar à avaliação da concessão de medidas liminares, sem prejuízo de outros meios institucionais para solução de conflitos.

Nessa proposta, sem dúvida alguma, os autores trataram de se superar. Afinal, se já poderíamos dizer, sem fugir à verdade, que o programa apresentado pelo Governo Federal é um desfile quase interminável de propostas inconstitucionais, o que temos aqui, em um único parágrafo, é a soma de duas afrontas a cláusulas pétreas da Carta de 1988.

Em poucas linhas, busca-se golpear duas disposições contidas no art. 5º, exatamente o que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos. Busca-se golpear o inciso XXII, que garante o direito de propriedade. E busca-se golpear o inciso XXXV, que determina que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Em outras palavras, Sr. Presidente, no seu art. 5º, nossa Constituição dispõe que qualquer cidadão tem direito à propriedade e dispõe também que esse cidadão, vendo sua propriedade usurpada, tem o direito

de recorrer à Justiça para pleitear a imediata reintegração de posse. Pelo visto, esse arranjo não satisfaz os autores do programa, que preferem ver o cidadão mendigar junto aos invasores – em reuniões que, por certo, estender-se-ão por longo tempo – um bem que legitimamente lhe pertence. Então, nada mais nada menos: retira o direito de o cidadão tentar, como hoje, a reintegração de posse por meio da Justiça. Leva para os conselhos populares.

É evidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que essa proposta não tem a menor chance de vingar, e não apenas por ser profundamente injusta, o que já seria motivo suficiente para que lhe virássemos as costas, mas também porque representa uma ameaça terrível ao agronegócio, setor que tem contribuído enormemente para a saúde da nossa balança comercial.

De qualquer maneira, o simples fato de ter sido incluída no PNDH-3 (Plano Nacional de Direitos Humanos 3) é indicativo do espírito com que aquele texto foi elaborado.

Vejo que não podemos, de forma alguma... Tem-se que selecionar as pessoas de maneira psicológica e até psiquiátrica para fazerem esse tipo de sugestão sobre as leis. Vejo aqui que muitas pessoas recaladas, traumatizadas pela vida, deram sua parcela de colaboração com esse documento, porque não é possível que pessoas sãs, ou seja, que estejam fisicamente bem e com sua mente em perfeitas condições, sem nenhuma contaminação para influenciar negativamente num processo democrático, tenham participado da elaboração desse documento.

Um espírito que, como bem afirmou o *Correio Braziliense* numa inspirada série de reportagens sobre o assunto, publicada no mês de abril, é de “flerte com o totalitarismo”.

Um espírito que, como apontou o constitucionalista Ives Gandra Martins em entrevista concedida ao mesmo jornal, não parece ser o de inserir na Carta de 88 disposições que fortaleçam a temática dos direitos humanos, mas, sim, o de simplesmente escrever uma nova Constituição, mais próxima, talvez, daquilo que hoje se tem em países como Cuba ou Venezuela.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu poderia, por certo, falar de muitas outras facetas desse PNDH-3 que mostram o quanto ele se revela inconsistente e perigoso. Poderia, por exemplo, lamentar sua falta de compromisso com a erradicação do analfabetismo. Poderia externar minha preocupação com a tentativa de cerceamento ao livre pensar dos professores da rede pública, que, de acordo com a proposta, seriam permanentemente monitorados para que não se afastassem da cartilha oficial. Poderia, enfim, discorrer

com pachorra sobre todas as impropriedades que se acumulam em 228 páginas.

Sei, porém, que meu tempo já se encerra, de modo que concluo, manifestando minha esperança, minha certeza de que essa proposta não tem como prosperar.

Consta, Sr. Presidente – pelo menos é isso que dizem os jornais –, que a Secretaria de Direitos Humanos já fala em rever pelo menos 28 artigos do PNDH-3. Isso mesmo: 28 artigos. Foram tantas as reações – da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e da Associação Nacional de Jornais à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil ao Ministério da Defesa do próprio Governo; da Ordem dos Advogados do Brasil ao cidadão comum das ruas – que os autores do Frankenstein jurídico já admitem rever 28 de suas proposições.

Falando em Frankenstein, eu me lembro do Franklin Martins, que posava numa emissora de televisão de comentarista político. Aí, parece-me que na eleição de 2002 – ele ainda não tinha o cargo que tem hoje no Governo... E a gente ver a pessoa, um profissional que assume a condição de comentarista ser tendencioso é, no mínimo, ridículo; no mínimo, classificado como péssimo profissional. Ele tem que pensar de maneira que possa pensar com todos os seus direitos, mas não ser tendencioso. Eu, então, ouvia os comentários dele na disputa, Serra e Lula. A gente pensava que já estava ouvindo uma rádio oficial, uma televisão oficial do Governo do PT, e o Lula ainda não tinha sido eleito. Altamente tendencioso este cidadão, e fez bem ele ser assim porque ganhou um grande cargo no Governo Lula.

Não poderia haver demonstração mais cabal de que o melhor destino a ser dado ao documento – o PNDH – é mesmo o seu engavetamento. Um texto carente de tantos remendos, de tantos ajustes, não tem condições de ser recuperado.

É claro, Sr's e Srs. Senadores, que a temática dos direitos humanos deve ser motivo de atenção permanente da sociedade brasileira. Ocorre, porém, que estamos num ano eleitoral. Assim, será muito melhor que um novo Governo e um novo Congresso, a serem eleitos dentro de poucos meses, debrucem-se sobre o assunto a partir de 2011. Com prudência, ouvindo todos os segmentos da Nação e com muito mais legitimidade, eles haverão de produzir um Programa Nacional de Direitos Humanos digno desse nome; digno, este sim, do respeito de todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos agora o Senador inscrito, Senador AD, Alvaro Dias, que representa o PSDB e o Paraná. É um animal político, como disse Aristóteles. Muito jovem, ele era o “gostoso” lá de Londrina. Com 18 anos se candidatou a Vereador numa eleição brilhante, e, em todas as outras a que se submeteu, sempre tem conseguido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas é porque o Juscelino Kubitschek, no seu livro, diz que é preciso ter duas coisas para ser candidato: a primeira é ser conhecido – ele era o “gostoso” lá – e a segunda é ter charme. Está no livro do Juscelino *Por que construí Brasília*.

Então, V. Ex^a tem perspectivas invejáveis na política do Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Sem comentários, não é, Senador Mozarildo? Muito obrigado.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, Srs. Senadores, dois temas essenciais nesta segunda-feira foram produzidos pelo fim de semana de afronta à legislação. A oposição tem de estar presente, colocando na ordem do dia esse debate.

Infeliz do país sem oposição. Se com as denúncias os fatos são reiterados, imaginem se não denunciássemos. Neste final de semana, revelou-se que a Polícia Federal concluiu o inquérito confirmado irregularidades em licitações promovidas pela Petrobras.

Olhem, Srs. Senadores, nós, que idealizamos uma CPI da Petrobras e chegamos até a sua instalação, que procuramos investigar durante algum tempo as denúncias de irregularidades, podemos afirmar hoje, com absoluta convicção: é impossível encontrar, em qualquer empresa, em qualquer momento da gestão pública, uma seleção de irregularidades tão clamorosa quanto a que encontramos na atual gestão da Petrobras.

Os peritos da Polícia Federal constataram acordos e manobras clandestinas que resultaram num custo adicional de R\$1,4 bilhão para a Petrobras em cinco obras, entre elas a obra de ampliação da refinaria Getúlio Vargas, a Repar, em Araucária, no Estado do Paraná.

Aliás o Presidente da República fez questão, depois das denúncias, depois de ter o Congresso Nacional, no Orçamento da União, aprovado um dispositivo para impedir que os recursos fossem repassados a esta obra, por ter tido o Tribunal de Contas da União denunciado o superfaturamento, o Presidente vetou o

dispositivo, autorizou o repasse de recursos e fez mais: foi a Araucária, no Paraná e festejou com aqueles responsáveis pelo superfaturamento – e foi aplaudido.

O Presidente, lastimavelmente – digo, porque não é pedagógico – gosta de passar a mão na cabeça dos desonestos e sempre o faz até com certa irreverência e cinismo no discurso que pronuncia. Assim o fez no Paraná. Escolheu essa obra para visitar. Não foi inauguração, não está concluída. Por que razão? Para comemorar o fato de ser uma obra superfaturada, de ter sido denunciada pelo Tribunal de Contas e, depois, pelo Congresso Nacional?

Agora, a Polícia Federal a inclui entre as obras que foram alvo de “acordos e manobras clandestinas” – essa foi a expressão utilizada –, resultando num custo adicional de R\$1,4 bilhão. A área técnica da Polícia Federal descobriu que as construtoras participaram indiretamente da elaboração dos editais, de maneira a restringir o número de concorrentes, e combinaram previamente o lance vencedor das concorrências.

Ou seja, as empresas que concorrem elaboram o regulamento para participar com vantagem da concorrência e acabam preestabelecendo os preços que redundam em enormes prejuízos para o povo brasileiro. Esses consórcios paralelos operam em outras obras, instituindo uma engrenagem criminosa para lesar e fraudar concorrências da área de óleo e gás na Petrobras.

Esse fato revelado pela Polícia Federal demonstra por que o Governo temia tanto a CPI, por que o Governo gastou bilhões em publicidade para abafar a CPI, para desestimular os Parlamentares que a integravam e por que o Presidente Lula comandou, ele próprio, o processo de abafa dessa CPI, processo que implicou um rolo compressor jamais visto, que impediu qualquer iniciativa de investigação.

Por essa razão, a oposição adotou a estratégia de denunciar a farsa, retirar-se da CPI e encaminhar 18 representações ao Procurador-Geral da República, que determinou a instauração dos inquéritos competentes para, eventualmente, responsabilizar supostos responsáveis pelas irregularidades encontradas, razão das denúncias protocoladas junto ao Procurador-Geral da República.

Recentemente, visitamos o Procurador e pedimos a ele um relatório sobre esses inquéritos. Estamos aguardando para que possamos transmitir à opinião pública brasileira o que está adotando de providência o Ministério Pùblico Federal.

Durante os trabalhos da CPI, pudemos ouvir representantes do Ministério Pùblico, que relataram alguns procedimentos adotados que concluíram – inclusive com denúncias e até prisões que já ocorreram,

prisões provisórias. Crime de enriquecimento ilícito, de formação de quadrilha, de evasão de divisas, de sonegação fiscal, enfim, uma seleção de crimes com o aparelhamento de ONGs para a transferência de recursos, com a instituição de empresas laranjas exatamente para, ardilosamente, promover o desvio de recursos públicos através do superfaturamento e do sobrepreço dessas obras realizadas pela Petrobras. Isso tudo já está em andamento no Ministério Pùblico Federal. Portanto, o fato de esse final de semana ter a Polícia Federal divulgado a conclusão de um trabalho de investigação relativo a cinco obras é apenas uma parte daquilo que se poderá, se houver realmente investigação judiciária para valer, revelar como algo que vai produzir um grande impacto na opinião pública brasileira. Certamente, bilhões de reais estão sendo desperdiçados em razão da incúria administrativa, da irresponsabilidade pública e da corrupção.

Esse foi um fato do final de semana.

O outro fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, diz respeito à afronta à legislação eleitoral do País. Aliás, há um buraco na legislação. Nós já discutimos com o Senador Mozarildo Cavalcanti, no último final de semana, aqui em Brasília, exatamente este fato: não há uma legislação competente, estabelecendo normas rigorosas para organizar aquilo que se chama de pré-campanha eleitoral. Não há. Nós não temos eleições primárias no Brasil e não temos uma legislação que possibilite, por exemplo, decretar a inelegibilidade daqueles candidatos que afrontam a legislação. É por essa razão que o Tribunal Superior Eleitoral é obrigado a punir com a aplicação de multas irrisórias, como vem ocorrendo em relação ao Presidente da República.

Mas, neste final de semana, o 1º de maio, em vez de ser uma festa do trabalhador, em vez de a autoridade pública prestar homenagem aos trabalhadores, foi transformado em campanha eleitoral. Aliás, o Presidente, primeiramente, foi à televisão e, no seu discurso, afrontou a legislação, fez proselitismo, apoiou, a meu ver, de forma escancarada, a sua candidata à Presidência da República.

Sobre essa afronta com o uso da máquina pública, falamos aqui, desta tribuna, na última sexta-feira. Depois, no dia 1º de maio, realiza-se, em São Paulo, uma festa que é organizada pelas centrais sindicais todos os anos. As empresas estatais patrocinaram a festa.

Aproximadamente R\$2 milhões foram disponibilizados pelo Governo.

A CUT recebeu 950 mil da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNDES, da Eletrobrás e da Infraero. A Força Sindical, em conjunto com a Central Geral dos Trabalhadores do Bra-

sil, recebeu R\$200 mil da Caixa Econômica Federal e R\$350 mil da Petrobras e do Banco do Brasil. A União Geral dos Trabalhadores, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e a Nova Força receberam R\$260 mil, pagos pela Petrobras, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil.

É evidente que nós não condenamos que o Governo participe desse momento de festejar o 1º de Maio. Homenagear o trabalhador é uma obrigação de quem governa o País, mas usar o evento pago com dinheiro público para fazer campanha eleitoral extrapola as obrigações governamentais. Nesse caso, há uma combinação de improbidade administrativa com crime eleitoral. Trata-se de improbidade administrativa repassar recursos públicos com objetivos eleitoreiros visíveis.

E, obviamente, não há como ignorar a existência de afronta à legislação na campanha antecipada com utilização da máquina pública. Portanto, uma combinação de improbidade administrativa com crime eleitoral.

A oposição já encaminhou ao TSE a sua representação. Eu sei que dirão: "Mas lá em Santa Catarina, o candidato da oposição, José Serra, participou de um evento religioso que também contou com recursos públicos." Mas há, aí, uma enorme diferença. Há uma enorme diferença. Em Santa Catarina, o evento dos evangélicos, realizado na cidade de Camboriú, é tradicional, realiza-se todos os anos e há uma participação do Poder Público desde 2003. Os recursos são destinados para instalação de banheiros químicos, climatização do ginásio utilizado para a concentração dos evangélicos, o seu aluguel e, obviamente, para a propaganda na mídia local. São despesas com que arca o Poder Público, já que se trata de um episódio que atrai recursos para o Erário. É um estímulo ao turismo religioso, já que esse evento reúne milhares de pessoas de todo o País e até de fora, obviamente, significando dividendos econômicos para a cidade, para a região e para o Estado.

A presença eventual de José Serra, atendendo a um convite, certamente não tem a mesma conotação que teve a presença do Presidente da República, ao lado de sua candidata, nos festejos de 1º de Maio realizados em São Paulo pelas centrais sindicais.

Aliás, há até a manifestação do Sr. José Dirceu, ex-Ministro, que, ao enaltecer a candidatura oficial, procurou difamar o candidato José Serra. O tema do pré-sal foi rotulado com viés ideológico e José Serra foi citado no pronunciamento do ex-Ministro José Dirceu, citado repetidamente, como alguém que estaria contra o Mercosul e na retaguarda dos avanços sociais. A perfídia foi a tônica dos discursos num palco patrocinado

por verbas públicas, um acinte à legislação eleitoral, um misto de desafio e escárnio ao ordenamento jurídico e ao Estado de direito.

É por essa razão que as oposições ingressaram junto ao Tribunal Superior Eleitoral com representação, tendo em vista a utilização do dinheiro público num evento que se transformou em campanha eleitoral.

É evidente que o PT anuncia que pretende, também, representar em relação ao episódio de Santa Catarina. Acho que deve. Não condeno o Partido dos Trabalhadores se representar. Assim, nós poderemos verificar, na Justiça Eleitoral, no TSE, exatamente as diferenças que marcaram um evento e outro, as diferenças do procedimento do Poder Público no Estado de Santa Catarina e dos procedimentos adotados no plano nacional, com o financiamento, através das estatais, desse evento de São Paulo, na comemoração do 1º de Maio.

Enfim, para concluir, Sr. Presidente, quero afirmar que estamos convocados a discutir a experiência que estamos vivendo nessa pré-campanha eleitoral, porque, sem dúvida, nunca se antecipou tanto o processo eleitoral como neste ano de 2010. Exatamente em razão dessa antecipação, nós podemos constatar os equívocos que a ausência de uma legislação competente possibilita.

A afronta reiterada a partir do próprio Presidente da República, se colocando acima do bem e do mal, como se pudesse se colocar acima da lei, é algo que exige providências.

Se há dificuldades do Tribunal Superior Eleitoral, essas dificuldades devem ser reconhecidas, porque estamos verificando um momento inusitado na história do processo eleitoral brasileiro. Nunca, em tempo algum, um Presidente da República ousou tanto afrontar a legislação como agora. E, de outro lado, há a constatação de que a legislação, nesse campo, é frágil.

Repto: o TSE não pode declarar a inelegibilidade de candidato algum, já que candidatura, oficialmente, legalmente, não existe. Então, resta ao TSE aplicar multas, que são irrisórias e que não contêm essa disposição do Presidente da República, ou do PT, ou de candidatos de afrontar, repetidamente, a legislação, de forma impune.

Portanto, Sr. Presidente, creio que esse momento nos oferece essa lição. É preciso que os julgadores sejam rigorosos, mas eles necessitam de instrumentos legais que possibilitem essa ação de rigor no combate à impunidade no período eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora convidamos para usar da palavra o Senador inscrito Pedro Simon, que é tão conhecido quanto o

próprio Pedro, seu patrono, e como o próprio Simón, que foi o ícone dos governos republicanos em nossa América. Um belo nome, muito bem posto em V. Ex^a. É o nome de duas pessoas extraordinárias: um é o primeiro escolhido por Cristo, o outro é o primeiro da república americana, *El Libertador*. Os pais de V. Ex^a tiveram grande inspiração e sabedoria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu querido amigo Presidente Mão Santa, amanhã tem uma reunião realmente muito importante na Câmara dos Deputados.

Depois de muitas marchas e contramarchas, amanhã será finalmente votado o chamado Projeto da Ficha Suja na Câmara dos Deputados. Longo debate que se travou no Brasil inteiro. Longa discussão. Mas eu dizia, nos últimos dias venho repetindo, que chegou a ocasião, chegou a oportunidade de nós esclarecermos essa matéria. E eu dizia que essa é uma matéria que jamais vai ser decidida aqui, no Congresso Nacional, exclusivamente; é importante a movimentação da sociedade. E a sociedade se movimentou.

A Constituição prevê os chamados projetos de iniciativa popular, que precisam ter algo em torno de um milhão e não sei quantas assinaturas. Esse teve 1,5 milhão de assinaturas. Andou pela Câmara, rolou, foi para lá, foi para cá, e praticamente não ia ser votado. Eis que se mobilizou a sociedade; de modo especial, duas entidades: a OAB e a CNBB. Movimentaram-se junto ao Presidente Michel Temer, debateram, levaram praticamente duro o Presidente Michel Temer, que foi duro com os Líderes e com a Comissão de Constituição e Justiça. E amanhã vai ser votado em plenário um projeto.

Não tenho ideia, porque, até a última hora, haverá modificações, alterações, mas tenho a convicção de que não é o que se está esperando, mas já é alguma coisa. Tenho a convicção de que não é o que se deseja, mas já é alguma coisa. Se a Câmara votar, tenho a convicção, meu querido Presidente Mão Santa, de que votaremos o projeto em urgência urgentíssima.

Já deixo clara aqui a minha posição. Tenho certeza de que o projeto que virá da Câmara não é o de que eu gostaria, mas votarei a favor. Votarei a favor sem uma emenda pedindo que seja votado imediatamente, como aqueles projetos que vêm e saem, porque o projeto tem que ser homologado até os próximos dias para valer nas próximas eleições. Se ficarmos aqui e emendarmos e se o projeto voltar para a Câmara, morreu! O projeto não tem mais validade.

Então, já digo aqui, na véspera da votação, que é amanhã lá na Câmara, que, segundo a opinião dos vários Parlamentares com os quais tenho falado, a

disposição é esta: votar o que vem da Câmara sem emenda. Isso não significa que estejamos a aprovar o que veio da Câmara simploriamente. Não! É que nós não temos outra saída.

Então, digo eu: vote-se como veio. Tenho a convicção absoluta de que não será o ideal. Eu diria até que será um projeto ruim, mas melhor do que está. E vamos deixar para votar um projeto diferente depois. Amanhã a Câmara vota, vem para esta Casa, esta Casa vota imediatamente, vai à sanção Presidencial, e aí vamos discutir. Para a outra eleição, daqui a 4 anos, vamos discutir um novo projeto. Mas o que vier da Câmara deverá ser aprovado aqui.

O que é que está se falando que vem da Câmara? Sabemos que o projeto original, com 1,5 milhão de assinaturas, falava em ficha suja e dizia que quem fosse denunciado, depois da denúncia aceita, já não poderia ser candidato. Foi considerado exagerado: um promotor apresenta uma denúncia, talvez até injusta, o juiz aceita por aceitar e o político não pode mais ser candidato. Aí começaram a discutir as emendas da Câmara. A última versão, até o fim de semana passado, hoje já não sei o que está acontecendo, é de se aprovar um projeto em que o candidato, para não poder ser candidato, tinha que ser condenado numa sentença não unificada, não de um juiz, mas de um órgão colegiado. Este seria o projeto. Dizem alguns que o relator já fala que pode haver um recurso desse projeto, e aí o candidato poderia ser candidato independente dessa decisão. Não sei. Espero até amanhã.

Os jornais de hoje estão dizendo que a OAB pensa que nem eu estou pensando: não é o ideal, mas devemos aprovar o que sai da Câmara, porque já é o passo inicial para se fazer alguma coisa. O ideal eu venho assistindo e os meus projetos estão aí, inclusive um aprovado aqui no Senado, que está lá na Câmara, mas que não sai da gaveta.

Qual é a tese que eu acho... Não digo perfeita, porque falar em perfeição no combate à corrupção é quase impossível, mas uma tese exata. Quem tem ficha suja, quem está sendo processado não pode ser candidato. É a minha tese. "Mas, aí, então, o Simon está fazendo maluquice. Qualquer denúncia, o cara não pode mais ser candidato!" Não pode mais ser candidato. Mas aí vem o segundo projeto: quem tem alguma denúncia e não pode ser candidato, a Justiça tem a obrigatoriedade de julgá-lo até a eleição. Aí muda de figura. Quer dizer, o projeto não fica na gaveta do Procurador, nem na gaveta do juiz, nem na gaveta do tribunal, nem na gaveta de quem quer que seja! Tem de ser discutido, tem de ser votado. Aí muda tudo. Aí o Brasil passa a ser não mais o País da impunidade.

A gente, às vezes, pensa: "Poxa, mas o Brasil, o Brasil é um país corrupto: os políticos são corruptos, a sociedade é corrupta. Os outros países não são assim." Não é verdade. O que tem de corrupção no Brasil tem na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão e por aí afora. A diferença é outra. A diferença não é que lá não há corrupção e aqui há corrupção. Lá há corrupção e aqui há corrupção. A diferença é que lá se pune e aqui não se pune. Lá o cara pode ser importante e vai para a cadeia. Três ministros japoneses – já disse aqui mil vezes – se suicidaram para não ir para a cadeia! O presidente da Fiat, a maior empresa da Itália, foi para a cadeia, um ladrão! Nos Estados Unidos, em qualquer país, o cara pode ser importante, pode ser doutor, pode ser banqueiro, pode ser quem quer que seja, pode ser Presidente da República, mas é condenado!

No Brasil, não precisa ser Presidente da República, não precisa ser doutor, não precisa ser banqueiro, por qualquer coisinha, se pegar um bom advogadozinho e não sei o que, não acontece nada. Cuidado: não pode roubar galinha. Se rouba pouca coisa é perigoso. Está aí um ex-Governador paulista, importante, ilustre, passou a vida inteira um processo atrás do outro, nunca foi condenado. Se meteu com galinha, agora foi condenado. Agora sim. Condenado porque, quando foi Prefeito de São Paulo... Negócio de galinha... Qualquer coisa, roubou, ladrão de galinha vai para a cadeia. O mal do Brasil é este: é a impunidade.

Por isso a tese que eu defendo. Não pode ser candidato.

A imprensa, inclusive ... Inclusive jornalistas importantes que nem Dora Kramer cobram dos partidos políticos. Quem tinha que fazer a seleção era o partido político. O partido político, na hora de escolher os candidatos, não podia escolher candidato de ficha suja. E hoje tem partido político que escolhe até vigarista. Cara que tem ficha marcada mas que tem voto. Doleiro, jogador de banca de bicho e não sei mais o quê, até crack, por aí, mas tem prestígio atrás, é candidato. O partido não faz a seleção que deveria fazer. Eu tenho um projeto dizendo isso.

Numa convenção partidária, um percentual mínimo pode entrar com requerimento pedindo que tal candidato não seja candidato, e ele vai ter que ser votado separadamente na convenção. E o que acontece na convenção é que a gente está em votação. Numa convenção, a gente quer saber quem é o candidato a presidente da República, quem é o candidato a governador, quem é o candidato a senador e quem é o candidato a prefeito. Ninguém está querendo saber quem é o candidato a deputado, o candidato a vere-

ador. Esse vai no grito, numa lista de 80 nomes, um atrás do outro.

O meu projeto determina: "O Pedro Simon está aqui na lista"; "Ah, mas esse é vigarista, esse eu quero ver". Então, eu peço o destaque. Eu peço a palavra, entro com o requerimento, falo por que ele não deve ser candidato, e ele deve ser votado isoladamente. Para mim, já era o ideal. O partido já deveria começar a fazer a seleção, como diz o Presidente da OAB. Ele tem razão. Mas não faz.

Meu projeto não passa. E os partidos não precisavam nem de projeto. Isso era uma questão de ética, de moral. Mas não fazem.

Então, o cara é candidato. Mas, lá pelas tantas, aparece na lista que o fulano praticou um ato de corrupção. Quando digo que praticou um ato de corrupção, eu digo em tese. Está sendo denunciado. O que acontece hoje? Nada. No meu projeto, ele tem que ser julgado. O Supremo Tribunal que encontre a fórmula. Os senhores talvez nem saibam. O Brasil não sabe. Justiça Eleitoral que nem no Brasil, juiz eleitoral na cidade, Tribunal Eleitoral para discutir, para debater, para analisar, só tem no Brasil. Não sei se em algum outro País por aí, importante nenhum. Nos Estados Unidos, na Europa, na Itália, na Inglaterra e na Alemanha é a Justiça comum que julga os crimes eleitorais. O Brasil tem uma Justiça só para isso. Por que não se faz uma fórmula através da qual crime eleitoral... Perdão, crime envolvendo candidato. Quem é candidato, esta Justiça tem que fazer o julgamento.

E o meu projeto diz isto: candidato com ficha suja não pode ser candidato. Cidadão com ficha suja, perdão, não pode ser candidato. Cidadão com ficha suja que é candidato, a Justiça tem que julgar até o dia da eleição.

Mas digamos que não deu para julgar. Não julgou. Vamos dizer que tenha dois mil candidatos com ficha suja. Dos dois mil, cinquenta vão ser eleitos. Esses cinquenta que forem eleitos... Quer dizer, candidato com ficha suja que foi eleito e que não foi julgado até a eleição, tem que ser julgado entre a eleição e a posse. Muda tudo. Muda tudo. Em vez de eu pegar um advogado que pode não entender nada de qualquer ramo do Direito, mas que é um bom malandro para empurrar a legislação para lá e para cá, para lá e para cá, para não julgar nunca, deixar o tempo passar...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É o que acontece. Ninguém é julgado. Esse é o ideal.

Eu estava dizendo aqui – já lhe darei o aparte, nobre Líder – que amanhã a Câmara vai julgar o processo chamado Ficha Limpa, que veio – como V. Exª

sabe melhor do que – da iniciativa popular. E, finalmente, amanhã vai ser julgado.

A proposta que eu faço... E já aproveito para falar, porque a minha credibilidade aqui é minha, que não sei se tenho dois votos da minha Bancada. Mas fala V. Ex^a, que é um grande líder. Na minha opinião – e o Presidente da OAB está dizendo isto na imprensa de hoje –, se o projeto for votado amanhã e vier para cá, nós temos que votá-lo como veio de lá e devolver. Não virá como nós queremos. Vai vir muito aquém do que nós queremos. Mas, como diz o Presidente da OAB, é o início. E se nós apresentarmos uma emenda, é o que muita gente quer: a emenda volta para a Câmara, passa o prazo de 5 de junho e não tem mais valor.

Com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Simon, vindo para cá, eu acompanhava o seu pronunciamento pela rádio e eu queria lhe passar algumas impressões minhas. A primeira é exatamente esta: a ideia que mais me agrada, se eu pudesse construir um mundo ideal, era aquela esposada por V. Ex^a em primeiro lugar aqui na Casa de nós termos os mecanismos necessários para que a Justiça julgassem, até a ultima instância, antes da diplomação ou antes da posse. Aí seria uma questão de se ver o que caberia. Então, ninguém ficaria com pendências pós-posse ou pós-diplomação. Seria, para mim, o casamento perfeito entre o espírito democrático e a justiça. Outra hipótese aventada seria a de, ao invés de o juiz singular decidir, o colegiado decidir. Há possibilidade, sobretudo, nos Estados do Norte e do Nordeste, de injustiça. Pressionam. Um jornalista combativo é candidato. Um governador soba diz: “Condena aí, inventem não sei o quê”, e acaba saindo uma condenação torta. Por mais que ele desminta depois, passou a sua chance de ser eleito. E a outra hipótese é essa de se confiar no juiz singular. O que estava me causando espécie era o fato de a Câmara não deliberar. Então, chega aqui um projeto de iniciativa popular, com um milhão e setecentas mil assinaturas, e passa para amanhã, passa para depois. Nós não podemos, aqui no Senado, pensar em postergar esse projeto, sob hipótese nenhuma. Nós temos que votá-lo. É hora de cada um mostrar a sua face, é hora de cada um dizer a que veio na vida pública, enfim. Votar o projeto, com rapidez. Porque lá demoraram muito, mas se votarem agora se redimem. Mas eu queria chamar a atenção de V. Ex^a para o fato de termos partidos que precisam do povo, através de um projeto desse de iniciativa do próprio povo, para nos dizer aquilo que não precisaria nos dizer porque os partidos deveriam fazer. Porque se os partidos exigissem certidões dos seus candidatos e dissessem: “Olha, ou você tem certidões negativas ou você não é

candidato aqui comigo”, nós já teríamos esse problema minimizado e, quem sabe, eliminado. Mas os partidos querem saber quantos votos. Querem saber quanto soma para a legenda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Lá, naquela vila eles têm votos. Pode ser um bicheiro, pode ser não sei o quê. Mas ele tem gente atrás dele. É um bom candidato.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É aquele velho negócio: “Ainda não se provou”, ainda não sei o quê. E esse ainda vai permitindo uma balbúrdia. Eu penso que os partidos são culpados disso. Porque se estabelecesse uma regra muito clara do tipo “não teve a certidão negativa, não é candidato”, ponto, acabou. Então, cuide de ter a sua vida de modo a ela lhe permitir tirar as certidões negativas em relação aos crimes, às acusações de crimes que sejam os crimes tipo: improbidade, evasão de divisas, sonegação, formação de quadrilha, desvio de recursos públicos. Enfim, eu não me refiro à briga do vizinho com a vizinha, eu não me refiro àquele que bateu o carro no da outra e que deu um processo, porque machucou...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que brigou com a mulher...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Que brigou com a mulher... Isso é coisa de Vara de Família. Eu me refiro a crimes que têm a ver com dinheiro público. Ou o empresário que não tem nada a ver com o dinheiro público, mas que ganhou dinheiro na fraude, que ganhou dinheiro na picaretagem, aí, de repente, vem com esse dinheiro para a política achando que vai cumprir uma nova etapa na sua vida não tão limpa. Então, eu quero me congratular com V. Ex^a porque nós vamos receber... Se a Câmara votar de verdade, nós vamos receber uma grande responsabilidade aqui. Vai ser uma bela pressão que vão fazer sobre nós. E nós devemos aceitar essa pressão, prazerosamente, porque há certas horas em que as definições têm que acontecer. Eu sou a favor com clareza de não minimizarmos, não menoscabarmos um projeto que, por mais que me pareça imperfeito – e a mim, ele me parece imperfeito –, vem com o respaldo de 1,7 milhão de brasileiros. E digo a V. Ex^a: farei tudo para que esse projeto seja aprovado. Se esse projeto fosse denegado, seria uma decisão soberana da Casa. Cada um exporia seu nome no painel e ponto. Agora terrível é o Congresso, as duas Casas não votarem. Aí é terrível. E significa nós termos decidido que o nosso destino é virar as costas para a sociedade, é virar as costas para a população. Aí seria algo absurdo. Mas o absurdo não tem sido uma coisa rara nesta legislatura, que V. Ex^a e eu estamos compondo. Portanto, parabenizo V. Ex^a. Vamos esperar que venha o projeto para que cumpramos com o nosso

dever. Tenho certeza de que nós o cumpriremos. Muito obrigado, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não calcula a felicidade que me traz o seu aparte. Só o aparte de V. Ex^a justifica já o meu pronunciamento, porque V. Ex^a é um grande líder. Não é apenas um grande Líder do PSDB, mas exerce uma influência, que todos nós reconhecemos, na maioria da Casa, em vários Partidos de Oposição e em outras Lideranças de outros Partidos, como é o meu caso. V. Ex^a já está definindo a sua posição. E tenho certeza de que muitos irão atrás de V. Ex^a. Acho que isso que V. Ex^a disse nesse momento a imprensa vai noticiar amanhã: “O Líder Arthur Virgílio já deu o seu ponto de vista”.

Vamos votar como veio da Câmara. Sabemos que não é o perfeito. Isso a gente não precisa nem saber. Não é o perfeito; ainda falta muita coisa. Vai faltar muita coisa, vai faltar muita coisa. Mas vamos aprovar como veio. Ao contrário, Senador, nós já aprovamos muitos projetos importantes aqui e está tudo na gaveta da Câmara. Quando eu vou cobrar, sabe o que eles dizem para mim? Eu fico assim... Eles dizem o seguinte: “Não, você é Senador! Vocês votam essas coisas porque vocês sabem, vocês confiam no nosso, entre aspas, patriotismo; confiam que nós vamos deixar na gaveta, nós não vamos votar”. Eu digo: então votem, rapazes! Não, não! Os nossos projetos estão lá. Nós já votamos verba pública de campanha: o Senado já votou; está lá na gaveta da Câmara. Nós já votamos essa questão da ficha suja: está lá na gaveta da Câmara; não sai da gaveta da Câmara. Nós não vamos fazer uma resposta. Vamos fazer exatamente o contrário: vamos votar como veio da Câmara – fico feliz porque V. Ex^a concorda – e depois vamos melhorar, depois vamos discutir.

Estamos vivendo um grande momento. O Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado, garantiu que vai pôr em votação. Reuniu os Líderes e os Líderes concordaram. Foi difícil na Comissão de Constituição e Justiça; foi difícil porque na Comissão de Constituição e Justiça pediram vista, não queriam, não sei o quê, mas amanhã vai direto para o plenário, com a assinatura dos Líderes. E com a assinatura dos Líderes vai ser votado amanhã no plenário.

O apelo que se está fazendo... É claro que todos nós sabemos que é só meia dúzia dizer “não vamos dar *quorum*”, e não tem *quorum*, se pedida uma verificação. É só entrarem com uma emenda à última hora, e não se vota.

Mas o que se está fazendo, o apelo dramático que se está fazendo, as entidades sociais, a OAB, a CNBB, a sociedade, é no sentido de que a Câmara vote amanhã. E se a Câmara votar amanhã, Sr. Presidente,

com que alegria nós, talvez até já nesta semana, com a concordância dos Líderes, tendo à frente o Senador Arthur, votaremos aqui no plenário, a tempo de valer para essas eleições.

Eu acho um momento muito importante da política brasileira. Eu dizia que, quando foi para a cadeia o Governador do Distrito Federal, alguma coisa nova estava acontecendo. Eu acho que está acontecendo. Estamos vivendo esse ambiente novo. Eu acho que se está vivendo.

Se a Câmara votar lá, nós votaremos aqui e vamos ter uma nova etapa na vida política do Brasil.

Muito obrigado, meu querido Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a deseja usar da palavra?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com a palavra, como Líder, o Senador Arthur Virgílio, que é o Líder do PSDB, representa o Amazonas e, sem dúvida nenhuma, ao longo desses anos em que estamos aqui presentes, ele defendeu as liberdades democráticas.

Nós vamos ter eleições, com perspectivas de alternância no poder, pela bravura de V. Ex^a, que comandou o seu partido e outros, garantindo a continuação e o aperfeiçoamento dessa democracia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Eu estava acompanhando o Senador Simon e dizendo que os partidos deveriam fazer a sua parte, ou seja, exigir que os candidatos provem serem eles fichas limpas para poderem aspirar a um lugar nas legendas que disputarão o pleito de outubro vindouro.

A decisão do PSDB do Amazonas é muito clara: se não tiver ficha limpa, não será candidato, não importa se tem voto ou não. É uma decisão nossa, do nosso diretório, e é uma decisão antiga que estamos externando agora em função do fato que se avizinha.

Sr. Presidente, gostaria de transmitir a V. Ex^a a minha preocupação, e é um assunto que deve ser tratado com muita maturidade, com muito pé no chão, porque envolve o futuro do clima em que se vão ferir as próximas eleições, Senador Simon. Quero até me antecipar a uma certa mediocridade com que adversários nossos respondem a propostas elevadas que fazemos a eles ou a críticas elevadas que a eles dirigimos. Depois de dizer o que vou dizer, vão dizer que o José Serra participou de um evento que tinha o patrocínio da prefeitura de não sei de quê, governada por um aliado, enfim. Não estou discutindo aqui patrocínio. Estou dizendo que, além da festa de 1º de maio milionária de

que participou o Presidente Lula com sua candidata... Porque o José Serra é pré-candidato, e a Ministra Dilma é candidata, abertamente, há muito tempo. Além, acima e afora essa questão de quem patrocinou ou não patrocinou; além, acima e afora do fato de que há um jogo de cooptação de centrais sindicais, estava a diferença entre as posturas. O pré-candidato José Serra compareceu, fez o seu discurso e não mencionou candidatura; enfim, não pediu o voto de ninguém. O Presidente Lula não só fez o contrário, como agiu em flagrante desrespeito ao Tribunal Superior Eleitoral. Ele dizia algo do tipo: "Eu não posso pedir votos, eu não posso dizer quem vai ficar no meu lugar, mas vocês sabem que é, não é? Vocês sabem? Vocês têm conhecimento?". Algo com isso, enfim

E eu me pus, Senador Simon, a meditar se isso era uma atitude pouco madura. Mas, aqui desta tribuna, eu já pude rechaçar companheiros meus que disseram certa vez ser o Presidente Lula um homem inculto. Eu digo não é inculto, pode não ter a cultura formal, mas um homem que viajou por tantos países, que foi presidente de um sindicato relevante, que foi o maior líder sindical que o Brasil já conheceu, que já foi Deputado Federal Constituinte, que já foi candidato a Governador do seu Estado, que foi três vezes candidato a Presidente da República antes de se eleger, esse homem não é inculto. O Presidente da República, com quase oito anos de exercício, esse homem não é inculto; esse homem conhece dados da economia brasileira, conhece dados da economia dos demais países, conhece os principais líderes do mundo; com eles, troca idéias. Se não tem a formação cultural linear, ele tem uma formação cultural não linear, mas que dá a ele uma dose de informação que é muito superior à da maioria das pessoas que conheço, da maioria das pessoas que podem estar até na academia...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Muitos podem até ter saído da faculdade e podem não ter esse conhecimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muita gente sai da faculdade, faz pós-graduação em Ciência Política e não tem o que ele aprendeu.

Então, se eu não concordo quando tentam minimizá-lo por aí, eu, por outro lado, não aceito que digam: "Ah, é um gesto imaturo dele, é um gesto...", ou seja, que se minimize o alcance do seu ato de desrespeitar, mais uma vez, a Justiça Eleitoral. Porque foi o que ele fez. A impressão que ele me passa é a de que está testando limites, que está querendo saber até onde pode transgredir. O que é tolerável, até que ponto ele pode chegar sem que o Tribunal Superior Eleitoral nele amarre um cabresto. Minha impressão é essa, com clareza.

E tenho outro receio, o de que, as eleições prosseguindo e não havendo a tão esperada, por ele, reação eleitoral, nas pesquisas sérias, da candidata que ele lançou, ele possa vir a utilizar os tais movimentos sociais para criar um clima de instabilidade nas ruas, um clima de eleição tumultuada, um clima de eleição turvada, de eleição turva, um clima de água parada, de água não boa, de água suja, de água não límpida para esta eleição. Contradizendo duas opiniões dele: uma, a de que seria o magistrado e que estaria muito satisfeito com a qualidade dos candidatos. Teceu elogios aos três candidatos, ou aos quatro, na época, porque incluía Ciro. Teceu elogios a Marina – nem sei se citou o nome, nem precisava –, a Serra e a Dilma, dizendo: "Qualquer um deles que vença toca o Brasil bem". Essa foi uma colocação que o Brasil inteiro leu, proferida pelo Presidente. E eu pensei com os meus botões: ele quer eleição limpa, ele quer eleição lisa, ele quer o Brasil consolidando a sua vocação democrática e as suas instituições.

Nesse tumulto da eleição, ele já se desdisse outra vez. Ele dizia: "Quando eu não for presidente, vou morar em São Bernardo, e não vou me envolver no governo dos outros". Isso ele fazia uma alusão ao Presidente Fernando Henrique, que, usando do seu direito de cidadão, volta e meia, critica o governo dele. Mas ele não critica os votos do Presidente Collor, que são sistematicamente a favor dele, e é um ex-presidente. Ele não critica o apoio que lhe é dado, sistematicamente, pelo Presidente José Sarney. Então, ele não gosta do ex-Presidente que o critica, mas aceita se os ex-presidentes falarem se os ex-presidentes estiverem com ele. Isso revela um certo viés autoritário, revela um certo viés autocrático, revela uma certa intolerância com a figura da oposição.

Eu então, Senador Pedro, gostaria de dizer que fiquei bastante intranquilo porque a cena – e isso repercutiu na internet muito intensamente –, a cena do 1º de maio, aquele clima de candidatura, aquele clima de desrespeito à Justiça Eleitoral, ele coloca diante da Justiça Eleitoral duas saída possíveis, duas hipóteses, ou duas alternativas. Primeira alternativa – e já lhe concedo um aparte – é a Justiça Eleitoral fazer o que ela não vai fazer, ou seja, omitir-se e deixar-se desmoralizar, avançando o Executivo em algo que desmontaria os alicerces da democracia brasileira. A segunda alternativa é a Justiça Eleitoral ser exemplar e, com muita autoridade – e confio na capacidade de a Justiça Eleitoral demonstrar autoridade –, dar um basta nisso e dizer: "Olha, nós temos regras. A partir do dia tal, pode fazer isso, isso, isso. A partir de junho, pode fazer isso, isso, até as convenções. Depois das convenções, são as candidaturas verdadeiramente postas, legalmente

postas, aí, dá para se fazer campanha nos níveis tais, tais, tais, com as proibições quais, quais, quais, e as autorizações tais, tais, tais".

Ou a Justiça Eleitoral faz isso – e eu creio que ela fará, embora eu não esteja aqui para induzi-la, mas, meu Deus!, eu a respeito –, ou ele vai achar que pode esticar o limite, que pode avançar um pouco mais, e isso será um golpe rude na democracia que queremos construir.

Nos Estados Unidos, por exemplo, Hillary discutiu acidamente com Obama para ver quem seria o preferido do Partido Democrata. Foram a um ponto que não lhes permitiu ruptura; uniram-se e derrotaram McCain. John McCain discutiu e debateu com frágeis candidatos que o enfrentaram, e ele era consagradoramente o mais bem preparado, e foi candidato lá. Aí houve a luta entre McCain, que é um herói americano de guerra – e eles prezam muito esse título, homem de fato de valor porque sofreu tortura e recusou a liberdade que lhe ofereceram – e Obama, que, com ares de modernidade, com propostas de abertura no diálogo democrático com o mundo, vencendo este último as eleições. Mas o clima foi cordial o tempo inteiro, o clima foi de luta dura, mas de respeito às regras.

Então, se há regras, essas regras devem ser observadas pelas pessoas conscientes que disputam eleição; e as regras, se forem inobservadas, elas devem ter quem as imponha. Então é a hora e a vez de um Tribunal Superior Eleitoral, muito afirmativo, dizer que esses limites já estão superados há muito tempo, que não é mais aturável que se prossiga nessa rota, que só vai jogar brasileiros contra brasileiros e vai tirar a beleza de algo que deveria ser uma festa democrática, que é a eleição Presidencial.

O Brasil tem uma democracia tão recente, tão jovem e deveria, portanto, zelar por ela a partir da sua autoridade máxima, que é o Presidente da República, que fica muito bem quando diz que o Brasil, vença quem vencer, seguirá um rumo. E o Brasil tem um rumo hoje econômico, tem um rumo hoje político, o Brasil hoje é uma democracia, que se pode dizer uma democracia consolidada. E o Presidente fica muito mal quando pega a sua candidata, põe embaixo do braço e começa a fazer papel de cabo eleitoral, até porque não é esse o papel de um Presidente. Ele pode ter a sua preferência, ele pode indicar a sua preferência, ele pode discretamente falar da sua preferência, mas ele não pode se rebaixar ao papel de cabo eleitoral, porque isso não é da compostura, não é da postura, isso não é da liturgia do cargo que ele ocupa.

Ouço V. Ex^a, Senador Pedro Simon, com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a e vários parlamentares estão levantando aqui, há algum tempo, essa situação que me parece realmente delicada. O que a gente sente é que o Governo vai apertando, para ver até onde ele pode levar a sua participação no processo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É a minha impressão.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ele vai avançando, vai avançando até um determinado momento, dando a entender que vai haver um determinado momento em que a Justiça vai ter que fazer alguma coisa, e aí eu acredito que o Governo pode até recuar. Eu vejo o seguinte, quer dizer, nós estamos vivendo numa situação diferente. Repare V. Ex^a, olhando para a história: lá atrás, nos poucos processos eleitorais de candidatos à Presidência da República, o Juscelino era o Presidente, o Lott era o candidato de Juscelino, mas parece até que o Juscelino não fazia muita questão de que o Lott ganhasse, porque, na verdade, não teve nenhuma participação. Não vi, em nenhum momento, o Juscelino participar de qualquer ato da eleição do Sr. Lott. Aí foi o Senhor Presidente Sarney. Houve um desentendimento entre o Sarney e o Presidente Ulysses, candidato do PMDB, e o Presidente Sarney não participou, em nenhum momento, da eleição a favor de nenhum candidato. Até pelo contrário, foi tão atacado na imprensa, nos espaços políticos, que ele entrou na Justiça, que determinou que ele fosse ao programa eleitoral do Sr. Collor para responder ao Sr. Collor sobre os ataques que ele vinha sofrendo. Então, não teve nenhuma participação. Aí veio o Itamar: o candidato do Presidente Itamar Franco era o Fernando Henrique. Foi indicado pelo Presidente Itamar, pois era o seu Ministro da Fazenda, era o homem do Plano Real. Mas, em três ocasiões – eu era Líder do Governo – o Itamar se meteu, criticava Ministros por se posicionarem a favor de Fernando Henrique: "É nosso candidato, quem quer me agradar vote nele, mas o Governo não pode ter contribuição". Proibiu. Se os senhores repararem a vitória de Fernando Henrique na primeira vez, não teve um ato, uma vírgula do Governo a favor da candidatura do Sr. Fernando Henrique. Foi candidato à reeleição; ganhou do Lula. Está aí o Lula. Neste momento, é a primeira vez que está acontecendo um fato estranho. Isso que está acontecendo aqui não aconteceu. Eu não ouvi falar de o Fernando Henrique se meter nem a favor do Serra, nem a favor do ex-Governador de São Paulo. Quer dizer, é a primeira vez que está acontecendo. Com toda a sinceridade, eu acho que, se nós repararmos, praticamente a unanimidade do Supremo foi indicada pelo Presidente da República – parece que apenas um ou dois não. Nove

foram indicação dele. E vamos fazer justiça à imparcialidade do Supremo, que está agindo com seriedade. Todos nós acreditamos nessa responsabilidade. Estão querendo encontrar uma fórmula. Eu acho que o Presidente Lula... Não digo o Sr. Ministro da Justiça, porque eu não o conheço – é uma figura nova, não sei. Mas uma figura como o Ministro Jobim, que já tem intervindo – ele já foi Presidente do Supremo, Ministro da Defesa; já existem várias decisões, disputadas entre Judiciário e o Presidente da República em que ele interferiu e ajudou a assentar –, eu acho que poderia chegar a um entendimento: o que pode e o que não pode. Acho que seria uma grande coisa que o Presidente da República faria, seria uma grande coisa que a Justiça Eleitoral faria. E eu, sinceramente, não vou dizer de público, que fica sem graça, mas eu vou falar com o Ministro Jobim achando que seria uma grande coisa que poderia ser feita: o que pode e o que não pode. O que eu estou sentindo é isto – não sei se V. Ex^a concorda comigo –, que o Presidente quer avançar até o limite do tolerável, e não me passa pela cabeça que o Presidente queira avançar no limite do intolerável. Não, mas enquanto a Justiça for deixando, ele vai avançando. É o que aconteceu no Dia do Trabalho. O Dia do Trabalho foi uma festa patrocinada por entidades governamentais. É uma interrogação: pode ou não pode? Então, essa questão eu acho que seria muito interessante, porque se engana o Presidente Lula se ele acha que essa sua maneira de falar “Todo mundo sabe quem é o meu candidato”, essa coisa toda, é uma maneira simpática. Não. Cá entre nós, todo mundo sabe que a Dilma é candidata do Lula. Não precisa dizer. Mas são coisas que ele pode fazer sem fazer o que está fazendo. Então, eu acho sinceramente, e agradeço a gentileza de seu aparte, que seria uma forma compreensível se a Justiça e o Presidente – e não tem nem de aparecer na imprensa – fizessem o entendimento para dizer até onde vai, para não acontecer o que se está vendo. O que a gente está vendo é que vai chegar o momento em que o Lula vai avançar, e a Justiça vai dizer: “Pare!”, ou a Justiça vai dizer “Pare”, e o Lula vai parar. Por isso, eu concordo com V. Ex^a e acho que seria de muito interesse se nós chegássemos a um determinado entendimento, até porque eu acho que o fruto dos lucros que o Presidente possa ter dado para a Dilma numa reunião que tivemos no dia 1º, os apartes, os discursos de V. Ex^a e a imprensa, a qual vem botando em manchete – hoje, estão em todos os jornais que foi apoio oficial etc., etc. –, produz um desgaste desnecessário. Acho que seria muito bom se houvesse esse entendimento. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Pedro.

V. Ex^a tem razão. Eu suponho que sequer isso aí dá dividendos eleitorais. Eu não vejo que dê, até porque toda essa sofreguidão do Presidente termina minimizando a figura da Dr^a Dilma Rousseff, que termina ficando pequena, enquanto nós temos um pré-candidato autônomo, que depende do apoio de todos nós, do apoio de seus partidários, enfim. Mas ele foi lançado precisamente porque, de todos nós, ele era o mais denso, o que tinha supostamente mais preparo para dirigir o País e supostamente aquele que tinha mais votos, porque as pesquisas eram muito claras, mostrando que ele é um homem de votos. O engraçado é que as pessoas diziam: “Ah, o Serra é antipático. Então, ele não é bom de votos”. Mas esteve na frente, nas pesquisas, do Lula, em 2005 e 2006.

De 2007 em diante, jamais esteve atrás, nem naquela pesquisa Sensus que está sendo desmontada tecnicamente pelo meu partido e que vai dar grande dor de cabeça para esse estudo. Nem naquela ele ficou atrás.

Eu pergunto: Como é que é ruim de voto e não perde em pesquisa nenhuma de ninguém? Só perdeu em uma pesquisa de Lula, em 2006, quando ele falou “Não sou mais candidato”. Aí saiu no Datafolha, ele atrás um pouquinho e na frente no segundo turno. As demais todas ele venceu. Mas isso é uma coisa para o eleitor decidir na hora.

V. Ex^a tem razão. Eu tenho uma sugestão muito clara para dar.

Antes, eu queria pegar um gancho no aparte tão lúcido e tão oportuno de V. Ex^a para levar a memória para a fase constitucional de Getúlio. Getúlio, deposto, foi para São Borja. E Getúlio apoiou Dutra. Muito bem. O Governo, naquela altura, não estava em condição de ser utilizado enquanto máquina, mas a própria postura de Getúlio foi muito clara, foi muito distante, foi muito olímpica: ele declarou apoio a Dutra, e esse apoio de Getúlio se transmitiu pelos canais de comunicação, que eram muito mais tênues do que os de hoje, muito mais pálidos do que os de hoje. Mas o Brasil passou a saber que o candidato de Getúlio Vargas era Dutra. Então, o Marechal Eurico Gaspar Dutra se elegeu Presidente da República.

Depois, o Marechal Eurico Gaspar Dutra – que tem, a meu ver, a mancha, como Vargas tem, de ter sido, um, o ditador, e o outro, o braço direito, o Ministro da Guerra do ditador – se portou muito bem na sua fase constitucional. Ele dizia que o livrinho era o que limitava a sua ação. Era o livrinho, a Constituição. E, por outro lado, o homem que chegou ao poder morando na Rua Redentor, em Ipanema, e deixou o poder e continuou lá até o fim dos seus dias, morando na Rua Redentor, em Ipanema, na mesma casinha – não era

apartamento –, na mesma casinha de classe média que estava ao alcance de um general. Estava ao alcance de uma pessoa com o nível de renda que era o dele e que fez uma “poupançinha” quando era Presidente da República, mas já morava na casa antes.

Tinha uma frase dele muito boa. Ele dizia: “No poder, não compre nada, porque vão querer vender barato para você, e nem venda nada, porque vão querer pagar mais do que seu bem vale”, porque vão querer bajular o poderoso presidente, ou o poderoso governador ou o poderosos prefeito, enfim. São regrinhas que deixaram, de repente, de ser observadas por muitos, mas que mostraram aquele homem inatacável. Havia poucos instrumentos de fiscalização, e não tinha o que se fiscalizar no Dutra.

Pode-se questionar que ele não usou bem as reservas internacionais do Brasil. É verdade. Mas não dá para questionar que se tratava de um homem de bem. Esse homem de bem, depois, vai para a eleição de Getúlio. Qual foi o gesto de uso de máquina de Governo que Dutra teve? O que a história registra de pressão, de gastos estapafúrdios de recursos, de Ministros se envolvendo dia e noite em campanha, deixando de trabalhar para fazer campanha? Nada. Getúlio venceu pelo seu próprio peso. Obviamente, ele era candidato de Dutra. Dutra, em algum momento disse: “Meu candidato é Getúlio”. Getúlio não pôde emprestar apoio àquele que seria o seu candidato natural, Juscelino, mas sabemos que Getúlio, se não tivesse havido o infortúnio que o levou ao suicídio, tampouco teria utilizado máquina para fazer nada a favor de Juscelino. Ele teria deixado Juscelino, que era aquela grande personalidade, atuar como atuou.

Engraçado é que o Brasil vem de alguns desvirtuamentos de muito tempo atrás, de muito tempo para cá. Juscelino se porta como um magistrado diante de Jânio. Aí, o que dizem as pessoas? – o raciocínio é torto: “Ah, o que ele queria era que Lott perdesse porque Jânio ganhava e, depois, ele voltava”. Puxa, se Lott vencesse – não tinha reeleição –, ele também voltaria. E, se ele quisesse voltar, como ele queria, mais facilmente talvez até pela própria inabilidade política daquele homem decente, aquele grande brasileiro, aquele grande democrata que foi o Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, uma figura que merece todas as nossas reverências.

Depois de Juscelino, vem Jânio Quadros, que renuncia com sete meses, um parto prematuro. Assume João Goulart, que não tem tempo de chegar até o momento de apontar o seu sucessor. Aí vem o ciclo dos militares que se revezaram no poder, até que chegou a vez de Tancredo, que, infelizmente, faleceu.

Assume Sarney, que, a meu ver, fez uma obra política bastante boa. Eu sou crítico contundente de sua obra econômica, mas sou admirador de sua obra política, porque cumpriu de maneira correta com a transição democrática, legalizou os partidos clandestinos e construiu um clima que levou à Constituinte. E, de certa forma, deu o pontapé inicial para o Brasil que nós temos hoje, até pelo desgaste que sofrera. E, por todas as razões, tampouco se envolveu em eleição.

Aí vem Collor, que não completa seu mandato. Assume Itamar, que, contra a vontade de Fernando Henrique, nomeia Fernando Henrique Ministro da Fazenda, com a intuição que ele tinha. Fernando Henrique pede carta branca – e deu certo –, nomeia uma equipe e, em cima dos erros e acertos que haviam sido praticados antes, faz o Plano Real. Temos aí uma moeda sólida, uma economia estável. Elegeu-se em função do real.

O Presidente Lula não quis ser o Presidente àquela altura porque se afastou. Na época, eles eram contra tudo, contra tudo: não ficavam a favor de ninguém e deixaram de dar apoio.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – Não votou o Plano Real.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não votou o Plano Real, é verdade. Era contra o Plano Real, dizia que era um embucho, uma vigarice. Ficou contra Itamar Franco. Colocaram Luiza Erundina para fora, porque Erundina compreendeu que era para ficar a favor do real e se manteve como Ministra da Administração Itamar Franco.

Itamar Franco o que fez para ajudar Fernando Henrique foi reconhecê-lo como candidato natural, porque ele era o homem que se tinha popularizado, ou tinha a possibilidade de ser popularizado, em função de ser o homem que estava estabilizando a economia. Mas gesto não tem um que diga que o Presidente Itamar Franco abusou, pegou os aviões e soltou para cá, para acolá, pacote de dinheiro foi não sei para onde. Não tem esta história de alopardo, de mala com dossiê, com dinheiro. E depois ninguém vai buscar o dinheiro. Não teve isso.

Aí veio o Presidente Fernando Henrique, eleger-se. Quando chegou a hora de passar o poder as pessoas diziam: “Poxa, Juscelino não quis ajudar Lott, Fernando Henrique não quis ajudar Serra. É uma inversão de valores”. O correto era o quê? Era se esfalfar, pegar a máquina, eleger de qualquer maneira e desequilibrar a economia. Não fizeram isso. Não fez Juscelino e não fez Fernando Henrique.

Aí vem o Presidente Lula, que revela uma face contraditória. Por exemplo, agora, no episódio do aumento dos juros, só tenho reconhecimentos a prestar

a Sua Excelência, porque, crítico da gastança governamental que sou, há meses dizia desta tribuna que o Presidente, a partir deste ano, teria de aumentar juros ou determinar aumento de juros através do Banco Central ou ver a inflação crescer. Quaisquer dos dois remédios são remédios amargos. Ele teria que escolher qual seria o fel a oferecer à sociedade brasileira. Mas ele não hesitou. Ele optou por manter o sistema de metas de inflação. O Banco Central, que não tem independência formal, tem independência informal, agiu com independência e disse: "Está na hora de aumentar". Nós sabemos que vai aumentar mais. Se não quiserem que a inflação passe de 6% no final do ano, esses juros deverão chegar até 11,50% no final do ano, enfim. E ele disse: "Olha, eleição é uma coisa e eu vou tocar isso". Quer dizer, é isso que eu espero ouvir de um Presidente.

Há quem seja contundentemente contra o aumento de juros, há quem ache que dá para fazer milagre, enfim. Mas o fato que a situação fiscal do Brasil é grave. Ela não é uma situação fiscal confortável. A gastança foi grande. Mas a atitude é de Presidente, quando ele diz assim: "Não estou preocupado com eleição, estou preocupado com a economia". Ele percebeu, inclusive, que a economia lhe dá prestígio. Se a economia é sólida, ela lhe dá prestígio. Aí vem o homem inteligente, que eu reconheço nele; aí vem o homem de Estado que, nesse hora, mostra essa sua face. De repente, ele dá o braço para a Drª Dilma e vai com ela, numa postura que a minimiza, eu repito, para um ato custeado por empresas estatais, sobretudo para fazer campanha eleitoral lá.

A minha sugestão, Senador Simon, é que o Presidente, uma figura de enorme postura, desembargador de nomeada, em São Paulo, Presidente do Supremo Tribunal Federal de independência comprovada, indicado para o cargo pelo Presidente Lula e aprovado por nós – por V. Ex^a, por mim e pelos demais Senadores – que é o Ministro Ricardo Lewandowski, figura de autoridade e figura de moral ilibada, convoque mesmo uma reunião de todos os presidentes dos partidos. Convoque uma reunião ampla e, nesta reunião, reze a cartilha para os presidentes dos partidos: "Isso pode, isto aqui não pode. Aqui está a lista do que pode, a lista positiva, e aqui está a lista negativa". E dizendo com muita clareza algo que ele já revelou. Segundo o Ministro Lewandowski, sua presidência se marcará por fazer do candidato o protagonista da eleição, não o Tribunal sendo ele o protagonista da eleição. Isso mostra que ele quer uma atitude discreta, que não significa atitude pouco firme, mas a intervenção está-se mostrando necessária.

O primeiro passo – e passo cordial – poderia ser o de convidar para uma reunião os presidentes dos partidos e dizer, com muita nitidez, o que ele vê que está acontecendo de errado, porque quero também pensar no meu País como um todo. O Presidente da República dá o exemplo. Fica muito difícil aturar o Prefeito do interior não fazendo a mesma coisa. Fica muito difícil pedir ao Deputado Estadual candidato a isso, à sua reeleição ou a Deputado Federal, ou ao Deputado Federal candidato a Senador ou candidato à reeleição que não faça algo parecido porque eu já estou vendendo isso no meu Estado. "Isso pode?" – liga para o advogado. "Ah, não! Lula pode. Eu posso". O que é verdade. Se Lula pode, então todo o mundo pode.

E não é bonito o Presidente acumular multas, nem é correto ele debochar das multas. "Ah, vocês pagam minha multa aí. Vocês fazem uma vaquinha, pagam minha multa", como se estivesse falando de uma Corte que fosse inimiga dele, que fosse antagônica a ele, e não uma Corte Suprema da Justiça Eleitoral brasileira.

Eu quero chamar a atenção do Presidente neste tom sereno, porque eu estou muito preocupado. Eu queria que a eleição fosse uma festa que consagrasse o Governo de um homem que tem tudo para sair com enorme popularidade do poder, que ele saísse do Governo consagrado pela transmissão do cargo ao seu sucessor, seja quem venha ser, fazendo uma transição tão bonita quanto aquela que Fernando Henrique fez na direção dele, quando Fernando Henrique lhe passou a faixa presidencial em 1º de janeiro de 2003.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

Eu gostaria de finalizar, registrando dois fatos muito tristes para os amazonenses. O falecimento do Dr. Ruy Lins, economista, acadêmico e ex-superintendente da Suframa. O Dr. Ruy Lins faleceu no dia 30 de abril deste ano, aos 76 anos de idade, economista, conhecido intelectual do meu Estado, membro da Academia Amazonense de Letras e da Academia Amazonense Maçônica de Letras e foi também, repito, Superintendente da Suframa.

Por sua atuação como dirigente desse importante órgão de desenvolvimento econômico e regional, pela contribuição que deu ao mundo das letras do Amazonas, o Dr. Ruy Lins faz jus à homenagem póstuma que ora proponho, que é um voto de pesar a ele.

Do mesmo modo, providência idêntica do Senado em relação a uma figura de enorme respeitabilidade, recentemente falecida, no dia 22 de abril do corrente ano: a Desembargadora do Tribunal de Justiça do Amazonas, Euza Maria Naice de Vasconcellos.

Euza Maria provinha de tradicional família amazonense. Seu pai, Marcílio Dias de Vasconcellos, foi

também desembargador, de 1945 a 1952. E foi isso que despertou nela, desde criança, como disse certa vez, o desejo de seguir também a carreira da magistratura, iniciada em 1979. Em julho de 2009, chegou ao Tribunal de Justiça do Amazonas, escolhida pelo critério do merecimento. Lembrou então estar fazendo 96 anos que sua família integrava o Judiciário amazonense, pois seu pai fora juiz municipal em 1913, e seu primo, Azarias Menescal de Vasconcellos, começara carreira em 1939. Sua presença na Corte amazonense foi, entretanto, encerrada pelo câncer que a acometeu, a partir de outubro de 2009 e acabou levando-a à morte aos 61 anos de idade.

Pela seriedade e ética que marcaram sua atuação, ela faz jus à homenagem póstuma que ora proponho. A desembargadora era uma juíza de fato. Eu sou testemunho de diversos despachos, diversas sentenças dela que eram sentenças de pessoa corajosa, independente e que não tinha mesmo o que temer dos órgãos de fiscalização do Judiciário, até porque ela só deveria receber elogios pela forma justa e independente com que se havia. Ela abre um buraco que tem que ser preenchido com muito critério, com muito respeito, para que nós possamos imaginar o Judiciário à altura dela e à semelhança dela.

Sr. Presidente, parabenizo V. Ex^a pelo discurso ainda há pouco proferido. E aqui encerro repisando a sugestão ao Presidente da Suprema Corte Eleitoral Brasileira, do TSE, de convidar os presidentes dos partidos políticos antes que o caldo entorne. Convocar todos os presidentes de partido neste País para discutir os limites que devem impostos a cada fase da campanha eleitoral. Agora é fase de pré-campanha, o que pode e o que não pode. Depois, as convenções, o que pode e o que não pode. Depois, as eleições propriamente ditas, o que pode e o que não pode. Para que se evitem os excessos, que não estão servindo de bom exemplo para as novas gerações.

Eu fiquei muito envergonhado com esse 1º de maio. Muito envergonhado! Percebo que estão querendo estabelecer um vale tudo e que estão tentando testar o limite, a que ponto vai esse limite da Justiça Eleitoral. E tenho certeza de que ela se afirmará com serenidade, mas mostrando que existe no Brasil democracia consolidada. Ou não é? – eu pergunto. Aí eu afirmo: é consolidada sim. Existe neste País interdependência dos Poderes.

O Congresso aqui aprova o que deseja aprovar e rejeita o que quiser rejeitar, Senador Mão Santa. O Judiciário condena e absolve dentro da sua soberania, impondo limites com clareza ao próprio Legislativo, ao próprio Executivo, assim como nós podemos impor limites ao Judiciário através de propostas de emendas

constitucionais, como nós podemos impor limites ao Executivo através também de propostas de emendas constitucionais ou meramente não aprovando matérias aqui postas em julgamento, como aprovamos as boas, as matérias que julgamos justas para o País. Quando sou minoria me conformo. Não estou aqui para ser dono da verdade. Só entendo que temos diante de nós uma perspectiva bonita de festa democrática. Que não estraguem essa festa tão bonita, que não comprometam a lisura de um processo que é exemplar para o Brasil.

O Brasil não pode ser visto pelo mundo como um País que voltou a ter eleições inverazes porque fraudadas pelo poder econômico ou porque fraudadas no desrespeito à lei. O Brasil precisa ser composto, na sua direção, por homens públicos, por pessoas públicas, todos eles, todas elas capazes de mostrar respeito pelas instituições. E o respeito às instituições é que vai fazer este País prosperar economicamente para valer. Não conheço república ou monarquia desorganizadas que prosperem se não houver respeito à lei, se não houver Judiciário funcionando com liberdade, se não houver Legislativo funcionando inclusive com o seu lado crítico, que é essencial para não se desequilibrar a balança da democracia, e um Executivo que seja capaz de cumprir com os seus deveres, mas capaz também de não lutar por hipertrofiar ainda mais os seus poderes, já tão grandes num presidencialismo como o brasileiro. São poderes imensos.

Que todos nós sejamos dignos da eleição que vem por aí e que o fato de ontem seja exemplarmente examinado pelo Tribunal Superior Eleitoral e que não se repita nada parecido, porque isso nos cobriu a todos nós de vergonha e a todos os homens responsáveis deste País, a todos nos cobriu de apreensão, muita apreensão, porque não vi que fosse esse o melhor caminho para termos uma eleição à altura da maturidade da sociedade brasileira, que vai muito bem saber escolher e não precisa de induções, não precisa de gastos espúrios e não precisa de *dictates*; ela não é um rebanho para ser tangida para um curral. A sociedade brasileira é formada de cidadãos, e esses cidadãos vão deliberar o que querem para o seu futuro, se é fulano, se é fulana ou se é fulana. Tem um homem e duas mulheres pleiteando a Presidência da República. Que a sociedade brasileira escolha livremente entre os três e que o eleito faça um bom governo. Agora, que não se faça nenhuma transgressão à lei mais, porque é muito feio o Tribunal Superior Eleitoral estar tendo que multar pessoas como o Presidente da República por transgressão à Lei Eleitoral. Isso diminui a autoridade do Presidente, isso não o engrandece.

Eu não sei se, a essa altura, ainda posso pedir que ele medite, não se sei se posso. Não sei. Não sei

até que ponto essa popularidade lhe fez bem ou lhe fez mal. Não sei se posso pedir a ele que medite. Mas eu peço, é o meu dever, peço a Sua Excelência que medite, que reflita e que retroaja dessa escalada, porque essa escalada não é boa para o Brasil, não é boa para a democracia e não é boa para ele, Presidente da República. Eu digo isso com todo o espírito construtivo de quem está aqui para fiscalizar e para cobrar recomposição de erros, e não para denegrir acertos.

É com esse espírito que eu me dirijo, portanto, ao Senhor Presidente da República e me dirijo ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Estive ontem, Senador Mão Santa, fazendo uma visita aqui do lado, em Buritis, Minas Gerais. Uma colônia de gaúchos me convidou, e tive ocasião de confraternizar com eles. Mandaram um abraço a V. Ex^a.

É impressionante como eles assistem à TV Senado. E me perguntaram e perguntaram e perguntaram com relação a V. Ex^a. É interessante que eles não sabiam por que o nome Mão Santa. Pensavam que era seu nome. Eu disse: “Não, não é o nome dele, não. É porque ele era um médico muito famoso, milagroso, que curou muita gente e não cobrava nada. Por isso o nome de Mão Santa”.

Eles pediram... Vai ter agora, em junho, a festa no CTG da região, e o senhor é um convidado especial que eles fazem questão que esteja lá.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Senador Pedro Simon, que preside esta sessão de segunda-feira, parlamentares da Casa, brasileiras e brasileiros aqui no plenário do Senado e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Pedro Simon, deixei do seu lado, para explicar a V. Ex^a, marcar aí a data, um impresso da Agroshow. Não, é um impresso, aí são os discursos... Dizem os 50 melhores discursos, mas é porque o autor não viu o Pedro Simon aqui. Mas olhe aí, há um impresso do Agroshow do Piauí, com a data. É esse daí, esse verde. E trouxe para V. Ex^a, para ver quem é V. Ex^a.

O Piauí... E V. Ex^a está fazendo até um trabalho dos gaúchos... E fui, recentemente, com essa expansão do Partido Social Cristão, na cidade de Bom Jesus e de Cristino Castro. Mas, Pedro Simon, num único dia, recebi 300 famílias gaúchas, quando governava o Piauí, para o sul do Piauí. Governamos o Piauí de 1995 a 2000. Cotrirosa era uma colônia de 300 famílias. É interessante, então, que mudou o Piauí. E lá tem um termo, “piúcho”, que é gaúcho com piauiense. Aí juntaram, com amor, enfim, é muita confusão. Pedro Simon, esse pessoal mudou o Piauí. E tive essa visão do futuro, eu acredito no estudo, mas de várias maneiras. Eu acredito no estudo que dá sabedoria. Então, eu vi que o Piauí tinha a última fronteira agrícola: 11 milhões de km² de cerrado – está ouvindo, Senador Pedro Simon? – com 3 milhões desse de km² desse mesmo cerrado banhado pelo rio Parnaíba.

E esses gaúchos lá chegaram, descendentes dos europeus, que sabiam trabalhar na agricultura e na pecuária. As terras ficaram escassas no Rio Grande do Sul, e os seus netos, Pedro Simon, adentraram o Piauí quando eu o governava o Estado. Pedro Simon, você está longe de imaginar. Esse pessoal mudou. O sul, hoje, está rico.

E sou muito ligado... Hoje, estou muito forte politicamente. Você entendeu? A minha maior força é justamente esses estrangeiros. Eu os chamo de estrangeiros porque não são do Piauí, são do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Mas, Pedro Simon, aí está o Agroshow. Ô Pedro, ô Marco Maciel! Pedro Simon, olhe aqui! Então, eles me incumbiram disso, por isso eu trouxe esse prospecto. V. Ex^a tem que ir lá! Está aí a data, eu já trouxe e dei para V. Ex^a. Vá para ver a transformação. Os gaúchos exigem. O senhor está longe de imaginar a sua força, a sua respeitabilidade. E eu estou forte! Vou ganhar as eleições só porque V. Ex^a tem sido aqui o meu ícone, o meu líder. Então, a gauchada virou lá e vota tudo em mim.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Eu falei primeiro. Estou chegando hoje lá de Buritis. Eles devem estar até impressionados, porque eu não imaginava estar aqui neste momento com V. Ex^a. E vou telefonar para eles assistirem de noite. Olha, o convite que vocês me fizeram, eu fiz ao vivo.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – E eu estou fazendo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Vai a Buritis?

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Nós vamos fazer, aqui, o jogo: eu vou lá e você vai cá. Vamos permutar, porque eles me exigiram que eu o levasse. Está aí a data, já, do agroshow. Desenvolveram, mudou tudo. En-

tão, o Piauí se modificou. Vai ser em Bom Jesus. Estão aí, já, as datas e tudo. São exposições de agropecuária e plantio de soja. Então, eu quero dizer isso.

Mas nós estamos aqui... Aí, o nosso Arthur Virgílio falou do nosso Presidente Luiz Inácio. O Luiz Inácio – e definiu-o muito bem o nosso líder – pode não ter querido, vamos dizer, se debruçar sobre os livros, mas ele é um homem que aprendeu na universidade da vida. Ninguém pode negar. Isso tem na arte. Você vê muito musicista que diz que nunca foi a uma academia de música, que toca e encanta, e diz até que é de ouvido, que é um dom. Isso, até no futebol. Ninguém jogou melhor que o Garrincha, que era todo diferente, desengonçado, nunca ouvia o técnico, não ouvia ninguém, fazia da maneira dele. O Luiz Inácio, o nosso Presidente, é assim. Ele foi na prática. Ninguém foi maior líder sindical que ele.

Eu estou, aqui, com o livrinho dele, está ouvindo, Pedro Simon? Ele escreveu esse livro pela Editora Vozes. Deram-me uma cópia. Está riscada. Então, a luta dele ele aprendeu como ele diz, mesmo, na prática.

Olhem: "Vozes, Petrópolis, 1981". Quer dizer, já se vão quase 30 anos. O livro, aqui, é de 1981. Foi quando começou a ideia de partido. Antes, ele foi líder sindical, e eu quero crer que ninguém o superou no Brasil, com toda a certeza, e poucos no mundo – nem o Lech Wałęsa na Polônia. Hoje, ele é comparado a isso.

Mas ele diz muitas coisas interessantes: em 1963, ele tirou o diploma do Senai. Isso, também, de dizer que ele não tem nada... Não, calma. Eu conheço o Senai, mas muito, porque a minha família é empresarial e essas instituições chegaram ao Piauí pela minha família – meu avô, meu tio. O meu irmão é presidente da Federação das Indústrias. Então, o Senai é uma escola padrão. É uma escola padrão! Então, ele teve, também, esse privilégio. Não é assim, não. Não vão pensar que a ignorância... Ele teve a felicidade de cursar o Senai, que é uma escola de alta respeitabilidade técnica e profissional, e eu conheço profundamente. Conheço porque, lá na Parnaíba, Zeca Corrêa, meu tio e padrinho – está ouvindo, Pedro Simon –, tem uma escola do Senai e eu votava nela. Naquele negócio da fila, eu ficava olhando e observando.

Então, ele teve esse privilégio, e o Senai lá do Piauí – o de São Paulo deve ser ainda mais poderoso – eu conheço profundamente.

Mas ele diz muitas coisas interessantes desse tempo: "Sempre acreditei que a única arma que pode vencer qualquer coisa é o trabalho". Está ouvindo? Ele tem a crença, iguala-se a Napoleão Bonaparte, o líder militar, o líder civil, porque Napoleão não foi só um guerreiro, não, foi uma inteligência. Olha a Paris que ele fez! O Código Civil é uma obra de intelectu-

al. O Código Civil ainda hoje é respeitado. Napoleão Bonaparte expressou um pensamento – e, talvez, ele nunca tenha lido, mas eu li. Ele, preso na Ilha de Santa Helena, rememorando, disse: "Conheci os limites dos meus braços, conheci os limites das minhas pernas, conheci os limites da visão, mas não conheci os limites do trabalho" – o grande Napoleão, que a França venera.

Ouça o que o Luiz Inácio diz aqui, no livrinho, em 1981: "Sempre acreditei que a única arma que pode vencer qualquer coisa é o trabalho". Então, estamos juntos, porque antes do Napoleão e do Luiz Inácio, Deus: "Comerás o pão com o suor do teu rosto". Eu entendo que é uma mensagem de Deus aos governantes para propiciarem trabalho. E, mais severo, o heroico soldado romano cristão, Paulo: "Quem não trabalha não merece ganhar para comer". É para fazermos uma reflexão. E o Rui Barbosa vai no mesmo rumo. Está aí, acima do Pedro Simon. Igualam-se. Iguala-se a Rui Barbosa nos seus tempos de Senado. Rui Barbosa passou 32 anos aqui. O Pedro Simon vai completar, já tem mandato garantido. Se ele quiser, o povo gaúcho o elege mais uma vez e ele vence Rui Barbosa. Pedro Simon já adquiriu um mandato de 32 anos. "A primazia é do trabalho e do trabalhador. Ele vem antes, ele faz as riquezas", diz Rui Barbosa.

Lá no livro do Luiz Inácio, nosso Presidente – esse livro, eu não sei se a nossa Líder do PT já leu – diz: "Lancei-me ao trabalho, o negócio era trabalhar naquele setor que ninguém queria." Esse negócio de ser líder de sindicato. Então, ele se lançou mesmo: "Não faltava uma garrafa de pinga na mesa, a gente bebia, conversava e discutia". Este livro aqui, Professora Ideli, do Luiz Inácio. Que beleza! Quer dizer, na luta. E, aqui, o bonito é que ele conta com sinceridade: "Não faltava uma garrafa de pinga na mesa, a gente bebia, conversava e discutia". Então, Sua Excelência o Presidente está sendo verdadeiro.

"Aliás, nas duas vezes que fui presidente (1975 e 1978) não houve oposição". "Por isso que eu falo que a prática é muito mais importante do que a teoria". Ele tem a crença na prática. E funciona, ninguém vai dizer que não. Eu conheço brilhantes cirurgiões que não são muito teóricos, não: ficam só vendo os outros operarem e, numa imitação, tornam-se grandes cirurgiões.

"Ninguém era contra ninguém ali", no sindicato. "Se a categoria decidiu em assembleia, o cara vai ter que cumprir!" Então, são frases importantes.

"A gente pode não ter coragem de ler um livro, mas gabi a gente lia três ou quatro por dia. A história em quadrinhos motivava a gente, porque você lê um quadrinho, tem vontade de ler o seguinte... Isso aumentou muito a participação dos trabalhadores".

Ele investia muito, como líder sindical, e apelava. E é bom mesmo! Olha, como eu li aqueles Rocky Lane, o Tarzan, aquilo é bom mesmo! Até depois, histórias em quadrinhos. Ele se comunicava, diz com franqueza, dando aos trabalhadores aquelas histórias em quadrinhos, porque de livros não gostava.

Mas o fato é que vocês poderão querer saber aonde quero chegar. Vocês vão ver.

“Era greve por qualquer coisa, deu a louca no mundo”. Era greve, ele foi um artífice de pegar as categorias e, vamos dizer, reivindicar através da greve.

“Nesse ano se não foram feitas umas duzentas e poucas greves, foi marmelada.” Quer dizer, ele foi o ícone desses movimentos grevistas.

“Era greve atrás de greve... Eu acho que a euforia tomou conta da gente. Nós passamos por um momento de euforia, e aí a peãozada partiu pro pau. Daí não respeitava mais ninguém, porque a peãozada estava realmente numa fase de muita gana de briga.”

Foram as conquistas. Mas você sabe onde eu vou chegar, Pedro Simon; você vai já ver.

Para a *Veja*: “Ora, porque a revista *Veja* é uma revista burguesa, eu não vou dar entrevista? Tenho que ter em mente que ela atinge 300 mil pessoas, e que pode ser lida por mais três caras, o que já significam 900 mil pessoas”.

Vamos lendo aqui. Olha o que o Sr. Vogue disse do Lula: “Conheci Lula e posso ter confiança no líder não comprometido ideologicamente.” Ele não tem esse negócio de segredo não. Esse livro é interessante, todos os brasileiros tem de ler.

“Nós queríamos resolver dois problemas: primeiro o problema do descanso dos trabalhadores; segundo, o problema do próprio País, ou seja, ampliar o mercado de trabalho, pois o Brasil precisa criar 1,8 milhão empregos por ano [naquele tempo] (...) Porque o patrão tem todo o capital, tem a máquina, tem o prédio, o assoalho, a água, é tudo dele. Ele aplicou e tem. Tem um negócio que não é dele: o ser humano que está lá dentro. Esse não é dele, esse está vendendo sua força de trabalho. Quem é teórica e legalmente responsável por ele? É a organização de classe, é o sindicato”.

São conceitos corretíssimos.

“Não fomos presos inocentes. Nós tínhamos consciência porque a experiência de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul estava muito marcante”.

Olhe essa frase que ele pinça de Charles Chaplin: “A liberdade não morrerá enquanto alguém estiver morrendo por ela”. Marco Maciel, parece muito aquela

de Eduardo Gomes: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”. Quer dizer, ele tem uns conceitos... “Eu sou muito importante enquanto estiver sendo honesto comigo mesmo. O dia em que eu mentir para mim mesmo estou...”, aí ele diz um nome feio que não vou repetir, mas mostra... Vão me levar para esse negócio do Romeu Tuma se eu falar o nome feio aqui. Mas ele mostra a sinceridade e é do linguajar do povo do Brasil.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte:

“Por quê? Porque a partir do momento que tivermos a Reforma Agrária, tivermos todo mundo trabalhando, produzindo, a gente vai ter uma alimentação melhor. Melhor alimentação significa melhor qualidade de vida.”

“(...) A partir do momento em que for conquistada a Reforma Agrária, a gente acabará com o êxodo rural.”

São sabedorias verdadeiras que ninguém nega.

Mas aqui está aonde quero chegar:

“Então, quando a gente coloca no Programa do Partido uma sociedade justa e igualitária, para mim vale tanto quanto falar de socialismo.” Sociedade justa e igualitária. Atentai bem, Garibaldi. Isso tem sabedoria mesmo. É o Luiz Inácio trinta aos atrás.

“Queremos saber o seguinte: em cima de nossa realidade, o que é que nós podemos fazer. (...)” Agora é que é: “Nós temos é que dar consciência para o povo, para ele decidir o que deve ser feito”.

Está ouvindo, Pedro Simon? O povo deve ter consciência no votar. Essa discussão não vale nada se o nosso povo brasileiro não tiver consciência. A democracia é dele. Ele é que é responsável. Não somos nós, não. Nós somos filhos do voto. O povo é que tem que se conscientizar, valorizar, analisar. O princípio do voto é escolher os melhores. É só essa a salvação.

Mas aonde quero chegar? “Demonstra que eu estou certo. Me sinto muito à vontade e por isso não abro mão dos meus princípios – não mentir para a classe trabalhadora”.

O que acabou com o Partido dos Trabalhadores no Piauí foi a mentira. Olha, foram dias de mentira! Eu nunca vi mentir tanto. E o Piauí está me ouvindo. Então, os próprios se aproveitaram dessa liderança ímpar, que é forte, tem 66 milhões...

Eu sou discípulo de Petrônio Portela, que me ensinou, Rosalba Ciarlini, a não agredir os fatos. Os votos são dele mesmo. Ele teve, ele ganhou. Quem vai dizer que não? Mas os discípulos deles... A ignorância nem isso sabe. Olhe o ele pregava aqui:

“Demonstra que eu estou certo. Me sinto muito à vontade e por isso não abro mão dos

meus princípios – não mentir para a classe trabalhadora. No dia em que alguém mentir para a classe trabalhadora, ele vai mentir uma vez, duas vezes no máximo; na terceira vez, a classe trabalhadora engole ele. Eu não estou disposto a mentir.

O Governador que ele botou no Piauí... Nunca vi ninguém lá mentir tanto. Está aí o Estado. Eles não têm nem candidato a Governador. Passaram oito anos no Governo, apadrinhados por Luiz Inácio, com todos os recursos... Os aloprados instalaram um poder de mentira. Nunca vi se mentir tanto. Rosalba, corrupção nunca vi tanta; e incompetência. Como é que um sujeito passa apadrinhado por Luiz Inácio e não tem um candidato a governador, um candidato a vice-governador? É esse? Quer dizer, se aproveitaram da liderança, do sofrimento de Luiz Inácio com os sindicatos e o Partido. Mentira! Aí está.

“O PT não pretende nunca se apoderar do trabalho, da Igreja, como também do movimento sindical”.

Então, queria dizer que, infelizmente, o Partido dos Trabalhadores lá no Piauí instalou-se baseado nisso. Não deu resultado. Corrupção muita, incompetência maior. Está aqui o jornal. Temos de ter essa visão de futuro.

Recebi, num dia só, trezentos gaúchos. Há milhares, são todos ricos. Eles exigem a sua presença. Se não for, estou lascado. Não faça isso não. Vou levá-lo lá. Você vai porque eles querem. São os gaúchos. Mas com essa visão que tive de buscar nos gaúchos, nos paranaenses, nos catarinenses...

Não sei se Marco Maciel estava. Fernando Henrique Cardoso na Sudene, discursando. Interrompi o discurso dele. Disse-lhe: “Olha, esse negócio desse técnico não quero esse negócio não”. Era só açude. Era o deputado sapo de lagoa, só para malandragem. Tinha açude... cinquenta. Você não está falando em Juscelino? Energia e transporte. Você não se lembra? Quero a energia para o cerrado. Para esse, para o cerrado: São João, Canto do Buriti e Eliseu Martins. Aí ele se encabulou, ficou satisfeito. “Mão Santa, já que você perturbou, ele pensou que estava sendo invadido. O senhor estava lá, na Sudene, pela greve do pessoal, greve do negócio da companhia energética. Não estava? Petrobras, não é?” Aí esteve até apavorado... Mas quando viu que era eu, ele sorriu. “Olha, Mão Santa, já que você quebrou o protocolo...” Aí eu pedi energia, porque com energia iriam os gaúchos. É como diz o Padre Antonio Vieira: “ Um bem nunca vem só”. E veio a riqueza.

E, agora, Pedro Simon, você tem que ir porque, agora, está em jogo a minha palavra. Eles exigem. “Claro que sou amigo, eu trago” – eu disse. Então, já está

prometido. É lá, no sul, no meio da gauchada. Ó, Luiz Crivial, prepare lá aquele churrasco gaúcho, quando eu vou lá tem arroz carreteiro. E vamos arrumar um vinho, aquele da Casa Valduga, porque Pedro Simon vai visitar o sul do Piauí com a presença dos gaúchos.

Mas esse governo, eu não estou, não. Então, eles...

Então, falta de visão – está aqui no jornal *Correio Braziliense* - “Fome Zero. A comida chegou, mas a pobreza continua”. Então, pegaram uma Guaribas... Está aqui uma reportagem, mas não vou cansá-los. O pessoal continua na miséria com esse programa. Faltou a visão. Foi um governo...

E eu digo o seguinte para os brasileiros...

Rosalba Ciarlini, o PT já entrou no Rio Grande de Norte?

Olha, é pior que um terremoto. É muita mentira, muita corrupção e muita incompetência.

Então, aí está. Mas nós dizemos hoje, com aquela esperança que se tem certeza de uma alternância de poder, porque, graças a Deus, eles não tiveram nem condição de ter um candidato a Governador, de ter um candidato a vice-Governador. Os outros todos que estão aí são muito bons. Todos os candidatos. Tem candidato do PTB. Aqui, o nosso empresário, João Vicente, que é Senador e foi meu Secretário. Tem o atual Governador, do PSB. Tem o do PMDB, Dr. Marcelo Castro. E tem o das Oposições, que é esse Prefeito de Teresina, que simboliza o modelo administrativo do PSDB na capital do Piauí, desde Wall Ferraz, desde Francisco Geraldo, Firmino Filho e agora Sílvio Mendes. Mas todos são bons. E, graças a Deus, o PT não tem candidato nem a Governador, nem a vice-Governador.

Obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Solicito a V. Ex^a a vir a ocupar a Presidência de novo.

Fala agora o Senador Marco Maciel. Depois, fala a Senadora Ideli; depois, fala, por prioridade, porque é futura Governadora, a Senadora Rosalba; e depois, então, é que fala o Senador Garibaldi, que é ex-Governador.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, nobre Senador Pedro Simon, Sr^a Senadora Ideli Salvatti, Sr^a Senadora Rosalba Ciarlini, Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, ex-Presidente do Senado Federal, minhas senhoras e meus senhores, serei sintético.

Venho trazer ao conhecimento do Plenário parecer que oferecerei, possivelmente na próxima quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, que revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis, tendo como primeiro signatário o Senador Almeida Lima; e sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 56, de 2009, que acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acréscidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários, cujo primeiro signatário é o Senador Marcelo Crivella, da representação do Rio de Janeiro no Senado Federal.

Em que consiste tudo isso? Em síntese, vou dizer às Srªs e aos Srs. Senadores.

São submetidos ao exame dessa Comissão – leia-se Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, nos termos regimentais, as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) nº 53, de 2007, e nº 56, de 2009, cujos primeiros signatários são, respectivamente, os ilustres Senadores Almeida Lima e Marcelo Crivella.

Ambas as propostas tratam de terrenos de marinha. A primeira e mais antiga tem o objetivo de extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e dispor sobre a propriedade desses imóveis. Enquanto que a segunda, do Senador Marcelo Crivella, propõe seja a União autorizada a proceder a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha para os foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.

Na justificativa de sua emenda constitucional o Senador Almeida Lima defende, ao apresentar a PEC nº 53, de 2007:

“Como é de conhecimento geral, ao conceder áreas públicas em aforamento, o Poder Público – senhorio direto ou detentor do domínio pleno – passa ao domínio útil do particular meras porções de terra nua, cabendo ao foreiro nela fazer as edificações e todas as benfeitorias úteis e necessárias.

Assim, a fixação da parcela de domínio da União em dezessete por cento do valor do domínio pleno do terreno [...] não passa, à toda evidência, de simples ficção legal, uma vez que é, sobretudo em decorrência das citadas edificações e benfeitorias feitas pelo particular, que se opera a valorização do bem público dado em aforamento. Ou seja, o poder público passa a auferir nítido benefício financeiro sem efetuar qualquer dispêndio.

Por outro lado, as áreas definidas como terrenos de Marinha, na quase totalidade dos casos, são objeto de aforamentos muito anti-

gos, de que decorre que o valor desses imóveis já foram integralmente pago mediante sucessivos foros anuais recolhidos, quase sempre, há mais de três ou quatro dezenas de anos.

Essa realidade ainda mais se afirma quando se trata de áreas objeto de várias transferências de domínio direto, pois a cada uma dessas operações incide, afora os impostos municipais, a taxa de cinco por cento a título de laudêmio recolhido aos cofres do poder público.

A presente proposta, portanto, ao preconizar que passem diretamente à propriedade dos foreiros quites com suas obrigações as áreas de terrenos de Marinha que lhes tenham sido concedidas em aforamento consubstancial medida de impostergável justiça.”

A PEC nº 53, de 2007, que proponho a aprovação, incorpora as seguintes inovações, com o parecer que submeterei à CCJ:

- continuam no domínio da União as áreas nas quais tenham sido edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração federal, inclusive instalações de faróis de sinalização náutica e as que tenham sido regularmente destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pela União e as destinadas ao adestramento das Forças Armadas;

- são transferidas ao domínio pleno dos Estados onde se situam as áreas nas quais tenham sido edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração estadual e as que tenham sido regularmente destinadas à utilização por prestadores de serviços públicos concedidos ou permitidos pelos Estados;

- ainda assim, as áreas doadas mediante lei federal continuam sob domínio pleno dos respectivos donatários.

Outros pontos que constam da referida emenda:

- passam ao domínio pleno dos municípios as áreas que não se enquadrem nas situações anteriores, bem como aquelas nas quais tenham sido edificados prédios públicos que abriguem órgãos ou entidades da administração municipal e as que estejam locadas ou arrendadas a terceiros pela União;

- são – finalmente – transferidas ao domínio pleno dos foreiros e ocupantes, quites com suas obrigações, as áreas sob seu domínio útil, mediante contrato de aforamento. Transmitem-se, também, ao domínio pleno dos cessionários as áreas que lhes foram cedidas pela União.

O voto, Sr. Presidente, para encerrar minha manifestação.

Meu voto é pela rejeição da Proposta de Emenda à constituição nº 56, de 2009, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2007, em razão de sua constitucionalidade, juridicidade, adequação regimental e elevado mérito, com a seguinte Emenda, da CCJ:

"EMENDA Nº - CCJ

Inclua-se no art. 2º, inciso I, alínea "c" e no inciso V a alínea "c", com a seguinte redação: da PEC nº 53, de 2007

Art. 2º
I
c) destinadas ao adestramento das Forças Armadas ou que sejam de interesse público, nos termos da lei.
.....
V -
.....
c) dos ocupantes, as áreas e terrenos sob a sua posse, desde que quites com as suas obrigações.
....."

São essas, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr's e Srs. Senadores, as observações que gostaria de fazer a respeito de questão que tanto preocupa a sociedade brasileira; ou seja, a existência do instituto de terrenos de Marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis, tendo como primeiro signatário o Senador Almeida Lima e como segundo signatário o Senador Marcelo Crivella.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer neste instante, nobre Senador Mão Santa.

Com isso, concluo as minhas palavras.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Marco Maciel, que representa o DEM e o Nordeste e é um símbolo das virtudes na política do nosso Brasil.

Agora, para uma comunicação inadiável – estamos alternando –, usará da palavra a Senadora Ideli Salvatti. S. Ex^a é Líder do PT e representa as professoras do nosso Brasil aqui.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa. Agradeço também ao Senador Marco Maciel, que cumpriu à risca a brevidade prometida, para que eu pudesse fazer esta minha comu-

nicação inadiável, até porque, às 18h30min, teremos, com vários representantes de Santa Catarina, uma audiência muito importante no Ministério da Defesa, com o Ministro Nelson Jobim, para tratar de interesses do nosso Estado, Santa Catarina, que com muito orgulho represento aqui no Senado da República.

Eu gostaria, até para ilustrar o que o Governo do Presidente Lula tem feito em atenção, em atendimento aos pleitos catarinenses, de fazer um breve resumo com pequenas informações de importância.

O Brasil inteiro vem acompanhando as inúmeras catástrofes quem vêm provocando situações extremamente difíceis para o nosso Estado e a nossa população. E todos os nossos pleitos têm sido acolhidos pelo Governo do Presidente Lula nos inúmeros Ministérios. Nas últimas semanas, o que tem me animado muito é esta atenção com relação a preparar, a dar instrumentos mais adequados para que as instituições catarinenses possam fazer frente a emergências e catástrofes.

Estamos comemorando, Senador Mão Santa, o fato de Santa Catarina ser o primeiro Estado no Brasil a ter uma unidade do SAMU aéreo. Este é um serviço que vem sendo prestado pelos bombeiros de Santa Catarina.

Quero aqui prestar minha homenagem a essa maravilhosa corporação em todo Brasil mas, de forma muito especial, à corporação lá no meu Estado, que desenvolve este trabalho, juntamente com a Secretaria da Saúde, de socorrer as vítimas, levá-las no helicóptero junto com a equipe de médicos e todos os equipamentos e enfermeiros para, ao retirar a pessoa atingida por algum acidente, afogamento, ao mesmo tempo, já dar-lhe o socorro médico durante o transporte.

Então já estão começando a ser repassados os recursos do Ministério da Saúde para o Governo do Estado para comprar esse helicóptero que será um equipamento permanente, Senador Marco Maciel, no socorro às vítimas. E, tenho certeza, comprovadamente, esse belo serviço depois tenderá a ser executado, aplicado, em todos os Estados brasileiros.

O outro recurso que estamos comemorando também é o fato de o Ministério da Justiça ter escolhido Santa Catarina para o projeto piloto de patrulhamento e salvamento em água. Estaremos recebendo, nos próximos dois a três meses, dez "ambulanchas", que são lanchas equipadas com todo o sistema de atendimento. Será o SAMU por água. É algo que vai fazer também toda a diferença.

Dessas dez "ambulanchas", seis serão para atendimento em rio, três para mar e uma para apoio. Isso virá reforçar esse socorro por terra, por mar e por água.

Estou na expectativa de, nesta semana ou no mais tardar na próxima, o Ministério da Agricultura disponi-

bilizar os recursos para que o nosso Estado compre o radar que está faltando para que Santa Catarina tenha cobertura integral de acompanhamento meteorológico e climatológico, disponibilizando os dados para alertar a população e prevenir as autoridades em todos os fenômenos.

Então, eu queria aqui compartilhar e comunicar esses recursos importantes em equipamentos para que o Estado de Santa Catarina possa, com os helicópteros, o SAMU aéreo com os bombeiros, as "ambulanchas" de salvamento e patrulhamento no rio e no mar, e com o radar para fazer o monitoramento, estar mais bem preparado para as catástrofes que infelizmente não podemos evitar, mas temos a obrigação de minimizar.

Por último, eu queria ainda me referir às comemorações do 1º de Maio, comemorações que se deram em todo o Brasil, inclusive no meu Estado, aos dados muito importantes e aos motivos para comemorar esse 1º de Maio.

Nós deveremos encerrar o ano de 2010, pegando os dois mandatos do Presidente Lula, com cerca de 14 milhões de empregos formais. Nós já estamos comemorando o fato de que, nas regiões metropolitanas, nas capitais, hoje os trabalhadores com carteira assinada já são maioria. Nunca tínhamos atingido a meta de os trabalhadores registrados em carteira serem maioria.

E sabemos que ter o registro faz toda a diferença, porque o registro significa garantia de aposentadoria, licença maternidade, no caso das mulheres, licença saúde, todo o amparo a que o trabalhador tem direito se sofrer um acidente. Então houve esse recorde na geração sucessiva de empregos agora no primeiro trimestre. Em Santa Catarina, por exemplo, a geração de empregos em janeiro, fevereiro e março foi a maior dos últimos 16 anos e, portanto, para nós é muito importante comemorar o 1º de Maio nisto que todos os trabalhadores sempre reivindicaram, que é o emprego, que é a renda, que é o reajuste, que são as condições dignas de trabalho.

Quando o Presidente Lula colocou o Estado como indutor do crescimento econômico justo e solidário, iniciou essa valorização do salário mínimo durante os últimos sete anos que correspondeu a um aumento real de 74%! É o mais alto dos reajustes do salário mínimo nos últimos 40 anos, e a massa salarial dos trabalhadores nesse período cresceu em termos reais 42%.

Eu queria terminar apenas colocando o seguinte: se há algo emblemático em relação ao movimento dos trabalhadores, a luta dos trabalhadores que teve acolhida e que hoje nós podemos dizer como símbolo, Senador Mão Santa, do momento que os trabalha-

dores vivem no Brasil, é que, durante muitos e muitos e muitos anos víamos uma placa muito emblemática da condição dos trabalhadores brasileiros: era a placa afixada na frente das empresas escrita com letras garrafais, "NÃO HÁ VAGAS". Hoje, essas placas, nós não as vemos mais. Muito pelo contrário, as empresas estão com falta de mão de obra; setores como o da construção civil não conseguem trabalhadores. No meu Estado, que tem um crescimento grande na construção civil, não há trabalhadores; precisa formá-los e capacitá-los. E esta placa "HÁ VAGAS" é a placa mais importante e é a placa que representa a comemoração desse 1º de Maio no nosso País.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a gentileza de ter podido utilizar a palavra neste início de semana, logo em seguida ao 1º de Maio, que foi comemorado no sábado passado. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, agora, outra mulher, a Senadora Rosalba Ciarlini. Ela é médica pediatra; por três vezes foi Prefeita de Mossoró, uma extraordinária Prefeita que o povo mandou, com sua força, lá de Mossoró, para o representar aqui, e com perspectivas invejáveis e concretas na política do Rio Grande do Norte e do Brasil.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente Senador Mão Santa. Quero também dizer a V. Ex^a que, no nosso Estado, as pessoas sempre perguntam pelo Senador Mão Santa. V. Ex^a é bastante popular. As pessoas o assistem, e eu estou com uma dívida com alguns amigos lá do nosso Estado que estão me pedindo o seu livro. Eles querem ler o *Atentai bem!* Estou com essa dívida e espero que o senhor me ajude a poder honrar esse compromisso.

Mas, Senador Mão Santa, Senador Garibaldi, Senador Marco Maciel, minhas senhoras e meus senhores, estou chegando agora do Estado do Rio Grande do Norte, como fazemos todas as semanas. Todo final de semana, estou no meu Estado, atendendo a convites de entidades, de associações, de grupos de moradores, indo aos mais diversos recantos e regiões do nosso Estado.

E, nesse final de semana especificamente, eu tive oportunidade de, em Natal no dia 30, participar do encerramento de um encontro. E eu queria aqui parabenizar a iniciativa da prefeitura e a todos os que contribuíram para que Natal pudesse sediar o I Encontro dos Escritores de Língua Portuguesa de Natal em Natal, com escritores do Brasil, Portugal, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Timor Leste, numa oportunidade de troca de experiências, numa oportunidade de conhecimento melhor da cultura

de cada um desses países. Porque apesar de termos o mesmo idioma, muitas vezes nós temos expressões diferentes, maneiras diferentes de interpretar.

Então, esse momento foi muito importante e trouxe nomes que são reconhecidos, homenageados no mundo todo, como o ensaísta Carlos Reis, professor português; Fernando Pinto Amaral, também português; João Ubaldo Ribeiro, baiano – quem não conhece, quem nunca ouviu falar no *Viva o povo brasileiro*, *Sargento Getúlio*, *Setembro não faz sentido* e tantos outros livros com os quais ele foi premiado, com o Prêmio Camões, com Prêmio Jabuti?; José Eduardo Agualusa, que realmente encantou a todos nós – tive oportunidade de assistir a sua palestra, depois o debate, do qual participaram vários escritores, jornalistas, ensaístas, brasileiros e também de outros países, algo que realmente... O que mais me impressionou foi que o Teatro Alberto Maranhão estava lotado de estudantes, de professores, mostrando o quanto existe sede das pessoas por cultura. Quando se tem uma oportunidade, como elas estão presentes, para aprender, para poder crescer, para valorizar cada vez mais todo esse potencial que tem o nosso povo, a nossa gente!

Quero aqui também dizer da importância de eventos culturais dessa natureza, mas que envolvam também artes plásticas, como esse também tinha exposições de artes plásticas. Lá também estavam os grandes cordelistas, uma exposição comemorativa pelos 200 anos de Nísia Floresta, feita pela Academia Norte-Rio-Grandense de Mulheres Escritoras. Foi algo assim que realmente faz com que possamos mostrar Natal, uma cidade linda, de belezas naturais, mas que tem também na cultura uma grande âncora para movimentar ainda mais a economia, que com certeza se agiganta com a atividade turística, e que precisa, sim, ter atrativos dessa natureza, principalmente ligados a todas as expressões culturais: à cultura popular, ao teatro, à dança; enfim, isso é algo fundamental.

E eu queria aqui, mais uma vez, parabenizar a prefeitura por essa iniciativa, parabenizar a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, que, com muito entusiasmo, abraçaram essa ideia. A Prefeita estará em breve no encontro da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, já anunciando o II Encontro dos Escritores de Língua Portuguesa para o próximo ano, de forma que isso fique permanente e contínuo, o que é muito bom para fomentar cada vez mais a literatura, desenvolver e fazer crescer a cultura em nosso País, em nosso Estado, na nossa cidade.

Quero também aqui, Senador Mão Santa, informar que o Senador Garibaldi também estava no Estado. No dia 1º de maio, tivemos a oportunidade de estar juntos em vários eventos que aconteceram

em Natal, comemorativos ao Dia do Trabalho. Na realidade, o primeiro evento de que participamos – eu, o Senador Garibaldi e o Senador José Agripino – foi na zona norte de Natal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senadora.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Quando V. Ex^a fala em trabalho, entra o Sr. Trabalho do Brasil, o Presidente Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado. Quem fala! Você é que é o exemplo de todos nós.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – É um grande privilégio poder falar aqui, tendo a presença do nosso Presidente, Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – A honra é minha.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Eu queria inclusive, Presidente, dizer que, por delegação de V. Ex^a, estive representando o Senado no Congresso de Juízes do Trabalho, da Justiça do Trabalho. Espero ter desempenhado bem essa missão que o senhor me delegou. Foi um grande congresso! Havia mais de 700 Juízes Federais do Trabalho presentes, com debates os mais importantes e voltados ao interesse, cada vez maior, de a Justiça do Trabalho estar presente, ágil, de forma a valorizar o trabalho e defender os trabalhadores.

Mas, continuando o nosso relato sobre a Caminhada da Paz em que estivemos presentes, no Dia do Trabalho, os trabalhadores da zona norte, do bairro Jardim Progresso, com jovens, a grande maioria de jovens presentes nas ruas, levaram um grito de indignação e também de convocação, porque não é mais possível a situação de falta de segurança em que eles estão vivendo naquele bairro da cidade natal. Há depoimentos de pessoas que têm pequenos comércios e que, em um ano somente, já foram assaltadas oito vezes. Então, a população cansou de pedir ao Governo do Estado que instalasse uma ronda permanente, que estivesse mais presente para inibir a presença muito forte do tráfico. Muitos jovens estão sendo desencaminhados em função do uso de crack, que já é uma epidemia, algo que realmente preocupa a todos nós e nos deixa indignados. Tem de haver uma forma de isso ser reduzido.

Não é possível que, no mapa da violência no Brasil, o número de homicídios, no Rio Grande do Norte, tenha aumentado 82% entre 2002 e 2007. Onde está a ação, que é obrigação do Estado, que não é fazer nenhum favor, porque o cidadão está pagando seus

impostos para ter mais segurança, para poder ir e vir? Que se usem instrumentos de mais inteligência para coibir, para diminuir! Enquanto isso, o que diz o Governo do Estado? A ex-Governadora, cujo governo agora concluiu, diz: "Quanto a isso, não podemos. Essa é uma questão de todo o Brasil. É uma questão até federal". Não! Cada um pode fazer a sua parte, usar de criatividade, de inteligência e de vontade política para reduzir a violência, como em alguns Estados, sabemos, está sendo reduzida. Não se pode é ficar parado, inerte.

E a população está indo às ruas, sim, indignada, está indo às ruas para dar o seu grito de socorro, mostrar que não suporta mais viver tanta insegurança, ter a vida dos seus filhos exposta aos mais diversos riscos, enquanto nós assistimos, muitas vezes, ao uso de recursos de forma – podemos dizer – irresponsável, em detrimento de mais escola, de mais prevenção, de mais instrumentos que venham a reduzir e a prevenir a criminalidade.

Pois bem, depois dessa Caminhada da Paz, estivemos no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, em um encontro que eles realizam todo dia 1º de Maio, cujo presidente é Assis Pacheco. Quero aqui parabenizá-lo pela festa grandiosa que realizou com milhares de trabalhadores da construção civil. Na construção civil, eu me sinto muito à vontade. Sou filha de um trabalhador da construção civil, de um mestre de obras, de um construtor, de alguém que foi empregado e empregador. Conheci, durante toda a minha vida, a luta, as dificuldades, os anseios, as barreiras que tiveram de ser superadas para que o trabalhador fosse mais respeitado, mais dignificado. São eles que constroem este Brasil, são eles que embelezam as nossas cidades com o seu trabalho, com a sua luta; que constroem o futuro erguendo as escolas; que constroem os locais onde se pode ter a esperança de salvar uma vida, que são os hospitais; as praças para embelezar; os ginásios de esporte. Enfim, são eles os construtores desta Nação, no dia a dia, com o seu suor.

Então, minha homenagem, meu reconhecimento e meu respeito a todos os trabalhadores. E, de uma maneira especial, mais uma vez, quero dirigir-me aos trabalhadores da construção civil, a todos. A maior homenagem que fazemos a eles é criarmos condições cada vez maiores de desenvolvimento neste País, para que não lhes falte o trabalho e para que possam ser, realmente, com tranquilidade, respeitados e dignificados como trabalhadores.

Quero aqui também dizer que, à noite, tivemos um encontro com toda a categoria médica, Senador Mão Santa, o senhor que é médico. Estava acontecendo em Natal um encontro regional Norte/Nordeste das

entidades médicas, sindicatos, associações e CRMs de todo o Norte e o Nordeste. Foi um encontro muito produtivo, no qual foram discutidas as questões do SUS, propostas que, com certeza, chegarão a todos nós. Vai ser necessário defender muitos avanços e que, além dos avanços, nós possamos ter a Emenda nº 29 regulamentada. Foi aprovada nesta Casa por unanimidade, destinando mais recursos para a saúde, e o Governo, até agora, insiste em não regulamentá-la.

Não é possível! Saúde é prioridade, saúde é vida. E nós precisamos ter esses recursos para salvar pessoas que, muitas vezes, estão morrendo porque não existe uma maternidade bem estruturada, porque não se detectou um problema durante toda uma gravidez.

Nesse mês, Senador Garibaldi, o senhor sabe que os jornais do Rio Grande do Norte estamparam mulheres morrendo de parto, por hemorragia, por questões que poderiam ter sido evitadas, em Natal e no interior. Eu sei de dois casos comprovados, os nomes das pessoas e locais onde isso aconteceu. Isso é algo inadmissível!

Por falta de quê? Precisa se estruturar mais a saúde? Precisa. Precisa ter mais equipamentos? Precisa. Precisa pagar melhor os médicos? Precisa. Precisa que o SUS tenha revistas as suas tabelas? Precisa. Tudo isso precisa, mas tudo isso depende não somente de gestão, porque existem locais com uma boa gestão. Precisa-se de recursos!

É inadmissível que, ainda hoje... Se nós compararmos com a época em que não existia ainda o Sistema Único de Saúde, eram atendidos pelo Governo Federal apenas aqueles que tinham o antigo Inamps, os trabalhadores que tinham carteira assinada; os outros eram os indigentes. Se nós fizermos o acompanhamento dos recursos que eram gastos naquela época, há 25 anos, com saúde, e o que é gasto hoje, fazendo a devida adequação aos valores, sabem quanto o Governo hoje deveria gastar? Exatamente o dobro do que está no Orçamento para a saúde.

Há números daquele período. Veja que, em vez disso, em vez de crescer o investimento em saúde... É preciso ter esta ideia: saúde é investimento; não é despesa, é investimento. Cada vez que você investe em saúde, você está evitando outras despesas maiores que teria a Nação. Quanto mais você previne, mais você consegue ter resultados maravilhosos. Está aí comprovado como as doenças diminuem quando se tem vacina. Então, é algo inadmissível.

Pois eles estiveram reunidos e, no Dia do Trabalho, teve uma festa com apresentação da Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte, algo que todo o Brasil deveria conhecer. Lindos, maravilhosos, os sanfoneiros tocaram *Bolero de Ravel*, músicas internacionais. Fi-

zeram toda uma viagem pela música, chegando – claro – aos nossos ritmos, às músicas de Luiz Gonzaga. Enfim, algo maravilhoso. A tudo isso nós assistimos nesse encontro.

Desculpem-me a falta de modéstia, mas fiquei muito feliz de, ao lado do Senador Garibaldi e do Senador José Agripino – fui inclusive incumbida por eles de ser a oradora nessa solenidade –, termos sido homenageados, recebendo do sindicato, do CRM e da Associação Médica do Rio Grande do Norte uma placa pelo nosso trabalho e pela nossa disposição de luta em defesa da saúde.

Eu quero aqui, somente para finalizar, reafirmar que essa disposição é permanente. Nada é mais importante que do que a vida. Nada é mais importante do que os governos terem políticas públicas que realmente atendam àqueles 60% que não têm condições de ter um plano de saúde, porque 40% já têm condições de ter um plano de saúde, e 60% da população brasileira precisam de um Sistema Único de Saúde que realmente funcione e que realmente dê esperança ao povo brasileiro de que nós estamos fazendo a coisa certa.

Sr@s e Srs. Senadores, gostaria, nesse relato dos eventos de que participei no Dia do Trabalhador, de deixar aqui essa nossa homenagem aos trabalhadores, de luta, de defesa, de reconhecimento. E nada melhor do que reconhecer, trabalhar e lutar pelos nossos trabalhadores e pelas suas famílias do que defender o direito que é sagrado, que é constitucional, à saúde.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

Durante o discurso da Sra. Rosalba Ciarlini, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Rosalba.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o jornal *O Estado de S.Paulo* publica no dia de hoje um editorial sob o título: “A generosidade do Senado”.

E, a princípio, Senador Mão Santa, quem lê o editorial ou quem lê só o título, principalmente quem lê só o título, pensa: aí vêm mais críticas ao Senado. Não é que elas tenham deixado de ser feitas, mas vale a pena ler alguma coisa deste editorial, porque

ele tem o seu lado positivo. É o chamado “o outro lado da moeda”. Senão vejamos. Diz o jornal:

“No Dia Nacional do Trabalhador Doméstico, comemorado na terça-feira, quando o Senado sediou o lançamento da campanha Cinco Milhões de Domésticos Legais em 2010, a Comissão de Assuntos Econômicos da Casa aprovou, em decisão terminativa – se não houver recurso ao Plenário, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados –, o último dos seis projetos de lei que beneficiam essa categoria de trabalhadores e trabalhadoras.

Algumas propostas aprovadas asseguram mais direitos aos domésticos, mas o objetivo central desse conjunto de projetos é estimular a formalização desses trabalhadores.

Estima-se que haja no Brasil 6,6 milhões de domésticos e domésticas, dos quais apenas 1,8 milhão têm carteira assinada, ou seja, quase três quartos da categoria trabalham na informalidade.

Se o resultado for o esperado pelos Senadores que propuseram e aprovaram essas emendas, haverá ganhos para os domésticos e domésticas que terão alguns direitos que hoje são concedidos aos demais trabalhadores, inclusive com a possibilidade de proteção por planos de saúde privados a custo subsidiado para os empregadores, que não mais estarão sujeitos ao risco de enfrentar longas demandas na Justiça e poderão estabelecer um ambiente de trabalho mais amigável.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Pois não, Presidente José Sarney, é com a maior satisfação que ouço V. Ex^a.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Vou pedir desculpas para interromper V. Ex^a num assunto que merece o nosso apoio, que V. Ex^a trata da tribuna sempre com aquela sabedoria e com aquela profundidade com que V. Ex^a se dedica aos assuntos que exerce nesta Casa.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Obrigado.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Mas eu queria, cumprindo o Regimento de que os nossos apertos devem ser de dois minutos, que V. Ex^a me desse licença para que, dentro do seu discurso, eu tivesse a oportunidade que não tive, porque só agora cheguei ao plenário desta Casa, para registrar que hoje é o Dia das Taquigrafias e dos Taquigrafos e eu queria ho-

menageá-los, eles que participam e nos ajudam aqui nesse trabalho. E também uma data importante, que não é de hoje, é de todo dia, que é a da liberdade de imprensa, para nós um dogma. Dogma esse que eu não só por palavras, mas por ação também, durante toda a minha vida, tenho preservado, quer nesta tribuna, nos 50 anos que aqui passei, defendendo todas as vezes a liberdade de imprensa, como também na Presidência da República, onde, no meu discurso de despedida, eu dizia que até os excessos que a imprensa comete o tempo se encarrega de corrigir. Muito obrigado a V. Ex^a e minha congratulação a todos que fazem imprensa falada e escrita, a mídia de uma maneira geral, porque hoje o conceito de imprensa é muito mais abrangente. Muito obrigado a V. Ex^a uma vez mais. Peço desculpas pela interrupção que faço em seu discurso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Eu é que agradeço a V. Ex^a, inclusive pela oportunidade que me dá de, seguindo o que V. Ex^a acaba de dizer, corroborando as palavras de V. Ex^a – V. Ex^a vai me permitir –, posso homenagear os taquígrafos, que são grandes colaboradores dos trabalhos desta Casa. São infatigáveis, permanecem aqui até as mais altas horas da noite – e não são poucas as ocasiões –, registrando os nossos trabalhos com a absoluta fidelidade característica da função de taquígrafos.

Então, quero também agradecer a V. Ex^a a oportunidade que me dá para homenagear a mídia, como V. Ex^a disse, a imprensa escrita, falada, televisada. Enfim, toda a imprensa pela passagem do seu dia e, igualmente, a passagem do Dia dos Taquígrafos.

Quero dizer que esta Casa respeita e admira o trabalho da imprensa. Às vezes, é claro, há excessos. Mas, na maioria das vezes, nós temos que reconhecer que a imprensa presta um trabalho inestimável a esta Parlamento.

Não foram poucas as vezes, e eu dou o meu testemunho, que me senti convocado, mobilizado pela imprensa.

E V. Ex^a dá o testemunho de um homem público que vem militando na história política do Brasil há muitos anos, tendo chegado ao cargo mais honroso e podendo dizer que realmente, nesse cargo, sempre respeitou a liberdade de imprensa.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP. Fora do Microfone) – E nunca processei um jornalista.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – E nunca processou um jornalista, como diz V. Ex^a.

Por outro lado, volto ao meu pronunciamento e ao editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*:

O projeto aprovado na terça-feira, do Senador César Borges,[na Comissão de Assuntos Econômicos], permite a dedução do

Imposto de Renda dos gastos do empregador com planos de saúde para o empregado doméstico. Isso deve estimular o empregador do doméstico a pagar-lhe, ainda que parcialmente, um plano de saúde.

Por uma feliz coincidência, está na presidência da Mesa a Senadora Serys, e só S. Ex^a, a Senadora Serys – segundo o jornal, não sou eu que estou elogiando a Senadora, estou fazendo um registro literal, até agora, de acordo com que o jornal disse:

A Senadora Serys é autora de três dos outros cinco projetos: um cria multa a favor do empregado doméstico no caso de o empregador se recusar a registrá-lo, outro regulamenta o trabalho do diarista e o terceiro cria uma alíquota reduzida da contribuição para o INSS de 6% para o empregado e para o empregador. O projeto de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, PMDB do Rio Grande do Norte, concede anistia de contribuições previdenciárias antigas ao patrão que se dispuser a assinar a carteira da empregada ou do empregado informal. O último projeto, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, facilita a contratação de trabalhadores domésticos, por cancelar a multa de 40% sobre o saldo do FGTS devido ao empregado doméstico demitido sem justa causa.

São, de fato, medidas que favorecem o registro formal dos empregados domésticos. Por essa razão, não é o conteúdo das propostas que causa certa estranheza nem o súbito interesse dos Senadores na defesa dessa categoria de trabalhadores e trabalhadoras. É a inédita velocidade com que eles aprovaram os projetos – mesmo evitando fundi-los num só texto, o que poderia apressar ainda mais a tramitação – e, sobretudo, a época em que tomaram a decisão que provocam dúvidas sobre as suas reais intenções.

Eu vou terminar de fazer a leitura do editorial, e depois farei os meus comentários.

Desses projetos, o mais antigo tramitava desde maio de 2005; os demais foram propostos no ano passado. Todos começaram a ser votados rapidamente a partir de outubro. O do ex-Senador Tourinho foi aprovado naquele mês. A proposta do Senador Garibaldi Alves foi apresentada em 1º de outubro e aprovada em 18 de novembro. Os demais textos foram aprovados entre os dias 10 de março e 27 de abril. Deve ter sido com grande satisfação que, na comemoração do Dia Nacional do Trabalha-

dor Doméstico, os Senadores que votaram a favor dessas propostas ouviram o presidente do Instituto Doméstica Legal, Mário Avelino, que lidera a campanha pela formalização dessas trabalhadoras, dizer: "O Senado já cumpriu seu papel". É uma categoria numerosa que reconhece publicamente o trabalho dos Senadores. Em um ano em que haverá eleição para a renovação de dois terços do Senado, é apoio de peso.

Agora, a pressão será sobre os Deputados. "Temos a eleição a nosso favor", diz Avelino com toda a razão. Ele sabe que foi a eleição que apressou a votação no Senado.

Ora, Srª Presidente, o que é certo é que uma categoria que era altamente discriminada está sendo reconhecida. O fato de o jornal dizer que os projetos podem ter sido eleitoreiros, eu pergunto, com toda a sinceridade, Senador Mão Santa: qual é o projeto que vem a ser apresentado aqui que não busca um resultado político-eleitoral? Essa que é a verdade.

Nós estamos aqui, para, é claro, apresentar projetos em favor do bem público, em favor do bem-estar da nossa população, mas isso não exclui, na verdade, o desejo que nós temos de termos isso reconhecido, seja em que época for. Isso para não dizermos aqui que a dificuldade de um Senador aprovar um projeto no Senado ou um Deputado aprovar um projeto na Câmara é muito grande. Quem pensar que, num abrir de olhos, vai aprovar um projeto na Câmara ou no Senado está redondamente enganado, totalmente enganado! Aqui, nós temos de superar toda uma conjunção de esforços, de fatos que conspiram contra nós mesmos, a partir da interferência do Poder Executivo. Foi por isso que eu me rebelei aqui, quando era Presidente, contra as medidas provisórias, porque elas atropelavam, fora os problemas internos que temos de reconhecer: nem sempre os nossos projetos são vistos de uma mesma maneira diante do problema partidário.

E eu digo mais! Eu digo mais! Se não fosse o desejo de proteger, no bom sentido, essa categoria, na verdade o período talvez mais difícil de se aprovar um projeto seja este período agora, aqui. Essa é que é a verdade. Eu não estou querendo pousar de homem muito puro, muito honesto ao lado desses meus Colegas que apresentaram os projetos.

A Senadora Rosalba, inclusive, apesar de não ter sido autora, concorreu muito para a aprovação dos projetos na Comissão de Assuntos Sociais.

O que é certo, meus senhores, é que vão os anéis e ficam os dedos – já dizia um ditado popular. Se não fomos compreendidos por conta do período em que apresentamos esses projetos, que sejamos

compreendidos pela razão maior, que é a de apoiar, salvaguardar e proteger uma categoria esquecida e abandonada ao longo dos anos.

Agradeço a nossa Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Garibaldi.

Passo a Presidência ao Senador Mão Santa para que faça uso da palavra neste momento.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ocupa a tribuna a Senadora Serys Slhessarenko, que representa o Partido dos Trabalhadores no Mato Grosso e tem sido, ao longo do seu mandato, também defensora da maior participação da mulher brasileira na política em todas as atividades brasileiras. Ela também tem sido uma defensora – representando com grandeza e beleza – das professoras do nosso Brasil.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Quero aqui começar saudando todos e todas do nosso serviço de Taquigrafia pelos seu dia e dizer que são trabalhadoras e trabalhadores que estão aqui no Senado conosco permanentemente. E, fora daqui, em muitas instituições, em muitos órgãos, estão sempre trabalhando em uma função da maior responsabilidade.

Quero também saudar, como disse o Presidente Sarney, o Dia da Liberdade de Imprensa, em nome dos jornalistas e das jornalistas e em nome da nossa querida e competente Tereza Cruvinel.

Senador Garibaldi, ainda não li – até porque cheguei há pouco – o editorial do *Estado de S.Paulo* de hoje, mas é importante ver em editorial de um jornal da envergadura do *Estadão*, um grande jornal, ser tratado um problema de que o Senado da República vem cuidando e que é da maior relevância.

Como o senhor disse muito bem, não importa se é eleitoreiro ou se não é eleitoreiro. Realmente, não importa, até porque a gente fez com o maior carinho esses projetos de lei, tanto eu quanto o senhor, Senador Garibaldi, o Senador César Borges, a Senadora Ciarlini, que deu parecer em alguns, e Senadores vários que estiveram envolvidos como autores ou como relatores.

O editorial diz que sou autora de três dos cinco. Exatamente! É isso mesmo: sou autora de três dos cinco que já estão na Câmara, mas eu tenho outros projetos mais com relação à doméstica e ao doméstico.

Eu digo "doméstica" sempre, Senador Mão Santa e Senador Garibaldi, porque mais de 95% são mulheres

que trabalham no serviço doméstico e que precisam ter a sua situação regularizada.

Muitos dizem: "É um projeto atrás do outro, é um remendinho aqui, um remendinho ali. Este ajuda mais aqui, aquele ajuda mais um pouco lá. Um reduz um pouco a alíquota da previdência para que mais e mais gente, mais e mais patrões e patroas regularizem a vida de suas trabalhadoras e de seus trabalhadores na área doméstica. Ah, mas isso vai prejudicar a previdência". Não vai, não! Ao contrário, vai favorecer e muito a previdência. Tenho até as contas – eu não estou com os dados aqui agora – de que vai a um bilhão e tanto de reais se houver a regularização. E quem não vai regularizar a sua doméstica, tendo de pagar 6% só de alíquota à previdência?

O Senador Rodolpho Tourinho não está aqui conosco, mas sempre foi uma pessoa também extremamente dedicada a essa causa e deixou seu projeto de lei, também muito importante, nesta Casa.

Então, eu diria que é um momento importantíssimo para essa categoria.

Alguns dizem: "Ah, mas ficam pedaços. Cada projeto de lei é um pedaço que favorece um pouco mais". Não importa, porque a nossa Constituição, ao ser aprovada, tirou o trabalhador e a trabalhadora doméstica do art. 7º, por meio do seu parágrafo único. Quer dizer, antes era assim: "todos os trabalhadores e trabalhadoras do nosso País têm direitos às leis trabalhistas, assim, assim, assim. Parágrafo único: à exceção das domésticas, dos trabalhadores dessa área, incluindo os domésticos, é claro".

Então, enquanto a gente não conseguir derrubar esse parágrafo único, eu vou, sim, empenhar-me ao máximo para que os nossos projetos de lei que melhoram a qualidade de vida dessa categoria de domésticas e domésticos sejam aperfeiçoados. Não adianta ficar dizendo: "Ah, mas tem de derrubar." Vamos derrubar, mas não sei quando conseguiremos fazê-lo. Enquanto não o derrubarmos, vamos avançando com esses projetos que estão aí, sim, porque eles favorecem as domésticas e os domésticos de nosso País.

Quero, ainda, falar rapidamente, até porque o nosso tempo já está pouco, para saudar os trabalhadores e as trabalhadoras do nosso Brasil, especialmente do meu Mato Grosso, de todos os Municípios do meu Mato Grosso, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras da área urbana, das cidades e da área rural. Há mulheres que, lá na área rural, muitas vezes, trabalham de sol a sol, ajudando a sua família, os seus companheiros, num trabalho árduo, realmente, muitas vezes, na roça. Muitos dizem: "Mas está tudo com maquinário, etc." Está tudo com maquinário na empresa grande, na empresa média, mas, na agricultura familiar,

ainda há muito cabo de enxada, sim, e a gente tem de valorizar muito esses trabalhadores.

Todos os trabalhadores do serviço público federal, do serviço público estadual, do meu Estado de Mato Grosso, de cada Município do meu Estado de Mato Grosso, homens e mulheres, sintam-se saudados por nós.

Alguns vão dizer ou estão dizendo: "Ah, mas a gente tem de melhorar as condições desses trabalhadores e dessas trabalhadoras." Mas é isso que a gente vem fazendo. A cada dia que passa, a gente vem lutando por isso. Quando eu digo a gente, somos nós, Parlamentares, sejam Deputados, Vereadores, Deputados Estaduais, Federais, Senadores. É uma conquista aqui e uma conquista ali. É claro que todas as conquistas existentes são fruto, produto de muita organização e de muita luta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O salário mínimo não está como está por acaso. É muita luta dos trabalhadores. Melhoria salarial, de um modo geral, é muita luta dos trabalhadores. Avançamos muito no nosso Governo, no Governo do Presidente Lula? Avançamos, com certeza, mas temos muito mais a avançar, também, com muita certeza.

Nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras precisam, cada vez mais, de políticas públicas, principalmente aqueles que têm um ganho de salário mínimo ou de pouco mais do que isso. Precisam de políticas públicas. Há pouco, falava a Senadora Rosalba de plano de saúde, de quem tem plano de saúde, de quem não tem plano de saúde. Quem não tem plano de saúde – aliás, quem tem também – merece e precisa de políticas públicas, na área da saúde, da melhor qualidade. Mas vamos, por enquanto, trabalhar mais para aqueles que têm um poder aquisitivo menor e que precisam, sim, da saúde pública com qualidade. Precisam, porque não têm condições de fazer um plano de saúde. Mesmo os que têm condições, hoje, têm, em muitos momentos, muitas dificuldades.

Educação pública, cada vez de melhor qualidade. Está aí o ProUni, por exemplo, para os filhos de trabalhadores e trabalhadoras que jamais conseguiram chegar a um ensino superior, porque as nossas escolas públicas de ensino superior ainda são poucas no Brasil. Mas, hoje, já há em torno de 500 mil estudantes que não teriam nenhuma condição de chegar a uma escola pública de nível superior, mas, por conta do ProUni, lá estão fazendo seus cursos na escola particular.

Então, eu dizia: são políticas públicas essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população.

A escola básica do nosso País precisa, cada vez mais... O piso salarial dos nossos profissionais da educação – eu sou professora – está melhorando. A gente

conseguiu definir, no Congresso Nacional, Senador Garibaldi e Senador Mão Santa, um piso salarial para os nossos profissionais da educação. Fomos nós, há dois anos – eu não me recordo mais –, que conseguimos aprovar, depois de quase 20 anos, um piso salarial para a categoria dos professores.

É aquilo que eu digo sempre: se nós formarmos um filho em Direito, Senador Mão Santa, e, aos 20, 21 anos, ele vier a prestar um concurso público para a área do Judiciário, por exemplo, aquele rapaz, aquela moça, aos 22, 23, 25 anos de idade, poderá ganhar um salário em torno de R\$20 mil.

Agora, aquela professora, aquele professor que ensinou o abc, vamos dizer assim, as primeiras letras, os primeiros números, as primeiras contas para as nossas crianças – digo as nossas de modo geral, são do povo brasileiro – conseguirem chegar a fazer um curso superior, a prestar um concurso, se sair bem e ter um ótimo salário, esses parece que não poderiam ter um salário em torno de R\$1 mil. Isso é uma injustiça sem tamanho. Esse piso precisa ir se ampliando. Ele precisa seguir os reajustes normais, senão, daqui a pouco, ele ficará um piso abaixo daquilo que estava previsto na lei inicial. Nossos profissionais da educação precisam de condições de trabalho e preparo permanente para que a educação brasileira, realmente, tenha mais e mais qualidade.

O Governo do Presidente Lula vem avançando. Vem sim, mas precisa, com certeza, avançar, avançar e avançar cada vez mais.

Na moradia, temos o PSH, temos o Tô Feliz, temos o Minha Casa, Minha vida, e tantos outros programas. Os trabalhadores e as trabalhadoras do nosso País precisam ter moradia, sim, habitação popular. Está-se fazendo muito!

Eu sei, Presidente Lula, que não é possível. O senhor pegou este País com sete milhões, se não estou enganada, de pessoas que precisavam de uma habitação popular. Por mais que o senhor esteja estimulando, incentivando e fazendo propostas, toda sorte de programa de habitação popular – só o Minha Casa, Minha Vida foi um milhão e, agora, mais outro tanto –, ainda é preciso muito mais para que os nossos trabalhadores e as nossas trabalhadoras, tendo emprego, tendo moradia, tendo educação, tendo saúde, tenham, sim, uma vida de qualidade para si e para os seus familiares.

Quase encerrando, Senador Mão Santa, eu diria aos trabalhadores e às trabalhadoras do meu País que, lá em Mato Grosso, eu estive, no sábado, numa grande mobilização lá no Univag, de trabalhadores e trabalhadoras. Havia lá 60, 70 mil pessoas, um grande movimento.

Trabalhadoras e trabalhadores do meu Mato Grosso, sonhar é preciso. Sonhem sim, porque quem sonha é livre de espírito. Mas lutar se faz necessário. Lute, porque quem luta é livre na vida. Quem sonha tem o espírito livre. Quem luta tem a vida livre, é livre na vida.

E, especialmente, um recado, para finalizar, às mulheres brasileiras, às mulheres de meu Mato Grosso, trabalhadoras de cada Município do meu Estado de Mato Grosso e do meu País. Eu já disse aqui algumas vezes, mas vou repetir hoje. Senador Garibaldi, Senador Mão Santa, quando o Presidente Obama ganhou a Presidência dos Estados Unidos, ele disse – se não me engano, foi no dia do discurso de posse da Presidência da República – que nos Estados Unidos nenhuma mulher ganharia um salário menor que um homem pelo mesmo trabalho executado. Nenhuma mulher!

Isso causou manchetes no mundo inteiro. Nos maiores jornais do mundo apareceram manchetes como sendo um feito fantástico o Presidente Obama mandar um projeto de lei ao Congresso Nacional dos Estados Unidos dizendo que nenhuma mulher trabalhadora ganharia um salário menor que um homem trabalhador pelo mesmo serviço executado. Achei fantástico o que o Presidente Obama se comprometeu a mandar para o Congresso Nacional. Mas, quando vi as manchetes, Senador Garibaldi, no outro dia, falei: Mas como? Eu tenho um projeto de minha autoria aqui, no Senado da República do meu País, há dois anos tramitando, e diz exatamente isso. Quando Obama fez a fala dele, eu falei: Espera aí, há um projeto no Senado da República do Brasil, de minha autoria, que diz exatamente isso.

Então, vamos aprovar esse projeto. Sei que ele está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; ele sofreu já uma série de reformulações, já foi trabalhado junto à nossa Ministra das Políticas Públicas para Mulheres, com todas as entidades organizadas da área, das organizações de mulheres, organizações de trabalho; ele foi aperfeiçoado; ele está um projeto de boa qualidade. Mas o Senador Demóstenes Torres, nosso Presidente da CCJ, nomeou relator o Senador Wellington Salgado, de Minas Gerais, que se afastou agora, e o nosso projeto – digo nosso porque é das mulheres brasileiras – ainda não teve o parecer. Pelo menos eu não sei, talvez já tenha sido dado esse parecer.

Nós precisamos fazer avançar. São muitas as políticas públicas de interesse específico das mulheres brasileiras e das mulheres mato-grossenses. Mas esse é um projeto da maior relevância.

Muito obrigada, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Após brilhante pronunciamento da Senadora Serys Slhessarenko, queremos reviver um encontro que tivemos na cidade de Beneditinos, comemorando o Dia do Trabalho. Foi justamente na Associação do Trabalhador Rural, cujo Presidente é o Sr. Manoel Corina.

Foi uma festa que nos emocionou, porque assisti a um Sindicato do Trabalhador Rural, através do seu presidente, mostrar muito civismo ao comemorar o Dia do Trabalhador, e com poucos recursos – ele prestava contas das suas realizações –, mobilizando todos os trabalhadores rurais da região, da sua cidade de Beneditinos, inaugurando um auditório, a sala da diretoria, sanitários, enfim, uma noite muito importante, em que estava presente um grande líder do Piauí, o Deputado Antônio Félix.

A eles os nossos parabéns por essa liderança ímpar, da qual o Piauí se orgulha, o Sr. Manoel Corina. E também, em Campo Maior, que é cidade da maior importância na história do Piauí. Lá que se travou a Batalha do Jenipapo, que garantiu a unidade deste País, com a expulsão dos portugueses, que queriam ficar com o norte do Brasil.

Então, o Prefeito João Félix, neste fim de semana, sexta-feira, sábado e domingo, apresentou um festival culinário e musical que atraiu, vamos dizer, milhares e milhares de piauienses, cearenses e maranhenses, prestigiando aquela administração do Dr. João Félix.

O dia 2 de maio, ontem, foi um dia muito significativo na política do Brasil. O Partido Social Cristão, ao qual hoje pertenço, completou seus 25 anos.

Esse Partido nasceu no início do pluripartidarismo. O seu líder, um dos maiores homens da política mineira e brasileira, Pedro Aleixo, Vice-Presidente do General Costa e Silva, negou-se, pela sua coragem e altivez e pela grandeza de Minas Gerais, a assinar o Ato Institucional. Por isso, os militares, que possuíam três Ministérios, o Ministério da Guerra, o Ministério do Exército e o da Aeronáutica, se opuseram.

O seu Presidente Costa e Silva foi acometido de um acidente vascular cerebral; ele tinha confiança em seu vice-Presidente, o heróico, culto e probo mineiro Pedro Aleixo. Ele fundou esse Partido, que hoje tem 25 anos de serviço exemplar à nossa democracia.

O Presidente do Partido Social Cristão, que completou seus 25 anos ontem, dia 2 de maio, é o Dr. Vitor Jorge Abdala Nósseis, de Minas Gerais; o 1º Vice-Presidente é Everaldo Dias Pereira, pastor; o 2º vice-Presidente é Sergio Bueno; o 3º vice-Presidente é Ronald Abrahão Azaro; o Secretário-Geral é Antonio Oliboni; o 1º Secretário é Gilberto Nascimento Silva, de São Paulo; o 2º Secretário é Filipe de Almeida Pereira; o Tesoureiro-Geral é Luiz Rogério Ognibeni Vargas; a

1ª Tesoureira é Elsa Elisabeth Schleich. O Vogal (Líder na Câmara dos Deputados) é Hugo Leal; o Vogal (no Senado) é Eiel Lima Santana; o 1º Vogal é Mário de Oliveira; o 2º Vogal é Antonio Nogueira dos Santos; o 3º Vogal é Wanderley Alves de Oliveira; o 4º Vogal é Maurício Brandi Aleixo.

Esse partido tem como símbolo um peixe, que nos faz lembrar Cristo alimentando os seus companheiros diante da fome. E o peixe também nos lembra o mais valoroso político da história democrática do Brasil, Juscelino Kubitschek, mineiro também, amigo pessoal de Pedro Aleixo. Um dos discursos mais belos é o de Juscelino Kubitschek no sepultamento de Pedro Aleixo.

Pedro Aleixo tinha sido convidado por Juscelino para que fizesse a sua saudação pela sua entrada na Academia de Letras.

Mas o destino inverteu o fato. Foi Juscelino que apresentou as despedidas de Pedro Aleixo no seu sepultamento. É um dos mais belos pronunciamentos de Juscelino Kubitschek, enaltecedo as virtudes do nosso fundador, Pedro Aleixo.

E Juscelino também liga-se ao Partido porque o nosso símbolo é o peixe e a música que lembra sua trajetória política é *Peixe Vivo*.

O Partido tem um *slogan*. O *slogan* é “ética na democracia”. Há vários compêndios sobre ética. Max Weber, escritor alemão, tem um livro sobre ética, mas eu preferiria simplificar a definição disso como dizia Heloísa Helena: “Ética é vergonha na cara e bondade no coração”.

O Partido tem um programa. O programa traduz o sentimento da defesa do meio ambiente preconizada por Sófocles, o primeiro ambientalista que, na Grécia, disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Então, o nosso Partido, em obediência e respeito à natureza, tem como programa o homem em primeiro lugar, a promoção do ser humano.

E a doutrina, sem dúvida nenhuma, é aceita no nosso Brasil como a melhor doutrina. É a doutrina cristã. Essa doutrina, sem dúvida nenhuma, através da ação desse Partido, vai trazer os princípios cristãos, aquilo que Cristo viveu, que foi alimentar os famintos, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, assistir aos doentes e ser solidários com os infelizes. E não apenas com palavras, com discursos, mas com obras traduzidas pelos milagres que Cristo fez.

Então, esta é a nossa homenagem, nós que somos Presidente do Partido Social Cristão do Piauí, que teve a sua fase heróica com Presidentes anteriores a mim. E nós agora estamos em uma fase de ampliação: de 50 diretórios, passou a ter sua presença em 170 ci-

dades piauienses. E fazemos esta nossa homenagem a todos e, sem dúvida nenhuma, à grande contribuição que o Partido Social Democrático está dando à democracia brasileira.

Recebi, também, do meu assessor, Itamar, que o diretório do Piauí tem: como Presidente de Honra, o Pastor Nestor Mesquita; o Presidente sou eu, Senador Mão Santa (Francisco de Assis de Moraes Souza); 1º vice-Presidente, José Leandro Filho, ex-Prefeito; 2º vice-Presidente, Itamar Franco Feitosa; Secretário-Geral, Alcindo Queiroz; 1º Secretário, Jonas Vieira da Silva; Tesoureiro-Geral, Maria das Graças Moraes Souza Nunes; 1º Tesoureiro, Francisco José Martins Juriti; 1º Vogal, João Falcão Neto; 2º Vogal, Eretuse Marques Santos; 3º Vogal, Francisco Rodrigues Soares; e 4º Vogal, Sérgio Luis Rêgo Damasceno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr's e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA N° 473, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 473, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Saúde, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de setecentos e quarenta e dois milhões de reais, para os fins que especifica.

(Lido no Senado Federal no dia 05–04–2010)

Relator revisor: Senador Papaléo Paes
(Sobrestando a pauta a partir de: 12–03–2010)

Prazo final prorrogado: 25–05–2010

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 1, DE 2010 (Proveniente da Medida Provisória nº 472 de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2010, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro–Oeste – Repenec; cria o Programa Um Computador por Aluno – Prouca e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional – Recompe; prorroga

benefícios fiscais, constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante –FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira – Retareo; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; altera as Leis nºs 11.948, de 16 de junho de 2009; 8.248, de 23 de outubro de 1991; 8.387, de 30 de dezembro de 1991; 11.196, de 21 de novembro de 2005; 10.865, de 30 de abril de 2004; 11.484, de 31 de maio de 2007; 11.488, de 15 de junho de 2007; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e 11.977, de 7 de junho de 2009; revoga dispositivos das Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989; 8.003, de 14 de março de 1990; 8.981, de 20 de janeiro de 1995; 10.829, de 23 de dezembro de 2003; 5.025, de 10 de junho de 1966; e 6.704, de 26 de outubro de 1979; e dá outras provisões (proveniente da Medida Provisória nº 472, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 07–04–2010) Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 12–03–2010)

Prazo final prorrogado: 25–05–2010

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 477, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 477, de 2009, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, no valor global de dezoito bilhões, cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e três reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de cinco bilhões, setecentos e trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta reais, para os fins que especifica.

(Lido no Senado Federal no dia 28–04–2010)
(Sobrestando a pauta a partir de: 19–03–2010)

Prazo final prorrogado: 1º–06–2010

4

MEDIDA PROVISÓRIA N° 480, DE 2010

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 480, de 2010, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de um bilhão, trezentos e setenta e quatro milhões e cinqüenta e sete mil reais, para os fins que especifica.

(Lido no Senado Federal no dia 28–04–2010)

(Sobrestando a pauta a partir de: 19–03–2010)

Prazo final prorrogado: 1º–06–2010

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 309, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos arts. 353, parágrafo único, e 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 309, de 2009 (nº 5.939/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.–Petro–Sal e dá outras providências.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 19–04–2010)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2010

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010, de autoria do Presidente da República, que cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Sociais;

- de Educação, Cultura e Esporte;
- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- de Serviços de Infraestrutura; e
- de Assuntos Econômicos.

(Sobrestando a pauta a partir de 07–05–2010)

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 8, DE 2010

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010, de autoria do Presidente da República, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 07–05–2010)

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 16, DE 2010

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, de autoria do Presidente da República, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. (Exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)

Dependendo de Parecer das seguintes Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania;
- de Assuntos Econômicos; e
- de Serviços de Infraestrutura.

(Sobrestando a pauta a partir de 07–05–2010)

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2010***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 278, DE 2010***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto De Decreto Legislativo nº 278, de 2010, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010.

11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 279, DE 2010***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto De Decreto Legislativo nº 279, de 2010, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: senador Demóstenes Torres.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007,

tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o

§ 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante resarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia seca.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

23
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

24
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

26
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruada), que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

27
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;
– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e
– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

28
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autoridades e fundações públicas.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio–educativa” pela “medida psicosocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1–CCJ, de redação, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1–CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1–CCJ, que apresenta.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2–CCJ, que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1–CI (Substitutivo), que oferece.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que

dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zim-

mermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2–CAS, que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1–CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador enato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CAS (Substitutivo), que oferece.

48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1–CAS, que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningo-cócica conjugada C, pneumocócica conjugada

sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3–CE, que apresenta; e
- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2–CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3–CE.

51

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

52

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

53

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007–CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009–CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

56

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

57

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão):

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 124, DE 2005
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 202, DE 2005
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363,

381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003–Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar)

tar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004–Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece;

e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004–Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acres-

centa a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363,

381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231

e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006–Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006–Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que

apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006–Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de

2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007–Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007–Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem

de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Tor-

res, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea ¿g¿ do art. 1º da Lei Complementar nº

64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684 de 2007–Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008–Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

81

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera

a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

82

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3–Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2–Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3–Plen, na forma de subemenda que apresenta.

83

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005,

para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e
- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1–CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

84

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007–Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1–CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2–Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

85

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1–CCJ, que apresenta.

86

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei

no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

87

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 14 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR PAULO DUQUE NA SESSÃO DO DIA 28 DE ABRIL DE 2010, QUE ORA SE REPÚBLICA PARA FAZER CONSTAR DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Já me acostumei, Srs. Senadores, com a gentileza e a galhardia do Senador Francisco de Assis, o Mão Santa. Ele é um *gentleman* de muita sensibilidade, um chefe de família exemplar, faz questão de levar aos lares brasileiros a figura sempre da esposa, os filhos, o seu patriotismo, sobretudo, a sua afinidade com o Parlamento. Isso é muito importante aqui.

Tudo o que se diz, aqui, nesta tribuna, ou na outra, em relação ao bem-estar do povo, às necessidades dos Estados é muito importante. Porque uma das coisas mais difíceis, no Brasil, hoje, é assumir uma cadeira de Senador. Todos, como V. Ex^a, têm exaltado a paz do povo, e são paz do povo, cada qual com seu estilo, do seu jeito, com a sua educação, com a sua firmeza, com a sua posição, com o seu patriotismo. Todos. Todo assunto aqui é valorizado.

Eu, por exemplo, vou usar da palavra hoje por pouco tempo. Porque me impressionou demais um setor lá, no Rio de Janeiro, que funciona num órgão que sempre foi muito complicado. O Detran do Rio de Janeiro, hoje, se modernizou muito, afirmou-se como órgão positivo. Veja V. Ex^a um órgão de controle de milhões e milhões de automóveis de um Estado poderoso, com poder aquisitivo forte e difícil de controlar, pelo número de favelas, pelo número de problemas, pelo número de sei lá. O Rio é sempre o Rio, mas com as suas problemáticas, as suas invenções e saídas.

Então, hoje o Dr. Fernando Avelino, com uma valorosa equipe, pessoas que ele trouxe da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, deu um sentido inovador muito grande e eficiente, sobretudo em relação ao atendimento – veja V. Ex^a – ao idoso e aos portadores de necessidades especiais.

Há pouco estava aí o Senador Flávio Arns, que comanda essa atividade aqui no Senado, falando sobre os problemas do idoso, os problemas depois da juventude, os escoteiros, em suma, os problemas de uma grande faixa da população que necessita de cuidados especiais porque têm de ter atendimento especial. Alguns Estados já estiveram com seus representantes no atual Detran, na gestão de Fernando Avelino e sua equipe, vendo como é o procedimento de atendimento especial para idosos e portadores de necessidades especiais. Hoje, os automóveis podem ser adaptados.

Então, eu estive lá verificando exatamente o funcionamento desse órgão, o atendimento médico, o atendimento psicológico, o atendimento de registro, a divisão médica, tudo me impressionou de tal maneira que eu resolvi trazer à tribuna parlamentar do Senado o nome dessas pessoas que trabalham com denodo, com compreensão, com muita paciência e com muita competência.

É exatamente isso que eu estou fazendo nesta noite de hoje em que há diversos programas, há concurso de Miss Brasil no Hotel Nacional – não é mais aquele de antigamente –, há jogos de futebol importantes, mas eu achei para mim mais importante trazer à tribuna parlamentar o nome dessa equipe maravilhosa que o Dr. Fernando Avelino, lá no Rio, instituiu e está funcionando com muita eficiência, com muito cuidado, mas com muito amor ao próximo: a equipe que faz o atendimento de idosos e portadores de necessidades especiais.

Como vê V. Ex^a, o meu pronunciamento é muito curto, mas para mim muito importante trazer o nome dessas pessoas ao Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO DUQUE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ACESSO 5

**ATENDIMENTO ESPECIAL PARA IDOSOS E PORTADORES DE
NECESSIDADES ESPECIAIS**

COORDENAÇÃO: Maria Aparecida Paraiso

ASSISTENTE: Liliam Michelstaedter

ATENDENTES: Carolina Ferreira
Rogério de Azevedo
Eliane Cezar

IDENTIFICAÇÃO CIVIL: Fabiano Vilamar
Paloma da Fonseca

PROTOCOLO GERAL: Rosana de Assis

HABILITAÇÃO: Aline Lima (supervisora)
Lorena Maia(digitadora)
Celeste Martha(digitadora)
Soraia Moraes(foto-ABN)
Monique Freitas(foto-ABN)
Edna Meirelles(foto-ABN)
Ilma de Carvalho(entrega de CNH)

REGISTRO DE VEÍCULOS: Sandra Arrais
Rosalina Policarpo(penélope)

DIVISÃO MÉDICA

DIRETOR: Drº Gustavo Meirelles
SECRETÁRIA DIRETOR: Anelise de Augustinis Alves
CHEFE DE SERVIÇO MÉDICO: Drº Iván Luciano
CHEFE SERVIÇO PERICIAL: Drº Maria Elisabeth C Natal
MÉDICO QUE REALIZOU O EXAME: Drº Pedro Paulo Lisboa
ENFERMEIRAS: Thais Bello
Denise Matheus
ATENDENTE: Mônica Neves(digital)
Tiago Iápeter(exame)

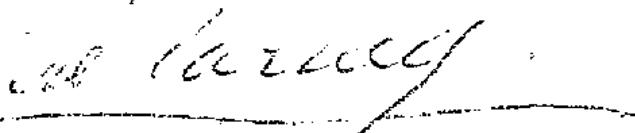
ATO DO PRESIDENTE N° 159 , de 2010.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL , no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **ANA CLÁUDIA CASTRO SILVA BORGES**, matrícula 5484-0, ocupante do cargo efetivo de Consultor-Geral Adjunto de Orçamentos, para substituir o servidor **ORLANDO DE SÁ CAVALCANTE NETO**, matrícula 5398-5, Consultor-Geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de abril de 2010.


Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 160 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997

R E S O L V E tornar sem efeito a nomeação de **RICARDO LUIZ DE SOUZA LIMA HELOU** para o cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Presidente do Senado Federal nº. 86, de 2010, em virtude de não haver cumprido o prazo previsto para posse de acordo com o disposto no art. 13, §§1º e 6º, da Lei nº 8.112, de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.527, de 1997.

Senado Federal, em 28 de abril de 2010

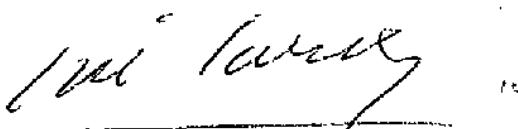

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 161, DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997

R E S O L V E tornar sem efeito a nomeação de **IVAN LÚCIO SANTILLO** para o cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Presidente do Senado Federal nº. 75, de 2010, em virtude de não haver cumprido o prazo previsto para posse de acordo com o disposto no art. 13, §§ 1º e 6º, da Lei nº 8.112, de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.527, de 1997.

Senado Federal, em 28 de abril de 2010



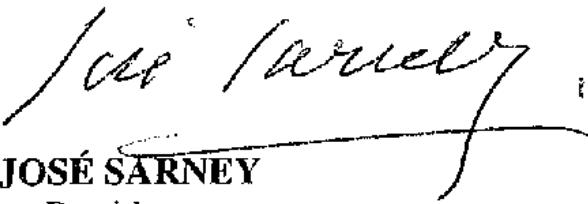
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº. 162 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017619/09-2**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Presidente n.º 362, publicado no Diário Oficial da União, dia 18/09/2009, Seção 2, que nomeou **ALLYLLE SCHÉSTER KELEN E QUEIROZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Órgão Central de Coordenação e Execução, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 28 de abril de 2010


JOSÉ SARNEY
Presidente

ATO DO PRESIDENTE
Nº 163 , DE 2010

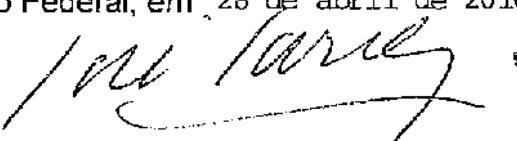
O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor LUIS CARLOS ALENCAR FONTELES, matrícula 55247, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – especialidade Comunicação Social, para substituir o Diretor da Secretaria Rádio Senado, o servidor FLÁVIO ANTÔNIO DA SILVA MATTOS, matrícula 49193, no período de 03 de maio de 2010 a 12 de maio de 2010.

Art. 2º- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de abril de 2010



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 164 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, tendo em vista o Processo nº 009630/10-4,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor WANG YING TS, matrícula 227083, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Especialidade Administração, para substituir o Diretor da Secretaria do Sistema Integrado de Saúde, em seus eventuais impedimentos e/ou afastamentos.

Art. 2º- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2010

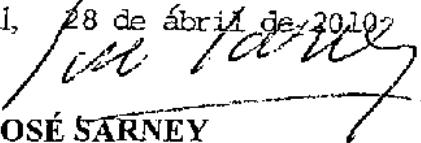

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 165, DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o processo nº 006915/10-8,

RESOLVE:

Nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, o servidor **IBSEN JOSÉ CASAS NORONHA**, para exercer o cargo em comissão de **ASSISTENTE PARLAMENTAR**, Símbolo AP-02, no Órgão Central de Coordenação e Execução.

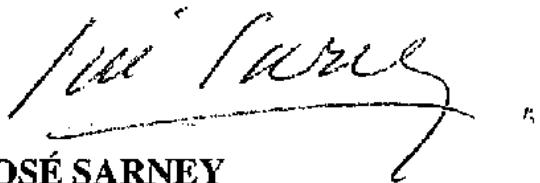
Senado Federal, 28 de abril de 2010

JOSE SARNEY
Presidente Do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE
Nº. 166 , DE 2010**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006915/10-8,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Presidente n.º 110, publicado no Diário Oficial da União, dia 24/03/2010, Seção 2, que nomeou **IBSEN JOSÉ CASAS NORONHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Órgão Central de Coordenação e Execução, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 28 de abril de 2010



JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE N° 167 , de 2010.

Dispõe sobre as atividades da Comissão de Juristas instituída pelo Ato do Presidente nº 379, de 30 de setembro de 2009.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições, e considerando

que o anteprojeto de Novo Código de Processo Civil a ser apresentado pela Comissão de Juristas representa, indiscutivelmente, inestimável conquista para a sociedade brasileira e para os trabalhos legislativos do Senado Federal;

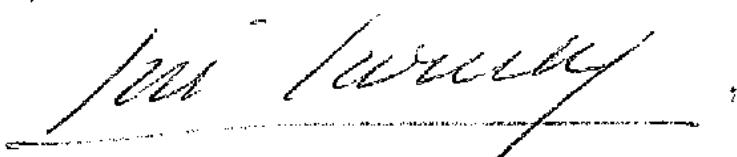
que o auxílio da Comissão de Juristas aos senhores parlamentares será indispensável durante toda a tramitação legislativa do projeto de Novo Código de Processo Civil no Congresso Nacional,

RESOLVE:

Art. 1º A Comissão de Juristas designada pelo Ato do Presidente nº 379, de 30 de setembro de 2009, com a finalidade de apresentar anteprojeto de novo Código de Processo Civil, entregará o Relatório Final de seus trabalhos no dia 8 de junho de 2010, e permanecerá em funcionamento durante toda a tramitação, no Congresso Nacional, do projeto de lei oriundo de suas atividades, observados os arts. 4º e 5º do referido Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de abril de 2010.


Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE N° 168 , de 2010.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso
de suas competências regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

O servidor **LUIZ ANTÔNIO GOMES**, matrícula nº 192135, atualmente ocupante do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo AP-04, do Gabinete do Senador **JOSÉ SARNEY**, passa a ocupar o cargo em comissão de Assistente Parlamentar de Imprensa, símbolo AP-02, da Presidência, com exercício naquele gabinete.

Senado Federal, 28 de abril de 2010.



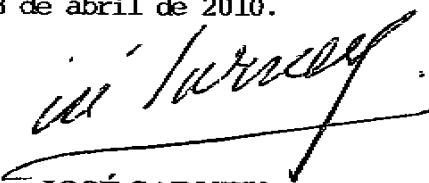
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 169 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **PAULO RICARDO DOS SANTOS MEIRA**, no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Marketing, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, 28 de abril de 2010.

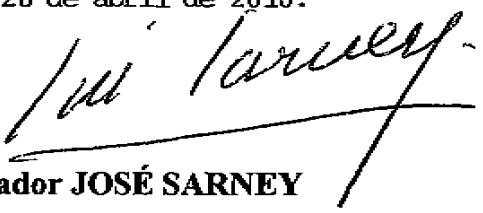

Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 170 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **MARCIO ANDRE PONTES TEIXEIRA**, no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Publicidade e Propaganda, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, 28 de abril de 2010.

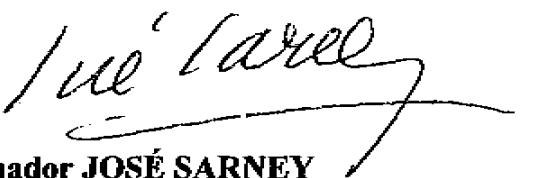

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 171 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **CARLOS FREDERICO ROLIM DE ANDRADE**, no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Supervisor de Programação de Rádio, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, 28 de abril de 2010.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

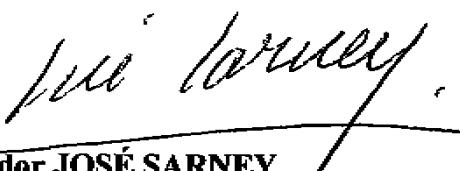
ATO DO PRESIDENTE

Nº 172 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **MESSIAS DE OLIVEIRA QUEIROZ**, no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Editor de TV, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, 28 de abril de 2010.



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 173 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **MAURO DE MORAES VERGNE**, no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Multimídia, Nível III, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, 28 de abril de 2010.



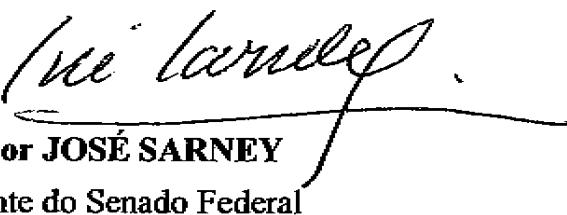
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 174 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **PRISCILLA COELHO CAMPOS DA PAZ**, no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Infografia Jornalística, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, 28 de abril de 2010.

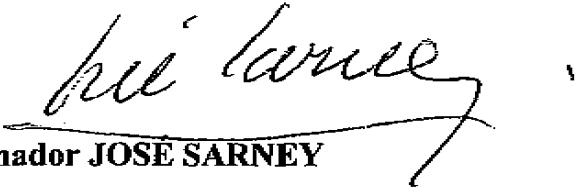

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 175 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **SORAYA MENDANHA DOS REIS**, no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de Rádio, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, 28 de abril de 2010.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 176 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 14 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

R E S O L V E nomear **CARINE ARCOVERDE DA NOBREGA B. ALBA**, no concurso público homologado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 302, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06 de agosto de 2009, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade Produtor de TV, Nível II, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em vaga decorrente do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2008, c/c o Ato do Presidente do Senado Federal nº 427, de 2009.

Senado Federal, 28 de abril de 2010.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 177 , DE 2010**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, o servidor **Paulo Roberto Rodrigues Ramalho, matrícula **37051**, da Função Comissionada de Diretor da Secretaria de Assistência Médica e Social, Símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.**

Senado Federal, em 29 de abril de 2010


JOSÉ SARNEY
Presidente Do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 178 , DE 2010**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar a servidora **Leda Maria Sales Braúna Braga, matrícula **50900**, para exercer a Função Comissionada de Diretor da Secretaria de Assistência Médica e Social, Símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.**

Senado Federal, em 29 de abril de 2010


JOSÉ SARNEY
Presidente Do Senado Federal

PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 02 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.030, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 006960/10-3,

RESOLVE autorizar, pelo prazo de 1 (um) ano, a cessão do servidor desta Casa Legislativa **HIRAN DAMASCENO ALELAF**, matrícula n.º 41182, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade Policial Legislativo Federal, à Câmara dos Deputados, para exercer o cargo de Secretário Parlamentar, símbolo CD-CC-SP-07, do Gabinete do Deputado Júlio César, com ônus para o órgão cedente.

Senado Federal, 28 de abril de 2010



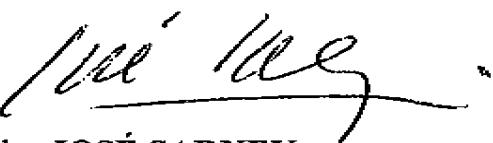
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 03 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 005269/10-5,

RESOLVE autorizar, pelo prazo de 1 (um) ano, a cessão da servidora desta Casa Legislativa **TERESA MÔNICA DE BARROS MENDES**, matrícula n.º 26181, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Especialidade Redação e Revisão, à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Deputado Roncalli Paulo, símbolo PL-DAG-20, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento mensal ao Senado Federal.

Senado Federal, 28 de abril de 2010



Senador **JOSE SARNEY**
Presidente do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,18)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,21)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,19)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,20)	

Maioria (PMDB, PP)

Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Patrícia Saboya (CE) (15,17,26)	
---------------------------------	--

PDT/PSOL (9)

- | |
|------------------------|
| 1. Osmar Dias (PDT-PR) |
|------------------------|

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
19. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
29. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
32. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
- ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
- ****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLD BAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) (3.5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya (1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).

4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)

6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. VAGO (11,41,95)
VAGO (37,93)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84,87,97)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Gilvam Borges (PMDB) (64,67,88,91,100,101)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) (3,60,96,98)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (2,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Edison Lobão (PMDB) (9,65,71,94,99)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (18,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
96. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
97. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.
98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude do Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. VAGO (51,93)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. VAGO (55,94)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Cícero Lucena (PSDB) (24,67,85,92)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. VAGO (4)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. n° 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (102)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (37,75,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,38)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,34)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (31,41)
Tião Viana (PT) (32,41,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,63)
Almeida Lima (PMDB) (57,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (61,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (62,64,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (58,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,103,104)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (42,54,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,67,101,105)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Moraes (DEM) (52)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (51)
Jayme Campos (DEM) (40,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (45)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (46)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (24,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (25,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (29,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (50)	1. Gim Argello (43)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53,79,80,94,95)

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
- O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
30. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
43. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
51. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
102. Em 1º.04.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).
105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya ⁽²⁾	1. VAGO ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).
3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
- *. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,108)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,107)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
VAGO (56,110)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,109)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.
108. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
109. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
110. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) (7,15)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,16)	2. Flávio Arns (PSDB) (15,16,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,19)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (20)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,14)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,17)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,13)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

15. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
 2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (25)	1. Fátima Cleide (PT) (23)
Marina Silva (PV) (7,25,43,45)	2. César Borges (PR) (20)
VAGO (26,56)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	4. Delcídio Amaral (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (40,47,48,49,53,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Hélio Costa (PMDB) (40,55,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
VAGO (38,50,54,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (32)	1. Adelmir Santana (DEM) (33)
Kátia Abreu (DEM) (34)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,29)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,30)
Eliseu Resende (DEM) (27)	4. Jayme Campos (DEM) (9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,12,37,42)	1. Cristovam Buarque (13,36,41)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
25. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
54. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
55. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
56. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA**
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁴⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
VAGO (11)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO (10)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
10. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
11. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
- **. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- **. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,71,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,72)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
72. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
José Nery (PSOL)	1. Flávio Arns (PSDB) ^(1,2) 2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
- *. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
- **. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
VAGO (47,95)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leonar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virginio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. n° 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. n° 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,82)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,80,84)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Edison Lobão (PMDB) (43,81,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
81. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
82. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (25)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (31,45,55,57)	1. VAGO (48,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,42)	2. Pedro Simon (PMDB) (43)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,41)	3. Valdir Raupp (PMDB) (46)
Almeida Lima (PMDB) (47)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (34)	1. Gilberto Goellner (DEM) (30)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (33,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (35)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,29)
Adelmir Santana (DEM) (32)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,37)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (38)	1. Mozarildo Cavalcanti (38)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
30. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
33. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
34. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,65)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,64,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucea.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁶⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,47)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,43)	4. João Ribeiro (PR) (19,42)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (39,64,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
VAGO (37,63)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,36)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,35,46,48,59,61,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (40,44)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,45)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 1º.04.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
65. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)		
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁶⁾		2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maoria (PMDB, PP)		
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) ⁽¹⁵⁾		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO (14)		3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)		
VAGO (6)		1. VAGO (11)
VAGO (12)		2. VAGO (10)
VAGO (7)		3. VAGO (8)
VAGO (9)		4. VAGO (9)
VAGO (9)		5.
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
PDT		
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)		
Romeu Tuma (PTB/SP)		

Atualização: 22/12/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(*Resolução do Senado Federal nº 40/95*)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

VAGO ^(4,5)

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ^(2,12,13)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,7,10)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 05/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽⁶⁾

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS

PMDB

DEM

Adelmir Santana (DF)

PSDB

João Tenório (AL) ⁽²⁾

PT

Tião Viana (AC) ⁽³⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾

PDT

Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾

PR

César Borges (BA)

PSB

Antonio Carlos Valadares (SE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ)

PSOL

José Nery (PA)

PSC

Mão Santa (PI)

PV

Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
6. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Antônio, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonça Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo¹
Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

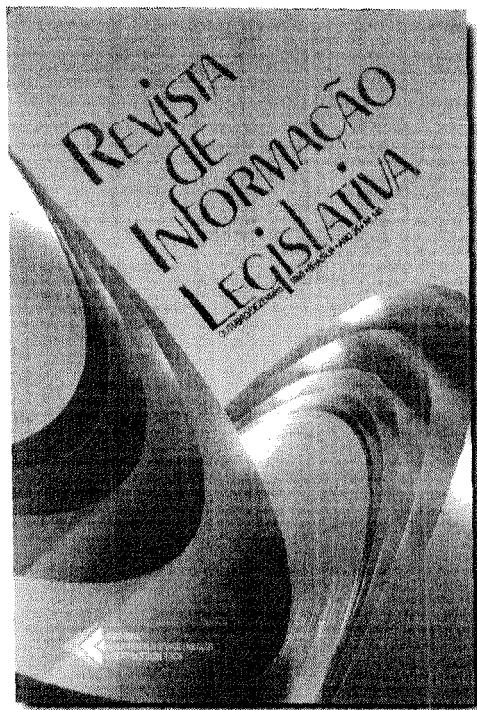
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141^a edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição comprehende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



Edição de hoje: 194 páginas

OS: 2010/12235